

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

DÉBORA WAZ DE SOUZA BURKERT TEIXEIRA

**IMPRESSÕES DO ACESSO ABERTO NO CAMPUS CURITIBA DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**CURITIBA
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DÉBORA WAZ DE SOUZA BURKERT TEIXEIRA

**IMPRESSÕES DO ACESSO ABERTO NO CAMPUS CURITIBA DA
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Área de Concentração: Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Dr. Luiz Ernesto Merkle

Co-orientador: Dr. Gilson Leandro Queluz

**CURITIBA
2010**

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles/aquelas que diretamente ou indiretamente contribuíram para os resultados deste estudo. Em especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que forneceu subsídios para realização da pesquisa. Sou grata também à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pela estrutura de ensino-aprendizado e por abrir espaço para nossas ações e estudo. Também agradeço aos e às docentes do Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), local em que realizei o meu mestrado sanduíche pelo Programa PROCAD-CAPES¹, que contribuíram imensuravelmente na minha formação enquanto pesquisadora aprendiz. Ao meu orientador, Dr. Luiz Ernesto Merkle, que me ensinou diferentes modos de trabalhar com a pesquisa, ao considerar olhares críticos poucos aceitos na academia. Além de todo seu esforço e tempo que doou para minha pesquisa, me auxiliou no processo de aprendizado enquanto pesquisadora e mestranda, obrigada. Agradeço também ao Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz que contribuiu e acompanhou assiduamente o processo de construção do texto e viés crítico do estudo, como co-orientador. Não posso deixar de mencionar que sou grata às indispensáveis contribuições para este estudo feitas pela Profa. Dra. Sueli Ferreira da Universidade de São Paulo e Profa. Dra. Sely Costa da Universidade de Brasília, participantes da banca de qualificação, muito obrigada professoras. Aos amigos, sempre indispensáveis em minha vida, agradeço por cada momento em que tive que estar ausente e me entenderam. E a minha família, princípio de todas as coisas, a minha eterna gratidão.

¹ Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

O movimento para acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica. Ao mesmo tempo, este movimento representa enorme desafio para a comunidade científica, à medida que, quanto mais amplo o seu sucesso, mais radical será a mudança provocada no sistema tradicional e profundamente arraigado de comunicação do conhecimento científico.

MUELLER, 2006, p. 27.

RESUMO

TEIXEIRA, Débora W. de S. B. **Impressões do Acesso Aberto no Campus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba. Curitiba, 2010.

Este estudo visa identificar as implicações do Acesso Aberto na comunidade acadêmica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Nesta pesquisa, levantamos dimensões e particularidades cotidianas associadas à produção e à circulação de conhecimento. Nosso estudo tem caráter qualitativo e, as informações pertinentes a ele, serão levantadas por meio de 17 entrevistas semi-estruturadas. Reforçamos nesta pesquisa a perspectiva da cultura nos estudos de ciência e tecnologia, para conciliar a literatura de Acesso Aberto à pesquisa em campo.

Descritores: Acesso Aberto; Política Institucional de Informação, Instituição pública.

Áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas I; Ciências Humanas; Multidisciplinar.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Débora W. de S. B. Impressions about Open Access observed within Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus in Curitiba. 2010. 129 p. Dissertation (Master in Technology and Society) – Post-Graduation Program in Technology. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba , 2010.

The goal of this study is to identify implications on scientific papers published by the academic community of Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). In this research, we will raise some dimensions and daily features connected with the production and circulation of knowledge. This study has a qualitative aspect, and we will use 17 semi-structured interviews to raise relevant information. The cultural perspective in studies of science and technology will be reinforced in this study, as a way of balancing the academic knowledge with field research.

Keywords: Open Access; Information Institutional Police; Public Institution.

Areas of Knowledge: Social Science; Human Sciences; Multidisciplinary.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	- Acesso Aberto.
BOAI	- <i>Budapest Open Access Initiative</i> – Iniciativa de Acesso Aberto de Budapest.
CeT	- Ciência e Tecnologia.
CTS	- Ciência, Tecnologia e Sociedade.
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
EPOR	- <i>Empirical Programme of Relativism</i> - Programa do Relativismo Empírico
IPEN	- Institutos de Pesquisas Energéticas e Nucleares.
OAD	- <i>Open Access Directory</i> – Diretório de Acesso Aberto.
OAI	- <i>Open Archives Initiative</i> – Iniciativa de Arquivos Abertos.
OAI - PMH	- <i>Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting</i> .
PKP	- <i>Public Knowledge Project</i> – Projeto Conhecimento Público.
PLACTS	- Pensamento Latino Americano de Ciência e Tecnologia
PPGTE	- Programa de Pós-Graduação em Tecnologia
RI	- Repositório Institucional.
SEER	- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.
SciELO	- <i>Scientific Electronic Library Online</i> – Biblioteca Eletrônica Científica Online.
SCOT	- <i>Social Construction of Technology</i> - Construção Social da Tecnologia.
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.2 JUSTIFICATIVAS E MOTIVAÇÃO	10
1.3 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	12
2 ESTUDOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	13
2.1 RELAÇÕES SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA.....	18
2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	21
2.3 MUDANÇAS DO MODELO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	22
2.3.1 Comunicação científica, divulgação científica e o Acesso Aberto	25
3 CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO ACESSO ABERTO	28
3.1 O FATOR DE IMPACTO E O ACESSO ABERTO.....	33
3.2 ESTRATÉGIAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ACESSO ABERTO	36
3.2.1 Os direitos de acesso	40
3.3 POLÍTICAS E MANDATOS DE ACESSO ABERTO	45
3.4 CONTRIBUIÇÕES PARA FOMENTAR O ACESSO ABERTO	53
3.4.1 Possíveis ações da comunidade acadêmica	58
3.5 ACESSO ABERTO: PRÓS E CONTRAS	62
4 DELINEAMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	66
4.1 BREVE DESCRIÇÃO DA UTFPR	66
4.2 DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	70
4.2.1 Análise das entrevistas.....	72
4.2.1.1 A visão da ciência por pesquisadores/as da UTFPR.....	73
4.2.1.2 Sobre os direitos autorais e a circulação livre do conhecimento científico	79
4.2.1.3 Dimensões da circulação e acesso a publicações na UTFPR	84
4.2.1.4 Possíveis mecanismos para favorecer uma política de AA na UTFPR.....	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ENTREVISTA	115
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA	117
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	119
APÊNDICE D – PROPOSTA: POLÍTICA DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL	121
APÊNDICE E – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA UTFPR	125

1 INTRODUÇÃO

Em qualquer sociedade o conhecimento está intimamente ligado às relações de poder, entre outras instâncias. Na academia, embora se postule a importância do conhecimento científico para transformar a realidade social, este acaba muitas vezes por circular e ser aprovado apenas entre os intelectuais e seus pares.

Sendo assim, a divulgação do conhecimento científico por meio de publicações seria uma via pela qual este pode transformar a sociedade. Esta via, no entanto, sempre foi mediada por diversos interesses.

Ao atuar neste contexto de circulação das publicações acadêmicas, o movimento de Acesso Aberto (AA)² propõe acessibilidade e visibilidade do conhecimento científico e, se o aproximarmos da divulgação científica, oferece uma alternativa que consideramos viável e com fortes compromissos sociais.

Consideramos ainda que, dentre as várias dimensões associadas às políticas culturais, científicas e tecnológicas, é mister às instituições públicas facilitarem, senão garantirem, o acesso ao conhecimento por elas desenvolvido ou mediado. Assim sendo, propomos o seguinte problema inicial para esse estudo: **quais são as implicações e desdobramentos oriundos da institucionalização do Acesso Aberto segundo docentes do campus Curitiba da UTFPR?**

Para entender as questões que surgem da pergunta de partida desta pesquisa, consideramos pertinente caracterizar as relações sociais presentes na ciência a partir de autores como Ziman (1974, 1979, 1981). Assumimos, portanto, que os estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)³, em particular na conjunção com os estudos culturais, podem contribuir para a compreensão das particularidades dos /as docentes da UTFPR e ainda enfatizar a importância da aproximação da divulgação científica ao movimento do AA.

Neste sentido, fundamentamos nossos argumentos nos trabalhos de autores do campo de estudos em CTS, entre eles Collins, H., (1999) e Pinch; Bijker, (1997).

Na sequência, para compreendermos o movimento do AA consideramos o histórico do movimento apresentando conceitos, características, críticas e políticas

² Na literatura em português encontramos com frequência a tradução para Acesso Livre. Como entendemos o livre como associado ao movimento de software e culturas livres acreditamos ser a tradução mais próxima dos modelos existentes de trabalho com Acesso Aberto, pois há custos para aplicá-los.

³ Em especial os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia para discutir o Acesso a publicações (CTS + A)

para adoção deste como via de comunicação em Instituições de Ensino Públicas. Utilizamos autores como Harnad (2003, 2006), Suber (2002, 2003, 2006, 2007, 2009), Swan (2006, 2008, 2008a), Willinsky (2006, 2006a, 2006b) e Costa (2006, 2008, 2008a) e listamos manifestos, cartas e declarações do movimento do Acesso Aberto.

Para a fundamentação dos caminhos da pesquisa, seguimos as sugestões e propostas feitas pelos pesquisadores do método da pesquisa qualitativa Moreira e Caleffe (2006).

1.1 OBJETIVOS

Nosso objetivo de pesquisa é analisar implicações da institucionalização de políticas a favor do Acesso Aberto à comunicação científica na comunidade docente do campus Curitiba da UTFPR. Nossos objetivos específicos incluem:

- a) aproximar o conceito de divulgação científica à filosofia do Acesso Aberto;
- b) levantar particularidades e especificidades dos/as docentes da UTFPR envolvidos/as na produção, acesso, circulação e preservação de conhecimentos desenvolvidos, sejam estas políticas, econômicas, ou outras;
- c) levantar contribuições à elaboração da política institucional de Acesso Aberto ao conhecimento produzido pelos/as docentes da UTFPR;
- d) identificar desafios e dificuldades de formulação e estratégias de manutenção de política institucional de informação na UTFPR.

1.2 JUSTIFICATIVAS E MOTIVAÇÃO

Divulgar os resultados científicos no sistema atual de produção da ciência é tão importante quanto fazer uma pesquisa e deixá-la arquivada em laboratórios ou relatórios. É por meio da comunicação científica que um/a cientista valida uma pesquisa e obtém o reconhecimento entre os pares.

Além destes aspectos, cada vez mais os indicadores de avaliação estão ligados ao modelo de produção de ciência, pois ou os/as cientistas “publicam ou perecem”. Com a comunicação científica eletrônica e os novos indicadores de

impacto para avaliação, surge o “publique com impacto”, que fará com que um maior número de pares o/a citem (HARNAD, s/d.).

E é neste contexto que, segundo Swan (2006, p. 1), o Acesso Aberto se manifesta para dar as seguintes vantagens para o/a autor/a e para a ciência:

- a) acessibilidade, visibilidade e, conseqüentemente, impacto aos resultados das suas pesquisas;
- b) rapidez e eficiência para o progresso das pesquisas acadêmicas;
- c) pode servir como um mecanismo para monitorar e gerenciar a produção científica;
- d) as informações podem ser armazenadas em novas tecnologias computacionais.

Considerando estes aspectos, há demanda de pesquisas internacionais realizadas por pesquisadores/as de diversas áreas do conhecimento sobre Acesso Aberto para discutir como seus benefícios interferem no “fazer científico”. Tradicionalmente no Brasil o movimento do AA é um tema frequentemente abordado em revistas e por autores de Ciência da Informação.

Mueller (2008, p. 10), pesquisadora brasileira sobre o tema AA e suas transformações no modelo tradicional de comunicação científica, por exemplo, realizou uma pesquisa para verificar as tendências na área de Ciência da Informação em seis revistas da área que tinham o conceito Qualis A⁴ no país. O levantamento das temáticas da área foi feito pela busca dos termos em resumos, descritores e título de 213 artigos.

Deste levantamento, Mueller (2008) ressalta um aspecto importante para nossa pesquisa que é o fato de o Acesso Aberto ser assunto emergente no Brasil. Em 2000, por exemplo, por ano, dois artigos sobre o tema eram publicados nos periódicos estudados. Já entre 2007 e 2008, o número de publicações subiu para sete/ano.

O Acesso Aberto é ainda um movimento recente, que carece principalmente de pesquisas no país sobre modelos para implementá-lo em Instituições de Ensino, e que sejam favoráveis aos aspectos da cultura local.

⁴ Era uma forma de identificação de qualidade que a CAPES fornece a revistas científicas, com base em critérios de avaliação, os quais indicam a sua qualidade e representatividade no meio acadêmico.

Levando em conta estes aspectos e as relações sociais presentes na ciência, propomos este estudo como contribuição para as pesquisas de AA no país, ao levantar dimensões da institucionalização de ações que favoreçam o acesso aberto em Instituições Públicas de Ensino.

Esta pesquisa tem como motivação o interesse da pesquisadora neste campo de estudo, devido a sua formação em informação, além do apoio da Reitoria da UTFPR para se desenvolver uma política local de AA e ações que favoreçam a sua divulgação.

Além destes aspectos, pretendemos aproximar a ciência da sociedade, por meio do acesso aberto. Ressaltamos que os objetivos e a filosofia do AA questionam os direitos do/a autor/a, e propõem a acessibilidade e visibilidade às pesquisas, reforçando a estrutura atual do fazer científico. Como um esforço crítico/teórico vamos fazer, no decorrer do texto, considerações que aproximam o AA da divulgação científica. Acreditamos que o acesso aberto é uma tecnologia que pode fornecer mecanismos para que se faça a aproximação entre a ciência e a sociedade.

1.3 ESTRUTURA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Esta dissertação apresenta cinco capítulos. No primeiro capítulo deste estudo, contextualizamos o tema, o problema de pesquisa e os/as principais autores/as. Na sequência, apresentamos os objetivos (geral e específicos), a justificativa para o estudo, e também a estrutura da pesquisa.

No capítulo seguinte, ao olharmos para a comunicação dentro da ciência fizemos breve introdução dos Estudos CTS para reforçar as considerações sobre a divulgação científica e construção social da CeT. Investigamos ainda as relações sociais da ciência e seu sistema de comunicação tradicional.

Já no terceiro capítulo, apresentamos uma alternativa para a estrutura da comunicação tradicional da ciência, o Acesso Aberto. Descrevemos as teorias sobre o AA, conceitos, críticas e outras características.

No quarto capítulo, contextualizamos a metodologia da pesquisa e apresentamos breve descrição da UTFPR. Este capítulo também contém análise e discussão de dados obtidos em campo (entrevistas).

Por último, no quinto capítulo apresentamos as considerações finais e perspectivas para pesquisas futuras.

2 ESTUDOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Nesta seção assumimos como argumento principal que os resultados das pesquisas da ciência estão distantes da sociedade e, ao mesmo tempo, que a ciência está próxima da organização capitalista, tanto nos seus desdobramentos excludentes como concentradores. Isso se dá tanto pelas relações de poder quanto pelas relações estéticas, simbólicas, históricas, políticas e econômicas presentes na estrutura social e suas práticas culturais.

Este argumento está vinculado a condições sócio históricas e culturais, tendo como exemplo, o fato de que as editoras comerciais regulam o acesso às publicações pelo pagamento de assinaturas feito pelos/as leitores/as.

Pode-se entender que o/a cientista ainda mantém comportamento predominantemente passivo quanto a seus direitos de acesso, assim como a sociedade se mantém passiva à aprendizagem individual. Porém, ao abrir a caixa-preta⁵ da ciência ao conhecimento público é que possivelmente se fará com que esta realidade mude, e a sociedade discuta e decida os problemas e prioridades de pesquisa. Neste sentido, é preciso explorar os estudos da ciência e das tecnologias, e as relações sociais que as envolvem.

A discussão da complexidade da ciência moderna e da tecnologia na sociedade contemporânea passou por vários marcos históricos e concepções sobre tecnologia e sociedade. Após a segunda guerra mundial, começou a ser questionado o contexto e o caráter benéfico da ciência e da tecnologia.

Três perspectivas na Europa motivaram o movimento denominado Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Como indicado por Vaccarezza (2004, p. 56), a primeira estava relacionada à sociologia da ciência (Merton - 1930), a segunda dizia respeito à relação entre ciência e poder (Bernal - 1930) e, a terceira, seria a interdisciplinaridade da “ciência da ciência” (Sola Price - 1963).

Atualmente, estudos das relações CTS estão relacionados aos aspectos sociais em Ciência e Tecnologia (CeT), tanto em relação aos fatores que influenciam o seu desenvolvimento com em relação às suas consequências sociais e ambientais.

O campo CTS teria três grandes direções de estudo, que Palacios (2001, p.

⁵ Caixa preta é entendido pelos autores/a deste estudo como uma “caixa” onde é guardado um código conhecido e acessado somente por especialistas que têm condições e conhecimentos para acessar seu conteúdo.

119 e p. 127) assinala como sendo as seguintes: a primeira, busca promover na academia a reflexão sobre CeT e a nova visão essencialista e socialmente contextualizada da atividade científica; a segunda, a criação de mecanismos democráticos para abertura de processos de tomadas de decisão defendendo a regulação social de CeT no campo da política pública; e, a última, na educação, que em diversos países já tem o aumento de programas e disciplinas com a nova imagem CTS.

O campo de CTS é caracterizado pelos estudos interdisciplinares. Trabalham com CTS historiadores/as, sociólogos/as e antropólogos/as do conhecimento científico, economistas da inovação, pensadores e analistas das políticas em CeT (VACCAREZZA, 2004, p. 65).

Esta interdisciplinaridade permite, por exemplo, chegar a considerações sobre o conceito de tecnologia deslocadas da ideia do artefato. A definição de tecnologia na visão CTS pode, assim, ser postulada por Dagnino (2009, p. 99) como o “resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho no qual em geral, atuam sobre outros atores sociais que se relacionam com artefatos tecnológicos visando a produção”.

Como este conceito é pouco entendido ainda na sociedade, Corezo (2004, p. 33) afirma que a ciência aplicada e a tecnologia buscam benefício das classes dominantes que as controlam, e declaram acima de tudo neutralidade.

No decorrer dos anos vários argumentos foram utilizados para ressaltar que a tecnologia é influenciada por questões políticas. Winner (1996) defende que para adoção de um sistema técnico é necessário ter condições sociais para seu funcionamento. Ele também enfatiza que o benefício que a tecnologia pode trazer à sociedade, muitas vezes é diferente das consequências negativas que ela às vezes traz, como poluição, doenças, entre outras.

Outra vertente que pode contribuir para os estudos em ciência, tecnologia e sociedade é a dos Estudos Culturais, que podem aprofundar o estudo da ciência na sociedade. Este viés contribui com o nosso estudo ao questionar a produção de hierarquia social e política que a ciência determina entre os/as cientistas/as (os que supostamente são capazes de entender a natureza e conversar com comunidade científica) e as pessoas da comunidade (excluídas do acesso aos resultados de pesquisas produzidas na academia).

Além de explorarmos estes aspectos, também introduzimos alguns conceitos

do campo dos estudos culturais, que far-se-ão necessários para entendermos alguns aspectos culturais da UTFPR⁶.

No contexto histórico, a cultura como disciplina se constituiu na Inglaterra em 1950. Cultura designava atividade (cultura de alguma coisa) até o final do século XVIII. E, no decorrer do tempo, muitos estudos exploraram a complexidade na qual a palavra cultura está envolvida. Resumidamente, vamos considerar neste estudo a cultura como produção material e sistema simbólico (CEVASCO, 2003; WILLIAMS, 1983, p. 91).

Os Estudos Culturais têm como interesse central, conforme Escosteguy (2001, p. 43), “[...] perceber as intersecções entre as estruturas sociais e as formas e práticas culturais”. Estas intersecções nos estudos culturais analisam “as formas sociais e culturais hegemônicas” de dominação, e procuram forças “contra-hegemônicas” de oposição, resistência e luta” (KELLNER, 2001, p. 47 e 48).

Entre estes estudos, a visão de Raymond Williams traz ao debate o campo da percepção materialista de cultura. Este termo vem da teoria do materialismo cultural que defende que os bens culturais são resultados de meios, materiais de produção - desde a linguagem até os meios de comunicação - envolvidos pelas relações sociais e seu contexto sócio-histórico. Ou seja, trata-se de teoria da cultura como processo produtivo, material e social de práticas específicas (CEVASCO, 2003).

A cultura formada por valores humanos e domínio da produção, também está presente no desenvolvimento de tecnologias.

As mudanças que as tecnologias propõem às pessoas e às sociedades modificam as suas práticas, mas, as formas de pensar dos indivíduos, muitas vezes, estão ligadas aos interesses dos que dominam os sistemas culturais.

Ao observar que a ciência e as tecnologias são criadas para propósito específico de grupos de interessados, é pertinente conhecer a visão do que se chama determinismo tecnológico.

Os argumentos que caracterizam a história do determinismo tecnológico iniciavam-se desde a Revolução Industrial, na visão de que a força do governo seriam as tecnologias. As mudanças tecnológicas, então, passam a ser vistas como poderosos agentes para mudança social. Mais tarde, estabelece-se como base da ordem política e econômica, da nova “sociedade tecnológica”, a tecnologia como

⁶ A cultura da Instituição está relatada no capítulo caminhos da pesquisa.

“progresso do homem”, que apoiou as indústrias capitalistas e deu prestígio aos Estados Unidos da América (MARX; SMITH, 1996).

O determinismo está também presente na visão da ciência, supostamente considerada neutra e universal, como progresso. Progresso este que é detido em domínio exclusivo das comunidades acadêmicas e seus interesses. Uma das teorias que combatem o determinismo tecnológico é a Construção Social da Tecnologia (SCOT)⁷ de Pinch e Bijker (1997).

Ao considerar que as tecnologias e a ciência são próximas em alguns aspectos de domínio social, Pinch e Bijker (1997) integram estudos construtivistas⁸ sociais com os empíricos da ciência e tecnologia, e dão ênfase à ciência sociológica, e ao relacionamento da ciência com a tecnologia.

Na ciência sociológica, as pesquisas empíricas realizadas permitem entender a construção do conhecimento científico em diversos contextos, vendo-o como construção social baseada em conhecimentos culturais, assim como suas metodologias e aplicações.

Pinch e Bijker (1997, p. 28) elaboraram então a SCOT. Segundo estes autores, esta fomenta a participação social no processo de desenvolvimento de artefatos tecnológicos. Ela também descreve os modelos de inovação, suas variações e seleções, diferentes do modelo linear de construção das tecnologias.

O esforço desses autores (PINCH; BIJKER, 1997) com a SCOT, ressalta alguns dos pontos com relação à intervenção pública no projeto da tecnologia e de seus códigos técnicos, códigos estes que interagem com diferentes crenças e interesses, ao induzir como os indivíduos devem comportar-se ao comerem, comunicarem-se, distraírem-se, etc. (FEENBERG, 1995).

Procurando entender a produção de ciência nos termos de construção social na área das ciências naturais, e dar continuidade aos esforços de sociólogos, também mencionamos o “Programa do Relativismo Empírico”⁹ (EPOR) que mostra por meio de seus estudos a construção social do conhecimento científico nas ciências exatas e engenharias (áreas duras) (PINCH, BIJKER, 1997).

⁷ *Social construction of technology*

⁸ “[...] o termo construcionismo, ao invés de construtivismo, o termo mais empregado nas línguas inglesa e espanhola para se referirem a essa temática, tendo em vista evitar confusões que possam decorrer da associação de tal termo às teorias construtivistas sobre a inteligência, notadamente as teorizações feitas por Jean Piaget, tão em voga no Brasil” (WORTMANN; VEIGANETO, 2001, p. 13).

⁹ *Empirical Programme of Relativism*.

Três estágios da ciência puderam ser identificados nos estudos da EPOR: a flexível interpretação da ciência; os mecanismos sociais que podem limitar a interpretação flexível; e o fechamento do estudo da ciência contemporânea para os mecanismos culturais e sociais.

Um meio que aqui nos interessa é a construção social da ciência, não entendendo esta como tecnologia aplicada, mas como uma comunidade científica que atua sobre a sociedade utilizando técnicas para produzir e divulgar os resultados da ciência. A democratização da ciência, pela ampliação do acesso, pode se dar pelas instituições de ensino e de pesquisa ao maximizarem seus direitos sobre suas realizações (ROCHA, 2009).

No entanto, com certeza, com a mudança das práticas da comunidade científica para popularização do conhecimento científico, torna-se complexo delimitar interesses que podem surgir, gerar manipulações e distorções para apresentação dos resultados das pesquisas. Ainda assim, é importante buscar o acesso aberto à informação para a população, pois ela possui tipos de conhecimento e visões de mundo, que podem contribuir para desmistificar “as verdades científicas” (MUELLER, 2002).

A sociedade como um todo também necessita de informações científicas que podem mudar o seu cotidiano, por exemplo. Sobre o uso de fertilizantes ou sobre nutrição, para então assimilá-las com criatividade. As informações ditas científicas, podem também receber a contribuição da sociedade em geral, sendo desenvolvidas colaborativamente (ALBAGLI, 1996, p. 403).

Além da construção social, em continuidade aos estudos da ciência, tecnologia e sociedade, com a intenção de promover mudanças sociais nos países latino-americanos, destacamos a partir da década de 60, o Pensamento Latino Americano de Ciência e Tecnologia (PLACTS), que criticou o modelo vigente do campo de estudos.

Na América Latina, os estudos sociais da ciência e tecnologia, antes conhecidos como estudos da sociologia do conhecimento, durante 1960 e 1970, apresentam as primeiras reflexões sistemáticas, eventos e publicações da área de CTS (DAGNINO; DAVIT; THOMAS, 1996, KREIMER; THOMAS, 2004).

Com a criação de diferentes grupos, foram utilizados três tipos de abordagens: a histórica, a política e a sócio-antropológica. A abordagem histórica possuía diferentes vertentes, a primeira delas, tinha enfoque externalista, estudava a

vida e obra dos cientistas e suas instituições; e, a segunda, internalista, indagava os aspectos internos de cada disciplina, e deixava de lado o contexto social da produção de conhecimentos (DAGNINO; DAVIT; THOMAS, 1996, KREIMER; THOMAS, 2004).

A partir de 1980, houve a expansão e consolidação do campo dos estudos sociais em Ciência e Tecnologia nos países latino-americanos. Os autores passaram a discutir a utilidade social da investigação científica e tecnológica, desenvolvendo em universidades latino-americanas os Estudos CTS aplicados à América Latina (ECTSAL) (DAGNINO; DAVIT; THOMAS, 1996, KREIMER; THOMAS, 2004).

Para complementar esta breve reflexão, sobre o campo CTS, consideramos pertinente verificar as práticas sociais da ciência tradicional para entender seu sistema de comunicação.

2.1 RELAÇÕES SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

O único árbitro da ciência, supostamente, é a verdade presente na natureza que é questionada pelo estudo científico. Na prática, entretanto, há mediadores que editam revistas, premiam trabalhos e criam elitismo, evidenciando a importância dos pesquisadores lutarem pela liberdade de expressão e de divulgação na estrutura tradicional de comunicação do conhecimento científico (ZIMAN, 1979, p. 146, 147 e 150).

A ciência para áreas “duras” é tradicionalmente vista como instituição que tem obrigações tanto morais quanto técnicas, como conjuntos de métodos, normas, valores e tradições culturais que certificam os conhecimentos e determinam as atividades científicas. A ciência tradicional tem, como principais normas, segundo Merton (1979, p. 64-77):

- a) universalismo – submeter o conhecimento a critérios previamente estabelecidos independente de qual fonte venha;
- b) comunismo – as descobertas vêm da colaboração social e estão destinadas à sociedade;
- c) desinteresse – a busca de respostas para benefício da sociedade,
- d) ceticismo organizado – suspensão de julgamento e imparcialidade na análise por meio de critérios empíricos e lógicos.

Entretanto, do ponto de vista do referencial que seguimos, e devido à

aproximação social que exploramos nesse estudo, vê-se que a ciência não segue estas normas. Além do que, os conhecimentos científicos estão repletos de direcionamentos baseados em interesses políticos, que na maioria das vezes são distantes das reais necessidades da sociedade (RICHARDS, 1983, p. 148).

Essas normas refletem a visão normativa do mundo científico das ciências duras, para as quais as ideias são mais valorizadas do que as pessoas. É importante lembrar que a ciência é produto da estrutura política e, portanto, influencia a sociedade e é influenciada por ela (MERTON, 1964, p. 619, ZIMAN, 1979, p. 129).

Segundo Gorz (1979), a visão que a sociedade tem dos/as cientistas está fundamentada em questões culturais. O autor ressalta que a relação cultural desenvolvida sobre a classe operária de cientistas é diferente das demais, pois se refere a status e não à habilidade e capacitação profissional, como qualquer outra habilidade.

Neste sentido, cientistas das áreas duras são considerados por Merton (1977, p. 324) devotos/as e prestigiados/as ao trabalharem com uma tarefa honrosa, a ciência. Somente no século dezenove na Alemanha é que foram inventados a ciência e o/a cientista moderno/a (ZIMAN, 1979, p. 100 e 107).

Sendo então orientado/a pela estrutura da comunidade científica o/a profissional cientista moderno precisa ter como pré-requisitos a postura científica, imaginação e senso crítico aguçados, seguir rígidas regras de argumentação e provas sobre fatos ou ideias. Tem ainda, seu/sua autor/a, de libertar-se de todo falso julgamento baseado em experiências pessoais anteriores (ZIMAN, 1979, p. 91-94).

Embora os resultados de pesquisas estejam influenciados por estas normas de conduta presentes na ciência, todos os/as cientistas estão à mercê das críticas de outros/as cientistas ligados ao processo de comunicação com diferentes interesses. O/A cientista que quer publicar os resultados do seu estudo, busca o reconhecimento de sua comunidade de pesquisa, e o/a cientista que faz parte de um corpo editorial procura manter a reputação de sua revista (FISHER, 1990, p. 98; SHILS, 1975, p. 11; ZIMAN, 1984, p. 64 e 65).

Assim, a comunidade científica depende das transações feitas entre os/as membros e aqueles/as que esta aceita. Assim, a negociação entre estes/as atores sociais é o que limita e controla o conteúdo da ciência (DAVYT; VELHO, 2000, p. 94 e 95; ZIMAN, 1979, p. 107-108 e 124).

Um efeito estudado neste sentido por Merton é o efeito Mateus, que aponta

para o sistema de recompensa associado aos canais de comunicação da ciência. Esse sistema concede frequentemente prêmios e reconhecimento aos/às cientistas eminentes que obtêm mais crédito por suas descobertas e contribuições para ciência, do que aos/as cientistas desconhecidos (MERTON, 1977, p. 564; 568; 556 e 559).

O efeito Mateus além de promover desigualdade, aumenta a redundância da ciência, pois, os/as cientistas realizam descobrimentos similares ou múltiplos para serem reconhecidos (MERTON, 1977, p. 564; 568; 556 e 559).

Desta forma, os/as cientistas isolam os resultados de pesquisas da sociedade, e escrevem para outros/as cientistas lerem, mantendo o conhecimento científico entre eles/as; é a famosa “torre de marfim”¹⁰. Ao mesmo tempo em que eles/as precisam equilibrar a questão de cooperativismo entre os pares, devem apresentar o seu trabalho em linguagem formal técnica para sua comunidade de pesquisa/avaliação (ZIMAN, 1984, p. 60-62).

Há dificuldade dos/das cientistas ativos/as em dar conta da leitura de base de sua área de pesquisa científica, o que aponta o grau mais elevado ainda de dificuldade que o cidadão comum pode enfrentar ao tentar ter acesso aos resultados das pesquisas (ZIMAN, 1981, p. 133 e 134).

Os cientistas defendem também que o estilo da redação deve ser conservado, para manter-se diferente de gêneros de textos divulgados em veículos de comunicação de massa. O que no mínimo exclui algumas possibilidades deste conhecimento chegar até a população (ZIMAN, 1981, p. 133 e 134).

Segundo Merton (1979, p. 71) possuir “a preocupação com a prioridade é frequentemente a contra parte do orgulho pela descoberta – a síndrome de Eureka”. Ou seja, cientistas em busca de reconhecimento publicam para que sua técnica ou teoria seja difundida, e conseqüentemente ganhe prestígio na sua comunidade de pesquisa, não tendo interesse associado às necessidades da sociedade.

Ao olharmos para as influências sociais do conteúdo cognitivo da ciência, podemos questionar o porquê dos trabalhos de cientistas aceitos e divulgados serem apenas aqueles reconhecidos pela comunidade científica (COLE, 1992, p. 137; ROUSE, 1999, p. 452).

¹⁰ Conforme Ceia (2005) “Expressão metafórica para designar a atitude de indiferença e de distanciamento em que se colocam alguns escritores/artistas, numa recusa ostensiva do mundo exterior”. Mais detalhes do termo disponíveis no dicionário de termos de Céia (2005): <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/T/torre_marfim.htm>. Acesso em: 11 out. 2009.

Uma classe de operários cientistas é reforçada com a estrutura do sistema capitalista, na qual os que detêm mais conhecimento têm privilégios e compõem uma espécie de burguesia que determina seus interesses sobre a comunidade de pesquisadores iniciantes (GORZ, 1979). Benjamin (1986, p. 151) complementa esta ideia da política determinar o andamento das pesquisas, ao comentar que o “nome da ciência presta-se por excelência a ocultar uma arraigada indiferença burguesa”.

Neste sentido, Latour (1983) ressalta que a maior parte do poder vem da ciência ao invés do processo político clássico. Devendo então a sociedade interrogar os conteúdos das ciências e verificar o que ocorre dentro dos laboratórios, locais dos quais vêm as futuras reservas de poderes políticos que estão em elaboração (LATOURE, 1983).

Para questionar estes conteúdos consideramos pertinente explorar o fundamento da ciência, que está em seu sistema de comunicação, pois é esse sistema que mantém os padrões estabelecidos de normas para a produtividade e reconhecimento de um/uma cientista.

2.2 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica em sua gênese era feita por cartas e, após, em panfletos, seguidos dos livros e periódicos especializados (ZIMAN, 1981, p. 106-117).

Até o século XVII a comunicação científica era feita por cartas particulares e eventuais publicações em folhetos. A carta tinha linguagem bem diferente de documento publicado em jornal, pois exigia estilo cuidadoso e detalhado. Já os mecanismos para publicações mais curtas e com escopo limitado acabavam tendo pouca circulação, pois pesquisas mais pretensiosas tinham rápida divulgação por livros (ZIMAN, 1979, p. 117-120).

Com a iniciativa das Sociedades Reais e Academias Nacionais, as quais visaram dar abertura às pesquisas menores, cria-se a revista científica. As primeiras revistas forneciam resumos das reuniões, para enviar para quem não podia estar presente. A mais famosa entre elas, que aceitava publicações regulares, foi a *Philosophical Transactions* da *Royal Society* (ZIMAN, 1979, p. 117-120). O periódico, então, traz a ideia de rapidez para a comunicação científica em sua origem e em contraste a livros (ZIMAN, 1979, p. 117-120).

No Brasil a história do periódico científico iniciou com a chegada da Corte Portuguesa ao País, quando foi criado o jornal para comunicação da ciência, a Imprensa Régia. No entanto, era ainda iniciativa isolada e voltada para atos oficiais, sendo que somente em meados da década de 30 retornaram no Brasil atividades dessa natureza (FREITAS, 2006, p. 56 e 57, 65).

Além dos periódicos, o conhecimento científico pode ser encontrado também em documentos gerados de avaliação de artigos, compilações de dados, resumos de revistas, entre outras publicações (ZIMAN, 1984, p. 58 e 59).

Porém, são as publicações em periódicos reconhecidos por meio de estrutura de poder presente na comunidade científica, que mantêm os padrões de pesquisa com o sistema de recompensa, e estimulam a competição e consenso ao conciliarem os interesses do/da cientista aos da iniciativa científica (KNELLER, 1978, p. 197 e 200).

Entre os métodos de comunicação científica estão: o contato verbal, as comunicações orais em seminários ou conferências, *preprints* do trabalho, capítulos de livros e artigos para revistas científicas (GASTON, 1972, p. 27; KNELLER, 1978, p. 188; ZIMAN, 1979, p. 122).

Entre os espaços que a comunicação científica por canais formais não consegue abranger está a comunicação informal estabelecida com as conversas no intervalo de eventos, seminários e viagens. Este tipo de comunicação entre os/as cientistas é utilizado como canal para transferir informações entre eles/elas e receber a pré-aprovação do seu trabalho (COLLINS, H, 1999, p. 96 e 97; GASTON, 1972, p. 26 e p. 32; ZIMAN, 1981, p. 67 e 68, 105, 120 e 121, 123-127).

A comunicação deste conhecimento é coordenada por Instituições tais como sociedades especializadas, chamadas de colégios invisíveis, redes sociais de cientistas que variam muito conforme seu campo científico (CRANE, 1972, p. 18; DAGNINO, 2007; KNELLER, 1978, p. 182).

No entanto, a sociedade por pagar as pesquisas públicas, tem direito e deveria ter acesso aos resultados e meios de divulgação do conhecimento científico, seja por canais formais ou informais. Como isto não ocorre, exploramos na próxima seção o quanto a ciência está distante da sociedade, e de que maneiras a sociedade consente esta postura da comunidade científica.

2.3 MUDANÇAS DO MODELO DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

A comunicação científica “tradicional” estabelece papéis a diferentes atores que necessitam dela (MORENO; ARELLANO, 2005, p. 77). Ziman (1984, p. 58) afirma que “[...] os resultados das pesquisas devem ser públicos”, mas este anseio revela uma contradição com a comunicação científica tradicional estabelecida em instituições de ensino públicas e institutos de pesquisa.

O AA desafia o sistema de comunicação atual da ciência, e consideramos que ele possibilita a intervenção da esfera pública nas práticas e relações sociais da ciência.

Embora o AA apresente vantagens e restrições¹¹ ele é um possível caminho de transformação da comunicação científica, pois provoca mudanças nas barreiras de acesso ao conhecimento.

As novas tecnologias, assim como a televisão estudada por Williams (1990), tornam-se incentivos para a transformação social, e a divulgação das práticas do Acesso Aberto pode auxiliar o estabelecimento de outras estruturas sociais. A sua aceitação na academia pode criar novas possibilidades e trazer novas formas de interação com os conhecimentos produzidos na academia (WILLIAMS, 1990, p. 12).

Meios alternativos para divulgação científica (perante o padrão da técnica) podem levar a uma transformação da forma de fazer ciência. Estas novas formas de a sociedade interagir com a ciência podem modificar a própria noção de ciência como “progresso” ou “verdade”. Liberta-se assim, a sociedade, da ideia de que ciência é feita apenas para cientistas (BENJAMIN, 1994, p. 18 e 19).

Surgem na sociedade e na comunidade científica também, formas não habituais de comportamento, incluindo o aumento da participação na construção da ciência e o acesso aos resultados que a ciência produz. Pode abrir-se a comunidade científica à possibilidade de analisar e ter a percepção mais próxima de qual é seu possível engajamento com os reais interesses e necessidades sociais. E assim rejeitar o valor de culto da ciência, ao provocar no público uma atitude crítica sobre ela (BENJAMIN, 1994, p. 18 e 19).

Assim como a aproximação da ciência da sociedade, outras tecnologias também tiveram transformações feitas pela sociedade ao interferir em suas relações

¹¹ que estão listadas na seção intitulada prós e contras do Acesso Aberto desta dissertação.

e estrutura.

Podemos observar, neste sentido, o caso da internet, amplamente estudada tanto em relação às questões técnicas, quanto às temáticas acerca da discussão sobre o direito autoral, anarquia e etnia. Com a internet feita na e pela sociedade, novas funções foram dadas a ela, estendendo-a para caminhos com funções sociais impensadas em sua gênese (CASTELLS, 2001, p. 61, p. 82 e p. 83; PORTER, 1996, p. 201, p. 202, p. 205).

A internet abriu algumas frentes de participação da sociedade, além disso, auxilia a reconfigurar as relações humanas. Com o passar do tempo a internet muda estes valores e assume valores comerciais. Torna-se eixo para fazer negócio e gerar dinheiro, ao reinventar a sociedade e expandir o alcance da mesma (CASTELLS, 2001, p. 61, p. 82 e p. 83; PORTER, 1996, p. 201, p. 202, p. 205).

Ao citar a cultura *hacker* e, em particular, os valores que conduzem a liberdade e criatividade nos espaços eletrônicos, daremos como outro exemplo o software de código aberto, pois, muitos dos seus princípios eram parecidos com os da internet. Eles também, hoje, de certa forma, são envoltos de valores comerciais. A diferença é que o código aberto ainda mantém seus principais valores, com motivações colaborativas e desenvolvimento competente. O código aberto também alterou a estrutura convencional de trabalho e permite aos trabalhadores que o utilizem para vantagens pessoais (SODERBERG, 2008, p. 29, 30, 39; WEBER, 1961, p. 244 e p. 225, p. 247).

Complementando esta cultura livre, em um projeto internacional que teve sua primeira versão em dezembro de 2008 em um encontro em Paris, denominado 2020 FLOSS Roadmap, várias pessoas colaboram para visualizar as projeções que o Software Livre e Software de Código Aberto terão em tecnologias que iremos utilizar em nosso cotidiano e as possíveis implicações que irão gerar na Sociedade de Informação. Este projeto analisa grandes temas que verificam como a relação tecnologia-homem muda ao decorrer do tempo, tendo como espaço para discussão uma plataforma de sistema de colaboração no site do projeto¹².

Outro exemplo é a comunicação sem fio (*wireless*) que, como os telefones celulares, trouxe transformações ao universo social dos americanos, como pode ser

¹² Para obter mais informações sobre o projeto, acesse (as informações sobre o projeto colocadas neste parágrafo foram retiradas deste site): <<http://www.2020flossroadmap.org/about/>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

visto na relação com o trabalho, amigos e família. Além disso, modificou a relação das pessoas com o tempo e deu a possibilidade de criar espaços para atingir a segurança individual, ou até mesmo um meio para cometer crimes (KATZ, 1999, p. 7-15).

A comunicação *wireless também* reduziu a escala de tempo que tinha para se manter contato e deu às pessoas meios para obterem acesso fácil às informações. Esta comunicação interferiu ainda na maioria dos tipos de interações que as pessoas têm com as outras, como por exemplo, ao andarem na rua conversando no celular eles/as anulam a interação com os pedestres, e mantêm contato com outras pessoas apenas por meio da tecnologia (KATZ, 1999, p. 7-15).

Estes exemplos mostram que a sociedade pode transformar a estética de como as tecnologias são divulgadas e utilizadas. Do mesmo modo, o acesso aberto pode servir como uma tecnologia inovadora para o método tradicional de divulgar a ciência.

Ao considerar que o Acesso Aberto pode mudar o modelo tradicional da comunicação científica, procuramos conceituar na próxima sessão a diferença entre divulgação científica e comunicação científica, que são termos parecidos, mas para “audiências” distintas.

2.3.1 Comunicação científica, divulgação científica e o Acesso Aberto

Albagli (1996, p. 396), Valerio e Pinheiro (2008, p. 160 e 161) escrevem que a comunicação científica é destinada somente para especialistas, de cientistas para cientistas, chamada também de comunicação entre pares. Ressaltam também que a comunicação científica envolve a produção, disseminação e uso da informação.

Estes autores (ALBAGLI, 1996, p. 396; VALERIO E PINHEIRO, 2008, p. 160 e 161) acreditam que a divulgação científica, também chamada de popularização da ciência, é destinada para o público em geral, não especializado, com linguagem e uso de termos comuns.

Entendemos a divulgação científica como nosso argumento inicial, por defendermos o Acesso Aberto às pesquisas tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade.

É preciso ressaltar que textos científicos revisados por pares disponibilizados

na internet, sem custo para o/a leitor/a, retratam mudanças na estrutura da comunicação científica. De um lado está a comunidade acadêmica com a necessidade de comunicar seus resultados e, no outro, as editoras que mediam essa comunicação e regulam seu acesso; sendo essa tensão uma “guerra de interesses” (BLATTMANN, 2009, p. 1; COSTA, 2006, p. 49; NEVES, 2004, p. 116).

Neste sentido, Mueller (1994, p. 316) faz um estudo sobre a literatura dos últimos quase 30 anos sobre o estado da arte da comunicação científica e conclui que fatos, como o Acesso Aberto, podem provocar mudanças no sistema de comunicação da ciência, em especial no acesso aos resultados das pesquisas.

No Quadro 1 é possível verificar as relações entre a publicação eletrônica tradicional (com acesso limitado aos artigos) – Figura 1 - e o impacto da publicação de auto arquivamento em Acesso Aberto – Figura 2.

Quando o acesso é restrito (primeira figura)	Quando o acesso é maximizado (segunda figura)
Os/As pesquisadores/as fazem a pesquisa	Os/As pesquisadores/as fazem a pesquisa
Escrevem o <i>pre-print</i>	Escrevem o <i>pre-print</i>
Submetem para revista	Depositam em repositório institucional de auto arquivamento e submetem o artigo para revista ao mesmo tempo
O <i>pre-print</i> é avaliado e revisado	O <i>pre-print</i> é avaliado e revisado, enquanto quem tiver interesse no estudo pode ler e utilizar dados dele e se possível enviar comentários ao/a autor/a
Se aceito é publicado	Se aceito é publicado em revista de Acesso Aberto ou utiliza ferramentas para publicar o <i>post-print</i> em repositórios de suas universidades
Os/As pesquisadores/as podem ter acesso a esse <i>post-print</i> , caso sua universidade tenha a assinatura da Revista	Qualquer pessoa conectada a internet pode ter acesso a esse <i>post-print</i>

Quadro 1 – Diferenças entre o acesso limitado e maximizado na comunicação científica
Fonte: Adaptado do ciclo de impacto da pesquisa de Brody e Harnad (2003) pela autora.

Enquanto na publicação tradicional a compra de assinaturas para se ter acesso aos artigos completos é normalmente restrita, no Acesso Aberto o conteúdo completo dos artigos pode ser acessado e recuperado em buscadores como o Google, ou, outros mecanismos que facilitem a acessibilidade e visibilidade dos artigos publicados (HARNAD, s/d).

Dado este contexto, para identificar em campo as possíveis implicações geradas pela institucionalização do Acesso Aberto na UTFPR, descreveremos no próximo capítulo os princípios, características do acesso aberto e demais aportes necessários para cumprirmos nosso objetivo de pesquisa.

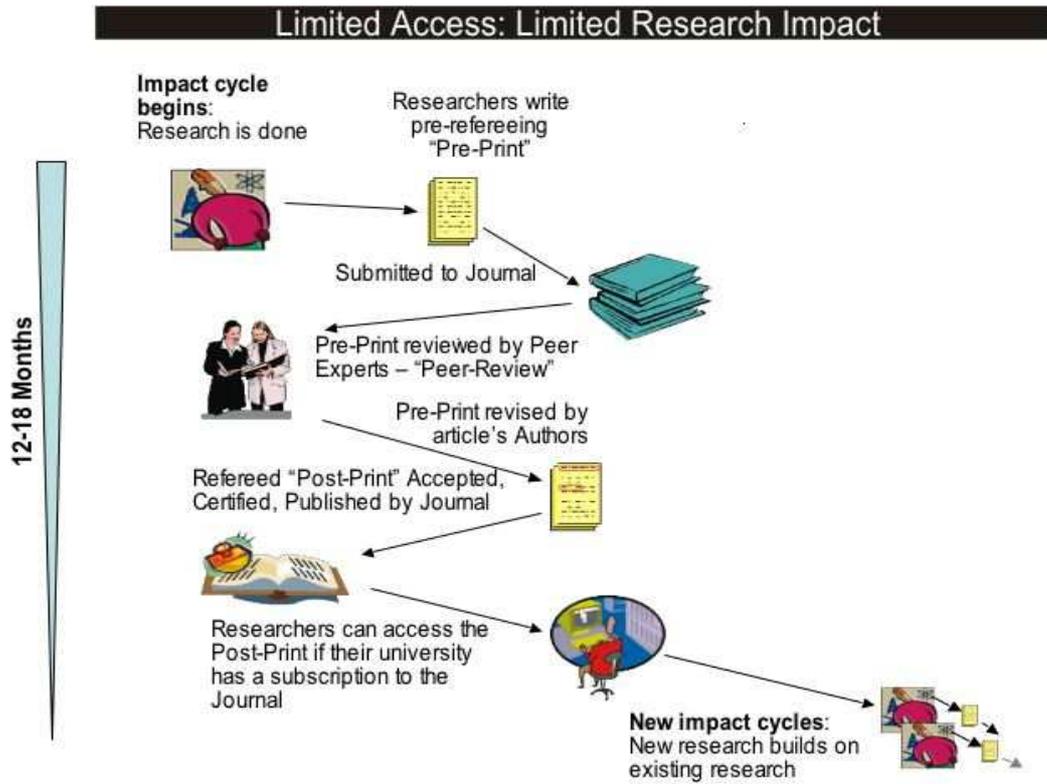


Figura 1 – Impactos da pesquisa com acesso limitado
 Fonte: HARNAD, s/d.

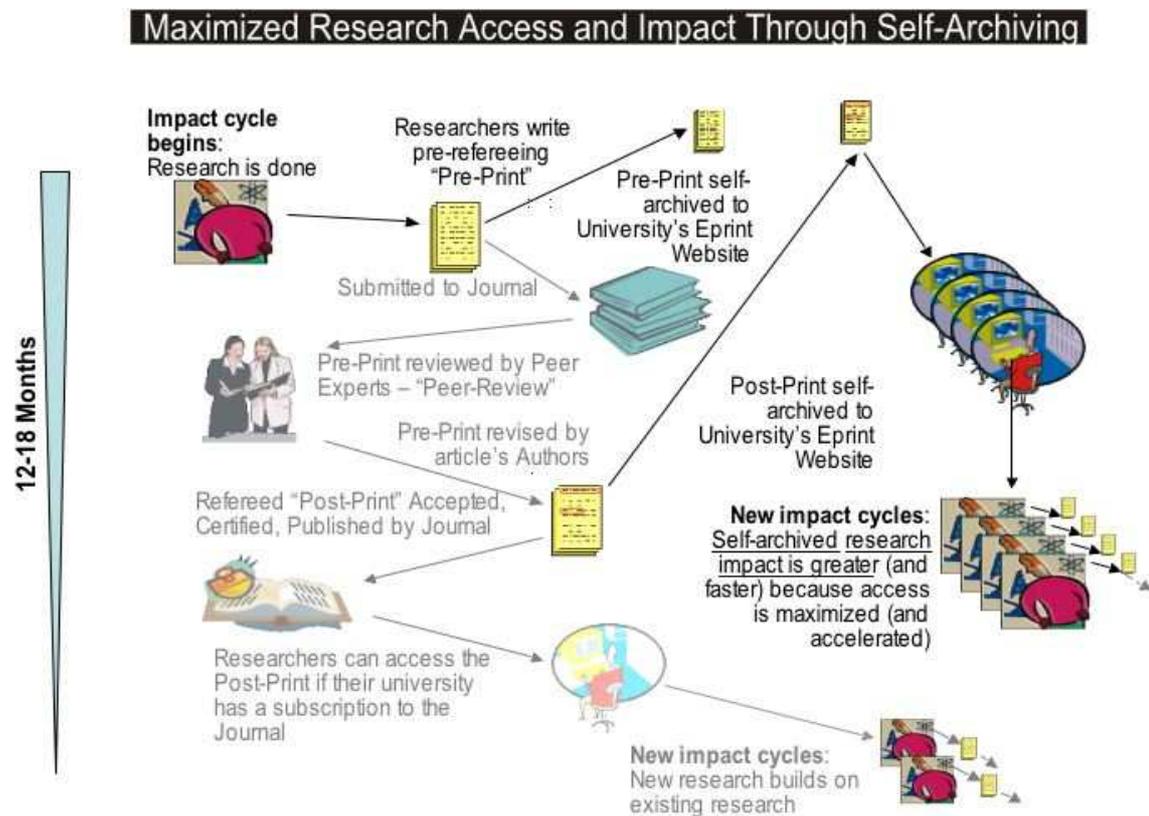


Figura 2 – Acesso a pesquisas maximizado e impactos do auto arquivamento.
 Fonte: HARNAD, s/d.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DO ACESSO ABERTO

Neste capítulo descreveremos o AA, sua história, principais conceitos, iniciativas, e levantaremos aspectos práticos para a definição de políticas a seu favor em Instituições Acadêmicas. Indicamos ainda, prós e contras que defensores/as e críticos do movimento argumentam.

A motivação para o desenvolvimento do AA pode ser sintetizada na história apresentada pelo autor Alison Buckholtz (*apud* TRZESNIAK; KOLLER, 2005, p. 321) abaixo:

no princípio, cientistas curiosos realizavam pesquisas acerca do céu e da terra. No primeiro dia, esses cientistas se reuniram para constituir comunidades em torno de um interesse comum. Tais comunidades ficaram conhecidas como associações científicas. E isso era bom. No segundo dia, outras pessoas mostraram interesse pelas descobertas dos cientistas. E isso era muito bom. No terceiro dia, as associações publicaram seus resultados em revistas científicas. Estas revistas atingiam a audiência mais ampla possível, através de assinaturas a preços acessíveis a indivíduos e a bibliotecas. A arrecadação com as assinaturas era reinvestida no próprio conhecimento, e comunidades com foco temático definido frutificavam. O futuro parecia definitivamente muito promissor. No quarto dia, editoras comerciais adquiriram as revistas científicas. No quinto dia, as editoras se fundiram, incorporaram os publicadores menores, e obtiveram lucros astronômicos através do aumento dos preços das assinaturas. As bibliotecas cortaram a aquisição de monografias e de periódicos nas áreas de ciências humanas e sociais para manter as assinaturas das dispendiosas revistas exigidas pelos que se dedicavam as “ciências duras”. Uma nuvem negra passou a pairar sobre a comunicação acadêmica. No sexto dia, pesquisadores, associações científicas, bibliotecários e administradores acadêmicos começaram a discutir soluções alternativas. No sétimo dia, foram aos seus colegas das universidades e solicitaram que os apoiassem (Alison Buckholtz, 1999).

Essa história ressalta as dificuldades influenciadas pelos fatores econômicos que têm limitado o acesso à produção científica. Conforme Moraes e Marcondes (2007, p. 5), as primeiras editoras comerciais que foram organizadas, já tinham como interesse o lucro, e a divulgação da produção científica se tornou secundária. Quando a comunicação científica em revistas era feita somente em meio impresso, as editoras controlavam o acesso ao conteúdo pelo pagamento (PINTO, 2006, p. 40).

Porém, a prática das editoras em cobrar assinaturas para liberar o acesso ao

seu conteúdo continuou com o meio eletrônico, o que tornou inviável às bibliotecas e instituições de pesquisa efetuarem seu o pagamento, devido ao aumento da quantidade de publicações. Do mesmo modo, também limitou a visibilidade dos trabalhos somente para Instituições que tinham condições financeiras de adquirir estas assinaturas (MORAES; MARCONDES, 2007, p. 5 e 6).

Foi no final da década de 1990, neste contexto, que o Acesso Aberto surge com as contestações advindas do aumento do custo de assinaturas de revistas. Em outras palavras, ele teve origem na crise do periódico (KURAMOTO, 2006). Moraes e Marcondes (2007, p. 5) esclarecem que este período foi chamado de “crise do periódico” por ser marcado pela: “fusão de editoras comerciais; aumento de preços das revistas em curto período de tempo; venda de assinaturas por “pacotes”; consórcios de bibliotecas para cooperarem e diminuírem os custos”.

Além desta crise, com as alternativas de publicações eletrônicas, começa a ser repensada a questão de compartilhamento dos direitos entre o autor, que não depende mais tanto das editoras (PINTO, 2006, p. 40). O que, segundo Moraes e Marcondes (2007, p. 6), “incentivou a comunidade a buscar alternativas que permitissem o acesso livre à produção científica, sem cobranças”.

Porém, no sistema tradicional da comunicação científica, o modelo de negócios instituído estabelece estrutura de poder para as casas editoriais, fazendo com que os/as autores/as necessitem publicar em revistas com fator de impacto para ganhar pontos e ser reconhecido/a enquanto pesquisador/a. Segundo Moreno e Arellano (2005, p. 77), os/as autores/as seguem as regras metodológicas de produção do conhecimento científico, procurando o prestígio e o apoio financeiro.

Como vimos na seção 2.2 desta dissertação, Kneller (1978, p. 197 e 200) ressalta que as publicações em periódicos reconhecidos por meio de estrutura de poder presente na comunidade científica é que mantêm os padrões de pesquisa com o sistema de recompensa e estimulam a competição e consenso ao conciliarem os interesses do/da cientista aos da iniciativa científica.

Neste sentido, o AA sugere mudanças na comunicação científica e em seu modelo de negócios, questionando também o direito livre de acesso aos/as leitores/as. Porém, a editoração de revistas não é gratuita. Segundo Henry (2009), o modelo de publicação requer recursos financeiros para dar suporte à infraestrutura que conta com equipamentos, serviços básicos de edição e recursos intelectuais para avaliação.

Para que o/a leitor/a tenha acesso aberto ao conteúdo das revistas, é necessário então pensar em novos modelos de negócios para identificar como esses custos serão dissolvidos, questionando também os vários *stakeholders* quanto ao sistema de avaliações e incentivos dos/as autores/as que dão suporte ao modelo tradicional de publicação existente.

Segundo Pinto (2006, p. 40), o AA se tornou viável a partir do Repositório ArXiv¹³ do Laboratório de Los Alamos. E ainda segundo este autor, foi em Budapest que o AA cria as duas rotas ou vias principais para dar acesso aberto aos artigos científicos.

Ainda sobre o assunto, outros marcos foram importantes para o desenvolvimento do Acesso Aberto, e o pesquisador Suber (2009) mantém cronologia detalhada da evolução do movimento, que está disponibilizada atualmente na Wikipédia. Ele apresenta como principais marcos o surgimento das declarações e manifestos nos estudos de AA. No Quadro 2 destacamos algumas datas desta cronologia para visualizarmos o crescimento das ações e estudos da área.

Foi com base nestas iniciativas que foi fundamentada a definição de AA na declaração de Bethesda, devendo o/a autor/a assegurar a todo leitor/a/usuário/a o direito de acesso a seu trabalho, com licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal (COSTA, 2006, p. 42). Também vemos a publicação em acesso aberto passível de apropriação.

O autor Rodrigues (2009, p. 5) complementa esta definição ao esclarecer que o AA :

não é auto-publicação, nem uma forma de ultrapassar o processo de revisão pelos pares (*peer-review*) e publicação, nem é uma forma alternativa para publicação a baixo preço. É simplesmente uma forma de tornar os resultados de investigação acessíveis livremente online para toda a comunidade científica.

Tanto Willinsky (2006a, p. 37) quanto Pallardo (2008, p. 8) argumentam que a principal motivação do movimento de AA é a disseminação do conhecimento científico. Essa facilidade de recuperação associada à diminuição de barreiras pode

¹³ Pode ser acessado pelo: <<http://www.arxiv.org>>.

reduzir gastos desnecessários em pesquisas duplicadas, e permitir que os

1974	As bibliotecas de Stanford e Deutches iniciaram na catalogação eletrônica em Física uma base eletrônica de dados, a <i>Stanford Physics Information Retrieval System</i> (SPIRES).
1989	Steve Harnad lança a revista <i>Psychology</i> , livre de custos on-line. Charles W. Bailey Júnior lança a revista <i>The Public-Access Computer Systems Review</i> .
1990	Berners Lee escreve a primeira página da web e disponibiliza proposta publicada por ele.
1991	Paul Ginsparg lança o repositório arXiv.
1992	Ocorre o primeiro e segundo simpósio de publicações de trabalhos acadêmicos eletrônicos.
1993	John Mark Ockerbloom lança em sua página um livro on-line.
1994	A iniciativa das bibliotecas digitais é lançada pela National Science Foundation; Projeto Gutemberg-DE é lançado por Gunter Hille; Steve Harnad lança a primeira proposta de auto arquivamento.
1995	Um portal de Acesso Aberto para as leis a Alemanha e direitos escolares é lançado por Norbert Gugerbauer.
1996	A National Human Genome Research Institute adota os princípios de publicação e determina política para todos os seus pesquisadores/autores;
1997	SciELO (Scientific Electronic Library Online) é lançado pela FAPESP e BIREME.
1998	Lançada a Campanha de livre distribuição do trabalho científico por Stefano Ghirlanda. Lançado o Fórum chamado de Acesso Aberto de Cientistas Americanos moderado por Stevan Harnad.
1999	Lançada a Iniciativa de Arquivos Abertos (Open Archives Initiative – OAI). BioMed Central anuncia que oferecerá Acesso Aberto a todos os suas revistas. Realizada a Convenção de Santa Fé.
2000	BioMed Central publica seu primeiro artigo aberto online.
2001	Wikipedia é lançada por Jimmy Wales. Lançado por Peter Suber a SPARC Open Access Newsletter.
2002	Creative Commons é lançado por Lawrence Lessig. Lançado o blog de Peter Suber chamado de “Open Access News”. São lançados pela JISC-FAIR o Projeto RoMEO (Rights METadata for Open archiving), o Projeto SHERPA (Securing a Hybrid Environment for Research Preservation and Access) e o Project MIT compila o software de código aberto Dspace com o protocolo OAI. O Projeto Public Knowledge Project apresenta o software de código aberto Open Journal Systems, que no Brasil conhecido como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
2003	A Budapest Open Access Initiative lança o fórum BOAI e publica dois guias para publicação em Acesso Aberto. Steven Harnad lança a Política de auto arquivamento institucional. Declaração de Bethesda.
2004	Google anuncia o lançamento do Google Scholar, Google Print e Google Library.
2005	Creative Commons lança o Science Commons.
2006	É adicionado no software Eprints um botão para enviar <i>e-mail</i> para o autor. Microsoft lança o Live Academic Search.
2007	20.000 assinaturas são entregues para Comissão de Ciência e Pesquisa da Europa uma petição para garantir o acesso público a pesquisas. A SPARC e o DOAJ anunciam o projeto de desenvolvimento de padrões e auxílios para revistas proverem para os pesquisadores/as/autores/as.
2008	Várias universidades ao redor do mundo adotam o mandato institucional de Acesso Aberto, como Italy's Instituto Superiore di Sanità, University of California – Berkeley, Australia's Charles Sturt University, University of Michigan (postou 1 milhão de livros on-line), Harvard University Faculty of Arts and Sciences, Scotland's Queen Margaret University, Stirling University, European Science Foundation, Stanford University School of Education.
2009	Peter Suber lança o Open Access tracking project (OATP).

Quadro 2 – Alguns marcos na história do Acesso Aberto

Fonte: Compilada do OAD¹⁴; SUBER¹⁵. Tradução e recorte feitos pela autora.

desdobramentos do estudo cheguem a mais pessoas e mais rápido do que em modelos tradicionais de comunicação científica, onde o acesso é restrito, e a base de artigos fechada (UNIVERSITIES UK; RESEARCH, 2009, p. 18).

Disponibilizar artigos pode abrir diferentes caminhos para adicionar valor e qualidade aos conhecimentos (WILLINSKY, 2006, p. 9078 e 9079).

Suber (2003), um dos autores mais influentes na área de AA, acredita que o acesso aos conhecimentos científicos na sociedade atual não deveria estar limitado por senhas e autenticações de servidores de *proxy*¹⁶. O/a leitor/atem o direito de ler e copiar os artigos digitais dentro dos termos de seu uso (SUBER, 2003, p. 1).

Suber (2007) também enfatiza que os princípios do AA estão baseados na disponibilização de arquivos em formato digital com o mínimo possível de restrições de uso e barreiras de preço. O autor assevera que o AA é compatível com algumas práticas da comunicação científica, principalmente as que envolvem questões relacionadas ao direito da obra intelectual, mas, difereem parte do modelo tradicional, ao enfatizar que não se deve repassar custos de produção ao leitor/a.

Complementando as ideias de Suber, Harnad, em uma entrevista feita por Café e Kuramoto (2007, p. XI), assevera que o Acesso Aberto aplica-se principalmente a publicações em periódicos, à exceção de revistas gratuitas, em que o/a autor/a escreveu sem finalidade lucrativa, e que fez o repasse de todos os direitos autorais sobre uma obra, gratuitamente aos editores.

Costa (2006, p. 40-42) acredita que o AA possibilita ao/a leitor/a o direito de copiar, usar, distribuir e transmitir trabalhos digitais derivados, desde que com a anuência prévia de autoria. Estes são princípios em comum com a denominada “filosofia aberta”, na qual movimentos como o Software Livre e a Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI – *Open Archives Initiative*) participam.

As autoras Swan (2006a, p. 2), Pinto (2006, p. 62) e Targino (2007, p. 101), enfatizam que por meio do AA é possível monitorar e gerenciar a produção da ciência, pois este proporciona maior interoperabilidade entre os arquivos,

¹⁴ Disponível em: <<http://oad.simmons.edu/oadwiki/Timeline>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/timeline.htm>>. Acesso em: 12 set. 2009.

¹⁶ “Um Proxy é alguém (um computador) que se faz passar por um outro (computador). O modo mais simples de se entender isso é no contexto de circuito virtual”. Par ler mais a respeito acesse: <<http://www.ime.usp.br/~ueda/ldoc/proxy.html>>

recuperação e compartilhamento mais eficiente das informações.

Ao levarmos em conta os aspectos da definição de AA que seguimos neste estudo é Swan (2006, p. 1) que o conceitua como acesso “livre, imediato, permanente e irrestrito”.

Sobre os pensamentos levantados, para nós, o Acesso Aberto é fruto de um movimento social que fomenta a circulação aberta de informações eletrônicas ditas científicas não só no âmbito acadêmico, mas para qualquer pessoa que tenha interesse em acessá-las.

Além disso, o Acesso Aberto conforme Lawrence (2001) consegue minimizar as redundâncias de pesquisas e acelerar o progresso da ciência. A acessibilidade de artigos tem, segundo ele, a capacidade de mudar drasticamente a comunicação científica.

Neste sentido, Willinsky (s/d, p. 1 e p. 5) recomenda que, em especial para instituições acadêmicas que não possuem ações a favor do Acesso Aberto, suas missões¹⁷ sejam mudadas, pois precisa ser parte fundamental da missão de uma Instituição a circulação do conhecimento. Trata-se de uma questão que envolve o direito público de acesso à informação e, como consequência, a Instituição obtém vantagens com os resultados de suas pesquisas disponíveis sem custo para acessá-las (WILLINSKY, s/d, p. 1 e p. 5).

Todavia, não é só a Instituição que têm vantagens com o Acesso Aberto. Segundo Rodrigues (2009, p. 5), tanto o/a autor/a quanto a instituição podem “aumentar a visibilidade e o impacto da investigação desenvolvida”. Essa vantagem em relação ao impacto das pesquisas é um argumento utilizado com frequência pelos/as autores/as de AA. E, para entender melhor este argumento, vamos levantar brevemente os aspectos do fator de impacto em relação ao Acesso Aberto na próxima seção.

3.1 O FATOR DE IMPACTO E O ACESSO ABERTO

O impacto das pesquisas é avaliado por indicadores bibliométricos, que tentam quantificar a produção científica, ao indicar por índices de citações os periódicos qualificados (STREHL, 2005, p. 19).

¹⁷ Missão é entendida por nós como o resumo das principais ações de uma instituição.

O fator de impacto existe desde o início da década de 60 para estabelecer um *ranking* de qualidade das publicações dos periódicos, sendo a maioria deles avaliados pelas métricas do *Science Citation Index (SCI)* do Institute for Scientific Information (ISI) (KURAMOTO, 2008, p. 864; STREHL, 2005, p. 20). O fator de impacto, segundo Garfield (1998), pode ser impreciso devido à utilização de estatísticas elaboradas com dados fora do contexto.

O *Journal Citation Reports (JCR)*¹⁸ do ISI, tem três indicadores que são utilizados por agências de fomento para avaliar pesquisadores/as e instituições. Segundo Strehl (2005, p. 20), são eles:

- a) *immediacy index* (índice de citação imediata) – calculo anual entre o número de citações feitas para artigos publicados em um ano dividido pela quantidade de artigos publicados neste ano (citações feitas a artigos correntes/número de artigos correntes);
- b) *cited half-life* (meia-vida das citações) – subtrai-se da quantidade de anos (do atual até chegar ao ano que os artigos foram citados menos de 50%) a divisão feita entre 50% do valor abaixo e o valor acima do total, arredondando a casa decimal (anos – 50%/50% = meia-vida das citações),
- c) *impact factor* (fator de impacto) – calculado entre o número de citações feitas no ano corrente em relação aos artigos publicados nos últimos dois anos, dividido pelo número total destes mesmos artigos publicados nos últimos dois anos (citações feitas/número de artigos).

Em uma de suas pesquisas, Lawrence (2001a) analisa 119.924 artigos de conferências de Ciência da Computação e compara desde 1989 o crescimento da porcentagem de artigos em relação ao número de citações.

Lawrence (2001a) comparou estes artigos, considerando o período de 1990 a 2000, e separou os artigos eletrônicos de AA dos que não estão abertos na internet, tendo como média de citações 2.74 para artigos considerados “offline” e 7.03 para os disponibilizados em AA, apresentadas na Figura 3 (LAWRENCE, 2001a).

Figura 3 – Artigos visíveis ou “invisíveis”
Fonte: Lawrence (2001a).

¹⁸ Este relatório pode ser adquirido no: <http://wokinfo.com/products_tools/analytical/jcr/>. Acesso em: 01 abr. 2010.

Outro estudo interessante sobre o impacto das citações é o de Harnad e Brody (2004), que comparam periódicos eletrônicos de acesso “restrito” e os de acesso aberto, na área de física das universidades de du Québec à Montréal, Southampton University e Universität Oldenburg, apresentado na Figura 4.

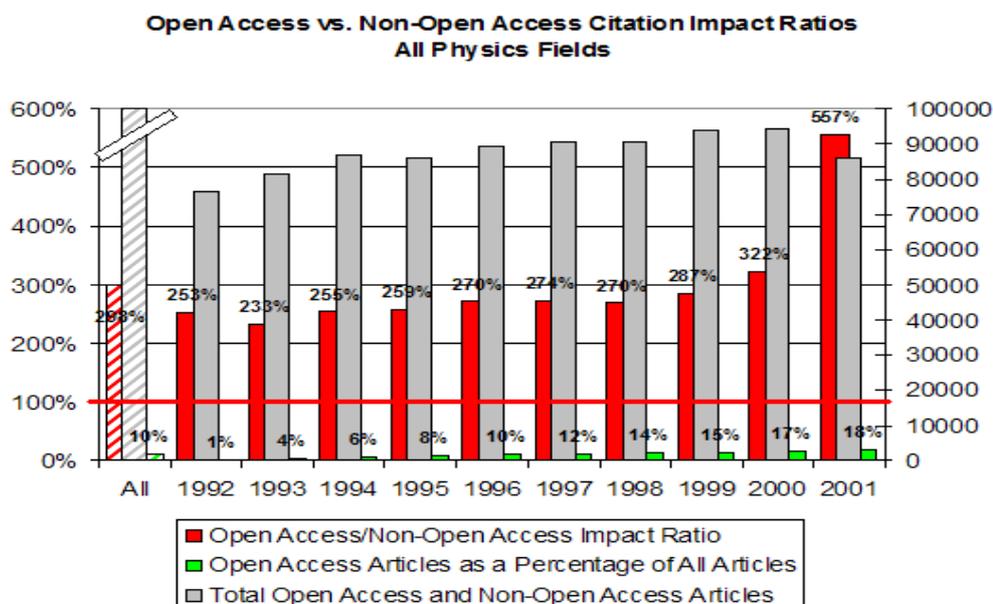


Figura 4 – Periódicos eletrônicos de acesso aberto e acesso restrito
Fonte: Harnad e Brody (2004).

Além dos indicadores Strehl (2005, p. 20), segundo Brody, Harnad e Carr (2006), há uma nova métrica para mensurar o impacto de publicações: por meio do *download* dos artigos. Os *downloads* da internet podem ficar registrados nas páginas em que estão os artigos para leitura, monitorando os acessos.

Todavia, discordamos que os indicadores de avaliação quantitativos citados sejam interessantes para controlar a produtividade de sujeitos da ciência. Cada vez mais os/as autores/as se deparam com o sistema de avaliação que pode ser chamado de “publique ou pereça”, pois a visibilidade dos resultados de sua pesquisa é fundamental para aumentar o seu fator de impacto e também de citação. Além da necessidade de reconhecimento, o benefício advindo da publicação está engajado com as práticas da comunidade científica e seu sistema de recompensas (COSTA, 2006, p. 48; HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008, p. 269; REENEN, 2006, p. 18).

Porém, consideramos que fazer pesquisa e publicar são atividades diferenciadas para pesquisadores/as/autores/as. Avaliar a capacidade e dimensão dos conhecimentos de um/a “cientista” apenas pela publicação acreditamos ser um

método extremamente limitado. Principalmente, quando deparado com avaliações que seguem os mesmos critérios para diferentes áreas de conhecimento.

3.2 ESTRATÉGIAS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ACESSO ABERTO

Nesta seção exploramos duas possíveis estratégias que ajudam a repensar a questão dos direitos autorais do modelo de comunicação científica tradicional para disponibilizar publicações em Acesso Aberto, sendo elas: a via verde (compartilhamento de direitos) e a via dourada (a publicação totalmente aberta).

Entre as estratégias que destacamos nesta seção está o envolvimento da Iniciativa de Arquivos Abertos que oferece recursos tecnológicos para o AA, mas é considerada independente.

A Iniciativa de Arquivos Abertos permite consolidar as ações de AA por meio do protocolo mais conhecido da iniciativa o OAI-PMH¹⁹, que propõe padrões para interoperabilidade de *Open archives* (arquivos abertos) entre os *e-prints* (repositórios digitais) (KURAMOTO, 2006, p. 96).

A Iniciativa de Arquivos Abertos foi consolidada na Convenção de Santa Fé, realizada em 21 e 22 de outubro de 1999 no México²⁰. E, desde o final dos anos 90, esta Iniciativa visa aumentar a disponibilidade da comunicação científica por meio de repositórios digitais ao oferecer recursos para interoperabilidade entre seus conteúdos. No entanto, nem todos os repositórios de AA utilizam o seu protocolo, assim como outros repositórios que não são de AA o utilizam (PINTO, 2006, p. 65).

Conforme Pinto (2006, p. 65), é importante destacar que o movimento do OAI se diferencia do AA, pois ele “insiste na abertura dos metadados²¹ e não necessariamente na abertura do texto completo dos trabalhos presentes nos repositórios”. Além disto, o OAI²² oferece padrões e ferramentas tecnológicas, diferente do AA que é toda uma filosofia que debate questões políticas e culturais quanto ao acesso do conhecimento científico.

¹⁹ Segundo Pinto (2006, p. 69) o protocolo OAI-PMH “é um mecanismo para transferência de dados entre repositórios digitais. É uma interface que um servidor de rede pode empregar para que todos os metadados estejam disponíveis para aplicações externas que desejem coletar esses dados”.

²⁰ Outras informações sobre o evento podem ser obtidas no http://www.openarchives.org/sfc/sfc_entry.htm. Acesso em: 01 abr. 2010.

²¹ Segundo Pinto (2006, p. 66) “de forma literal metadados significa dados sobre dados [...] de forma mais geral, trata-se de informação estruturada sobre recursos (digitais e não digitais)”.

²² Há uma incubadora da Fapesp que desenvolveu o clube OAI Brasil, que pode ser consultado por meio do: <<http://clube-oai.incubadora.fapesp.br/portal/oai>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

Esta interoperabilidade caminha em conjunto com os repositórios de AA, que indexam cópia local das produções acadêmicas. No Brasil, os trabalhos indexados em revistas e repositórios que trabalham com o protocolo OAI-PMH podem utilizar o Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre oasis.br²³, como um provedor de dados. Segundo levantamento do IBICT feito no OASIS.BR, há cerca de 63 repositórios de Acesso Aberto no país, que possuem aproximadamente 169.040 trabalhos indexados (MINISTÉRIO, 2009).

A quantidade de repositórios no mundo, segundo informações obtidas no *The Directory of Open Access Repositories (Open Doar)* - diretório que gera estatísticas para análise de repositórios ao redor do mundo -, está disponível na Figura 5.

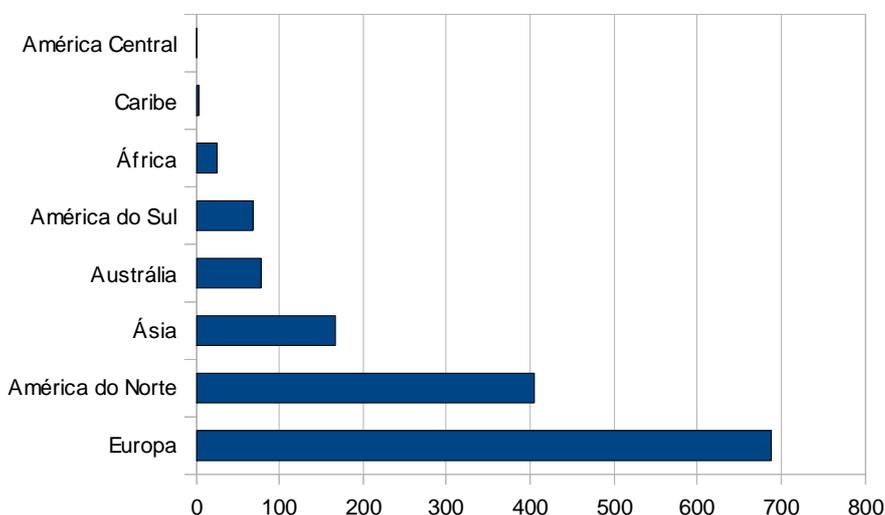


Figura 5 – Os repositórios de AA difundidos no mundo
Fonte: Open Doar, 2009 (gráfico editado pela autora)

A via verde (green road) determina que uma cópia local de artigos publicados em revistas científicas seja auto arquivada em um repositório de acesso aberto pelos próprios autores assim que tiverem a autorização (sinal verde) dos editores (ALVES, 2008, p.127; EPRINTS, 2010).

O auto arquivamento pela via verde pode ser feito em repositórios disciplinares (que possuem documentos de área ou tema específico) e Repositórios Institucionais (RI) (que possuem documentos e publicações de seus/suas pesquisadores/as/autores/as) (RODRIGUES, 2009, p. 6).

Nos repositórios podem ser depositados artigos já publicados (*postprints*), artigos submetidos e que aguardam avaliação (*preprints*), teses, manuais, materiais

²³ Atualmente a página está em reconstrução, disponível em: <http://oasisbr.ibict.br/>. Acesso em: 17 nov. 2009.

de ensino, ou outro material técnico dos/as docentes ou da Instituição, conhecidos também como literatura cinzenta²⁴ (CHAN ; *et al*, 2005, p. 4).

Outros tipos de arquivos para depósito em repositórios podem ser compilados do estudo de Ferreira (2007, p. 85), como:

- a) materiais/documentos desenvolvidos no âmbito da instituição, inclusive os promocionais (folders, modelos de crachás, cartazes, certificados de eventos, programação de eventos);
- b) documentos os administrativos (todos os relatórios técnico-administrativos – que geram também transparência pública²⁵ ao adicionar à prestação de contas da universidade);
- c) trabalhos apresentados em palestras;
- d) revistas institucionais;
- e) fotografias,
- f) materiais gerados em pesquisas e extensão.

Já outra estratégia, a via dourada (*golden road*), incentiva pesquisadores/as a publicarem em revistas de AA. Estas revistas são periódicos científicos que não têm custo de acesso para o/a leitor/a e o acesso a elas é garantido pelos seus/suas editores/as (ALVES, 2008, p.127; BJORK, 2004, p. 3; EPRINTS, 2010; MUELLER, 2006, p. 32; RODRIGUES, 2004, p. 30).

As revistas de AA têm revisão por pares (*peer-review*) e edição similar a das revistas com acesso restrito. A diferença entre estas revistas é que as de AA não são compradas ou têm assinaturas, como ocorre nas que tem acesso restrito (RODRIGUES, 2009, p. 6).

Em 2004, cerca de 10% das revistas já eram de via dourada e 90% poderiam utilizar a via verde, pois permite o/a autor/a auto-arquivar cópias das publicações feitas em periódicos com acesso restrito. Mas, para que 100% das revistas sejam em via verde é necessário ter uma política para que os/as pesquisadores/as façam o auto depósito (HARNAD, *et al*, 2004).

²⁴ A literatura cinzenta é algum tipo de documento que não tem publicação comercial e é composto geralmente por relatórios técnicos, documentos gerados em uma conferência, e demais trabalhos, e pode ser restrita somente a relatórios de pesquisa, mas é considerado tão importante quanto o trabalho que lhe deu origem (GOMES, MACHADO, 2007; SMITH II, 2008, p. 154).

²⁵ As políticas de informação também trazem o caráter de acesso irrestrito e aberto as contas do governo, baseadas em princípios de democracia, como a transparência pública, similares a adotada em Washington (WEISS, 2004, p. 70).

Para o IBICT, no Brasil estas estratégias podem contribuir para fomentar o AA em Instituições de Ensino. Segundo informações do IBICT, a via verde é uma estratégia viável para que as universidades e instituições de pesquisa implementem repositórios institucionais. E também para que desenvolvam políticas de informação que incentivem os seus/suas pesquisadores/as a depositarem uma cópia de seus trabalhos publicados com revisão de pares em repositórios locais. Além, no caso da via dourada, pode estimular o desenvolvimento/migração de revistas científicas em revistas de AA (INSTITUTO..., 2008).

No entanto, para mudar o atual cenário em que as revistas de acesso fechado predominam, a via dourada, ainda que tenha custos para a instituição ou o/a autor/a que submete artigos a revistas de acesso aberto, é uma das vias que podem garantir o acesso ao/a leitor/a sem custo.

Mas, para Harnad, a via verde por meio do auto arquivamento é uma proposta mais interessante e praticamente sem custos, com depósito imediato de artigos publicados em revistas de acesso restrito. Mesmo que os artigos fiquem por um período embargados no repositório, para ele, esta via apresenta mais vantagens aos/as autores/as, leitores/as e instituições (HARNAD, 2010).

Tanto a via verde quanto a dourada embora por terem ferramentas que as tornam viáveis e práticas, filosoficamente ajudam a repensar a questão de compartilhamento dos direitos de acesso. E, neste sentido, na próxima seção vamos explorar aspectos que ressaltam o encaminhamento das licenças em publicações feitas seguindo a filosofia de AA.

3.2.1 Os direitos de acesso

Moraes e Marcondes (2007, p. 8) esclarecem que “o autor ao enviar um trabalho para publicação, é comum transferir seus direitos de autoria para editora, ficando impedido de fazer a divulgação do seu material em outro veículo de comunicação”. Neste contexto, o AA questiona o compartilhamento destes direitos, entre editora e autor/a.

O AA então lida com a definição de leis de direitos autorais para proteger os direitos intelectuais (WILLINSKY, 2006). E, no Brasil, o Ministério Público é responsável por esta lei, prevendo condições de uso sobre obras de direito patrimonial e moral, e os direitos conexos. A Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 é

a que consolida a legislação sobre Direitos Autorais (BRASIL, 1998).

Pereira, Pimentel, Mehlan (2003, p. 2) definem o direito autoral como “o direito que o criador de uma obra intelectual (pessoa física) tem de gozar dos benefícios morais e econômicos (patrimoniais) resultantes da reprodução de sua criação”. Ele/as destacam que o direito autoral engloba os direitos do/a autor/a e os seus direitos conexos. Existe também a questão dos direitos morais e patrimoniais sobre uma autoria. Segundo ele/as, direitos morais e patrimoniais asseguram:

os direitos morais garantem ao criador reivindicar a autoria da obra, bem como a menção do seu nome na divulgação da mesma e assegurar a integridade da obra, em sua reputação ou honra, além dos direitos de modificá-la ou retirá-la de circulação. Esses direitos são inalienáveis e irrenunciáveis. Os direitos patrimoniais asseguram ao criador o retorno financeiro de todas as relações econômicas que tenham por objeto a sua obra intelectual. É negociável total ou parcialmente, por tempo determinado, ou indeterminado (PEREIRA; PIMENTEL; MEHLAN, 2003, p. 2).

Sendo assim, a questão do direito autoral é um ponto em que, na implantação de políticas/mandatos de repositórios institucionais, surgem muitas dúvidas para pesquisadores/as/autores/as. Na declaração de Bethesda²⁶ é afirmado que o direito autoral deve ser definido pelo/a autor/a, que concede ao leitor/a/usuário/a concessão permanente da sua obra, para qualquer finalidade responsável, com licença de cópia, uso, distribuição, transmissão e exibição pública.

Segundo Oliveira (2008, p. 47), “apesar da Titularidade do Direito Autoral ser importante para o autor, a maioria não demonstra nenhum tipo de interesse em relação ao assunto”. Isso pode ser um dos fatores que dificultam o desenvolvimento do AA, pois o/a autor/a precisa conhecer os seus direitos e implicações da escolha das licenças.

O direito autoral define também o tipo de acessibilidade dos artigos em AA, tendo um importante papel mediante a via verde e a via dourada. Estes documentos estarão acessíveis segundo os direitos definidos no licenciamento pelo/a autor/a antes de sua publicação (OLIVEIRA, 2008, p. 47).

Outra preocupação dos direitos autorais se refere também à questão de plágio, que segundo Pereira, Pimentel, Mehlan:

o direito autoral é protegido desde a Antigüidade na forma do *jus naturalis*, ou seja, embora ainda não positivado - transformado em leis escritas – a própria sociedade atribuía uma sanção moral ao

²⁶ Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>

chamado plagiador²⁷, discriminando-o ante os meios intelectuais. Embora não houvesse punição, mesmo por não haver leis escritas, o plágio era considerado um ato ilícito, assim como eram considerados os furtos e roubos (PEREIRA; PIMENTEL; MEHLAN, 2003, p. 2).

Por ser o plágio uma preocupação para os/as docentes, para evitá-lo formalmente, fizemos um esforço teórico/prático ao buscar por autores/as que expliquem como pode ser feito o encaminhamento de licenças pela via dourada e via verde. Destacamos o envio de trabalhos para revistas de acesso restrito feito por autores/as que depositam uma cópia local do seu trabalho em repositórios. Mostramos em seguida, como são guiadas as questões que envolvem os direitos autorais em revistas de AA.

A primeira forma de publicação seria pela via verde, o autor/a envia para a revista de acesso restrito seu artigo e pretende deixar cópia local da publicação em Repositório Institucional. Quando o artigo é publicado, o *copyright* do/a autor/a é transferido para a editora. E, dependendo da política de *copyright* da editora, o/a pesquisador/a/autor/a não pode depositar o seu trabalho (*postprint*) em repositório de Acesso Aberto (CANESSA; ZENNARO, 2008, p. 170; CLARKE, 2005).

Uma prática da instituição para viabilizar a disponibilização poderia ser formalizada em sua política ao solicitar às editoras direitos diferenciados. Isso implica a obtenção de um tipo de licença que permita depositar seu *postprint* em um repositório de Acesso Aberto (CANESSA; ZENNARO, 2008, p. 170; CLARKE, 2005).

Esta solicitação pode ser elaborada pela própria instituição, para os seus/suas pesquisadores/as/autores/as negociarem com as editoras. Ou seja, quando a instituição tem mandato de AA, é necessário que o/a autor/a adicione o adendo antes da publicação e comunique a editora (CANESSA; ZENNARO, 2008, p. 148).

Mesmo que seja feito o depósito do artigo com embargo²⁸ – período em que a publicação não pode ser divulgada mediante negociação entre a editora e o/a autor/a – é necessário ter a autorização da editora, caso não tenha definido na política de depósito da revista o período em que o artigo tem exclusividade de divulgação (CANESSA; ZENNARO, 2008, p.170; CLARKE, 2005).

²⁷ Plagiário, do termo *plagiarii*, em latim.

²⁸ Segundo Rodrigues (2009, p. 11 e 12): “Algumas editoras que permitem auto-arquivo da versão final de um artigo, impõem um período de embargo durante o qual o acesso livre não é permitido. O período varia consideravelmente consoante as editoras e/ou disciplinas. Pode ser curto, por exemplo, de 3 meses para algumas revistas científicas, ou muito longo, indo até 24 meses em algumas revistas do campo das ciências humanas e ciências sociais”.

Nos casos em que é feito o auto arquivamento pelo/a autor/a no repositório institucional, são eles/as que buscam o licenciamento de seus artigos (CANESSA; ZENNARO, 2008, p. 148).

Uma das formas para licenciar o conhecimento científico é por meio das licenças da *Creative Commons*²⁹, uma organização sem fins lucrativos com sua origem na Stanford University. A *Creative Commons* colocou definições simples e de fácil compreensão, ligada a licenças fortes que determinam ao leitor/a o que o/a autor/a do trabalho permite ou não fazer com sua obra (LESSIG, 2005, p. 255 e p. 256).

Com as licenças da *Creative Commons*, o/a autor/a pode estabelecer vários tipos de liberdade ao optar por licença que permita uso comercial, educacional, ou para qualquer uso em nações em desenvolvimento. Estas licenças atribuem a liberdade para leitores construírem novos conhecimentos, que irão tornar-se supostamente conteúdo público (LESSIG, 2005, p. 255 e p. 256).

No Brasil o projeto *Creative Commons* é sediado na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, com sede no Estado do Rio de Janeiro, e é coordenado pelo advogado Ronaldo Lemos (BRITEES; PEREIRA, 2007, p. 172), que traduz as licenças do *Creative Commons* conforme a legislação do país³⁰.

O Quadro 5 mostra os tipos de licenças oferecidas pela Creative Commons.

Licença	Descrição
Atribuição - Uso Não Comercial - Não a Obras Derivadas (by-nc-nd)	Esta licença é a mais restritiva dentre as nossas seis licenças principais, permitindo redistribuição. Ela é comumente chamada "propaganda grátis" pois permite que outros façam download de suas obras e as compartilhem, contanto que mencionem e façam o link a você, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.
Atribuição - Uso Não Comercial - Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa)	Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre sua obra com fins não comerciais, contanto que atribuam crédito a você e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Outros podem fazer o download ou redistribuir sua obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na sua obra. Toda nova obra feita com base na sua deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais.

²⁹ Fábio Emilio Costa tradutor do livro Cultura Livre traduz Creative Commons "como Área Criativa Pública — commons é um termo em inglês jurídico relacionado à propriedade privada que indica uma faixa de terra ou do espaço territorial de uma determinada localidade que é considerada de uso público" (LESSIG, 2004, p. 255).

³⁰ No país, há a Lei 9.610/98 de 19 de fevereiro de 1998, que consolida a legislação sobre direitos autorais, regulando os direitos do autor. Para ter ler esta lei na íntegra acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9610.htm>

Atribuição-Uso Não Comercial (by-nc)	Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem obras derivadas sobre sua obra sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção a você nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.
Atribuição - Não a Obras Derivadas (by-nd)	Esta licença permite a redistribuição e o uso para fins comerciais e não comerciais, contanto que a obra seja redistribuída sem modificações e completa, e que os créditos sejam atribuídos a você.
Atribuição - Compartilhamento pela mesma Licença (by-sa)	Esta licença permite que outros remixem, adaptem, e criem obras derivadas ainda que para fins comerciais, contanto que o crédito seja atribuído a você e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos. Esta licença é geralmente comparada a licenças de software livre. Todas as obras derivadas devem ser licenciadas sob os mesmos termos desta. Dessa forma, as obras derivadas também poderão ser usadas para fins comerciais.
Atribuição (by)	Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem ou criem obras derivadas, mesmo que para uso com fins comerciais, contanto que seja dado crédito pela criação original. Esta é a licença menos restritiva de todas as oferecidas, em termos de quais usos outras pessoas podem fazer de sua obra.
Outras Licenças	As Licenças de Sampling permitem que pequenos pedaços da obra sejam remixados em obras novas, ainda que para uso com fins comerciais. Músicos que queiram compartilhar suas obras com seus fãs podem interessar-se pela Licença de Compartilhamento de Música. A licença Nações em Desenvolvimento permite que você disponibilize sua obra sob condições menos restritivas para países que não sejam considerados como de alta renda pelo Banco Mundial. Finalmente, para o licenciamento de software, oferecemos as licenças GNU GPL e GNU LGPL.

Quadro 5 – Tipos de licenças da Creative Commons

Fonte: Informações extraídas do sítio da Creative Commons. Conheça as licenças. Nov. 2005. Disponível em:

<http://www.creativecommons.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=39>. Acesso em 29 mar. 2010.

Para conhecer mais sobre alguma dessas licenças, os/as docentes podem acessar o sítio <http://creativecommons.org.br/>. Mas, é importante ressaltar que a escolha do tipo de licença é a dificuldade de um/a usuário/a da Creative Commons, que precisa garantir licença que contenha seus interesses, em abrir ou não para o/a leitor/a o seu estudo, além de ter apropriação consciente de sua escolha. Não adianta o/a autor/a licenciar apenas para proteger os seus direitos, se ele/ela não entender o que esta licença implica em seu estudo/ trabalho.

As Instituições que não trabalham com o auto arquivamento em seus repositórios locais fazem diretamente o licenciamento dos trabalhos de seus/suas autores/as e utilizam as licenças do Creative Commons para assegurar os direitos autorais e de sigilo. Todavia, a Instituição só pode fazer este licenciamento mediante

autorização prévia do/a autor/a, podendo ser formalizada por declaração assinada junto ao depósito do artigo na biblioteca ou departamento responsável pelo RI.

Já em revistas de Acesso Aberto (via dourada), o *copyright* permanece com o/a autor/a do artigo, e eles/as repassam apenas os direitos de primeira publicação à revista, que pode utilizar o artigo para fins não-comerciais. Este é o diferencial das restrições impostas em políticas de muitas editoras tradicionais que retêm o *copyright* e estipulam regras de como o artigo pode ser usado pelo/a autor/a (SWAN, 2008, p. 164).

Há revistas de AA que utilizam o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER)³¹, que embora tenha política pré-estabelecida que já vem com o software, esta pode ser modificada com diferentes modelos de compartilhamento.

No entanto, é importante destacarmos a opinião de Pinto (2006, p. 48) quanto a publicações em Revistas de AA. Segundo a autora:

no atual mercado das revistas científicas de Acesso Aberto, há revistas que atraem muitos autores devido ao seu grande prestígio. Porém, para as revistas novas alcançarem este prestígio pode levar alguns anos. Enquanto isso, os autores preferirão publicar em outras revistas.

Indiferente da licença escolhida, à medida que a utilização das revistas de AA e a utilização de repositórios aumenta, torna-se importante o estabelecimento de políticas para sustentar suas estratégias à nova estrutura da comunicação científica (CASTRO, 2006, p. 6). Neste sentido, na próxima seção apresentaremos a contextualização e as práticas relacionadas às políticas de Acesso Aberto.

3.3 POLÍTICAS E MANDATOS DE ACESSO ABERTO

Novos mandatos, também chamados de Políticas Institucionais de Informação, para a publicação em AA surgem ao redor do mundo para institucionalizar as normas necessárias para publicação (PAPPALARDO, *et al.*, 2008, p. 40).

Formalmente, tudo o que for relacionado a mandato, poderia ser chamado de “mandato de depósito”. O mandato institucional de AA é uma política local, que articula o Acesso Aberto. Ele descreve os termos que requerem dos/das seus/suas pesquisadores/as/autores/as a cópia de materiais acadêmicos em repositórios

³¹ Para saber mais sobre o SEER, acesse:
<http://seer.ibict.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 20 fev. 2010.

institucionais (HAMMES, 2009, p. 2; PAPPALARDO; *et al.*, 2008, p. 40; WILKINSON; COLLINS, J., 2007, p. 51).

As políticas Acesso Aberto segundo Rodrigues (2009, p. 11) podem ser:

- a) voluntárias (ou seja, pedem ou encorajam aos investigadores que efectuem o auto-arquivo em acesso livre das suas publicações no repositório institucional);
- b) ou mandatórias (ou seja, exigem que os investigadores coloquem suas publicações em acesso livre no repositório institucional).

As políticas de auto arquivamento já advertem ao/a autor/a para negociar com as editoras seus direitos autorais antes da publicação. Em mandatos recomenda-se também que a publicação seja feita em revistas de Acesso Aberto, e para isso algumas instituições dão suporte financeiro para os/as seus/suas pesquisadores/as/autores/as (HAMMES, 2009, p. 2).

Há três tipos básicos de Políticas classificadas quanto ao tipo e momento de depósito conforme Rodrigues (2009, p. 12):

- a) tipo 1: depósito imediato com acesso livre imediato - este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a aceitação para publicação, logo que as correcções finais tenham sido efectuadas, e que os tornem disponíveis imediatamente, em acesso livre, através do repositório. O resultado deste tipo de política é o acesso livre imediato. No entanto, como algumas revistas não permitem o acesso livre imediato, este tipo de política tem a desvantagem de restringir a escolha das revistas em que um autor pode publicar.
- b) tipo 2: depósito diferido, após o período de embargo - este tipo de política exige que os autores depositem os seus artigos após a publicação e o fim do período de embargo da editora. A vantagem é a de que cumpre com os requisitos da editora, mas a desvantagem é a de que o diferimento atrasa o acesso livre e corre-se o risco de que o autor se esqueça de depositar o seu artigo passado algum tempo após a sua publicação.
- c) tipo 3: depósito imediato com acesso opcional - este tipo de política exige o depósito imediato, mas se o artigo é submetido a uma revista com um período de embargo, a política permitirá apenas o acesso livre no final do período de embargo. No entanto, durante esse período, os metadados do artigo (título, autores, filiação, resumo, referências) devem ser totalmente de acesso livre (os embargos das editoras não se aplicam aos metadados, porque não são abrangidos pelos direitos de autor). A vantagem neste caso é que esta política está em conformidade com os embargos das editoras mas garante em simultâneo que toda a produção científica seja reunida no repositório o mais rapidamente possível, isto é, quando o artigo foi aceite para publicação e está na sua forma final.

Mesmo no caso de publicações em revistas com o acesso restrito, o controle

e solicitação de licenças para acesso são de responsabilidade do/a autor/a. Suber (2003, p. 1) assevera que é papel de autores/as na comunicação científica por meio do AA estipular as licenças para as cópias de sua publicação em revista eletrônica.

Normalmente, o mandato requer o depósito imediato de todos os objetos pelo/a próprio/a autor/a, que deve então licenciá-lo e permitir acesso para cópia e distribuição (HAMMES, 2009, p. 2; PAPPALARDO; *et al.*, 2008, p. 40; WILKINSON; COLLINS, J., 2007, p. 51).

Porém, o mandato é mais do que uma política, ele sugere uma mudança cultural na comunicação científica, e é preciso conscientizar os/as pesquisadores/as da importância de depositar sua publicação imediatamente no repositório institucional, seja o arquivo com o texto-completo ou a última versão do arquivo *preprint* (HARNAD, 2006, p. 7 e 8).

Um estudo feito com os/as autores/as da Queensland University of Technology na Austrália mostra como eles/as se sentem com a nova estrutura de publicação que o AA sugere. Foram entrevistados/as autores/as que já utilizaram os canais de Acesso Aberto em contraponto aos/as que não utilizaram. Swan e Brown (2005, p. 62), responsáveis por esta pesquisa, mostram que o mandato é essencial para aqueles/as que já praticaram o auto arquivamento dos seus trabalhos. Aqueles/as que ainda não fazem o auto arquivamento, consideram o mandato desnecessário. Estes/as últimos/as, ao serem questionados/as se praticariam o auto arquivamento em repositórios de Acesso Aberto, 67% respondeu favoravelmente, mas acreditam que se tivesse mandato impositivo para publicação à instituição poderiam ter problemas com a comunidade acadêmica.

Impositivas ou não, as políticas de AA, tomam dimensões importantes no processo de comunicação científica. É importante que os/as pesquisadores/as/autores/as observem como o AA contribui para o seu trabalho, que conheçam o movimento e elaborem políticas democráticas. Ou seja, por meio do AA tornar a ciência pública não seria para marginalizar ou ditar processos de política e decisões, sim, para alavancar medidas que controlem e ao mesmo tempo diminuam as barreiras para o acesso do conhecimento científico (WILLINSKY, 2006, p. 45).

Ao mesmo tempo em que isso ocorre, as políticas estabelecidas em Instituições são fundamentais para alavancar estas medidas, e declaram regras para o modelo de publicação (UNIVERSITIES UK; RESEARCH, 2009, p. 15). Além disso,

segundo Rodrigues (2009, p. 8 e 9):

por inúmeros motivos (escassez de tempo, dúvidas sobre direitos de autor, dificuldades técnicas, desconhecimento ou reduzida sensibilidade para a questão, e sobretudo inércia...) a taxa de auto-arquivo “espontâneo” dos investigadores é geralmente reduzida. A partir de vários estudos e análises, e a título indicativo, pode-se estimar que a taxa de auto-arquivo Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal espontâneo se situa em torno dos 10%, e que pode subir até aos 30% ou 40% com ações de promoção, sensibilização e incentivo. Para se aproximarem dos 100% da literatura produzida depositada nos seus repositórios as instituições devem estabelecer políticas ou mandatos de auto-arquivo.

Ao pensar neste aspecto é importante formar um grupo que determinará as regras, composto por: bibliotecários/as, administradores/as das universidades, conselhos legais e especialistas em *copyright*, funcionários/as que irão administrar o repositório, funcionários/as da área de sistemas da informação, e outros funcionários/as, como representantes da editora da universidade, docentes e arquivistas (PAPPALARDO, *et al.*, 2008, p. 90 – 100).

Esse grupo pode ser determinado, conforme a necessidade da instituição, para ajudar, além de determinar a política de AA, a desenvolver guias para submissão, distribuição, privacidade e esclarecimentos sobre licenças, e auxílios necessários (PAPPALARDO, *et al.*, 2008, p. 90 – 100).

Todavia, essas políticas ou mandatos de AA têm implicações para várias pessoas na Instituição de ensino, tanto no que se refere à coordenação como à divulgação da iniciativa (HAMMES, 2009, p. 3). E, conforme Rodrigues (2009, p. 9), o principal requisito para a definição e implementação de uma política institucional de Acesso Aberto, “além da vontade política e da definição de responsabilidades pela sua execução e controle, é a existência de um repositório onde os membros da instituição possam depositar a sua produção científica”.

Ao inserir o repositório em qualquer instituição, também é necessário elaborar um documento para explicar os direitos e responsabilidades de quem for utilizá-lo. Este documento pode conter o nome da instituição, nome do repositório, data de arquivamento do documento, quais são as políticas e condições para uso do repositório, contato do administrador/a do repositório, e descrição do documento, contendo: título, data, nome da coleção e os dados necessários para identificação do artigo que está sendo depositado (PAPPALARDO, *et al.*, 2008, p. 104 e 105).

Geralmente, os estudos sobre políticas são fundamentados em estudos de

caso e considerações sobre o contexto institucional. Tivemos dificuldade para encontrar autores/as que trabalhassem com passos práticos para implantação de política de AA. Lembrando que é preciso levar em conta que cada local tem diferentes políticas e culturas, bem como leis que regulam suas práticas.

Neste sentido, fizemos nesta seção uma compilação de alguns pontos destacados principalmente do estudo de Pappalardo, *et al.* (2008, p. 99 - 110), e complementamos, com algumas sugestões, o trabalho de Hammes (2009, p. 3), Harnad, Carr, Gingras (2008, p. 270) e Sale (2007, p. 1-3).

Podem ser encontrados, atualmente, três tipos de instrumentos políticos para compor a Política Institucional de AA. O primeiro – política interna para o grupo de trabalho que irá interagir com a Política, por exemplo, com a lista de formatos de arquivos eletrônicos aceitos. O outro seria a política para a biblioteca, para verificar como se dará o acesso às suas coleções. E, no terceiro tipo, estaria o mandato com as decisões políticas para a universidade – autenticação e identificação de usuários/as, políticas de privacidade e teses (PAPPALARDO, 2008, p. 99).

Antes de definir as políticas de AA, é necessário que a equipe do projeto de implantação da política elabore um plano de trabalho que consiga convencer à diretoria da importância de ter mandato institucional, com estratégias para a sua institucionalização (SALE, 2007, p. 3).

Após ter o apoio institucional, estas políticas podem ser definidas por fases. Primeiro, verifica-se quais são os tipos de conteúdos que serão arquivados, em quais formatos, e todos os aspectos que estiverem relacionados ao conteúdo.

Depois, podem ser definidas como as coleções serão gerenciadas e administradas, se serão organizadas por departamentos ou grupos, e os aspectos de administração. Deve-se regular, também, as formas de depósito e informar ao usuário/a do repositório como será feito o processo de submissão e referência dos documentos.

A última fase é a definição de assuntos à respeito da propriedade intelectual, que irão regular os direitos autorais que implicam no depósito, como nas licenças, políticas de privacidade e no uso.

O *check-list* para seguir estes passos pode, conforme Pappalardo, *et al* (2008, p. 101) citam, verificar:

- a) que tipos de materiais deveriam ser aceitos no repositório;
- b) quem pode incluir seu trabalho no repositório;

- c) quais são as categorias que terão o repositório (materiais educacionais, teses...);
- d) se os projetos de estudantes serão aceitos;
- e) quais são os critérios para determinar o que constitui a coleção dos repositórios;
- f) quem determinará as ferramentas e autorizará os/as participantes;
- g) como o repositório será estruturado (um único, por departamento, tipo de pesquisas...);
- h) se a Instituição tem plano de contingência se o prédio do departamento ou centro de pesquisa sofrer acidentes;
- i) quais são os direitos e responsabilidades de bibliotecários que criam as coleções do conteúdo digital;
- j) se contém guia para submissão e organização das publicações;
- k) se a política de privacidade será registrada para os/as usuários/as do sistema,
- l) se existe a coleta e preservação de teses *on-line*.

Ao final destes passos, ainda é necessário avaliar as questões técnicas sobre metadados, dependendo do tipo de software e plataforma que serão usados, e como será realizado o *backup* do sistema (PAPPALARDO; *et al*, 2008, p. 109 e 110).

Pappalardo, *et al* (2008, p. 102) sugerem que pode ser feito teste piloto com professor/a de um departamento específico para utilizar o repositório e verificar o que precisa ser alterado, antes de difundi-lo na instituição.

O mandato institucional também pode ser negociado, conforme as características e tradições de pesquisa da instituição (SALE, 2007, p. 1).

No Quadro 5 é sugerido plano de implantação da Política segundo Rodrigues (2009, p. 14 e 15).

Fase	Exemplos de acções	Duração estimada
Análise planeamento	Levantamento e estudo das políticas de outras instituições e Identificação dos recursos (técnicos, humanos) necessários à implementação, acompanhamento e monitorização Elaboração do plano de implementação	1 Mês
Definição aprovação	Redacção da proposta e Apresentação da proposta e consulta junto de órgãos ou individualidades da instituição Aprovação e formalização da política	1 a 2 Meses
Divulgação sensibilização	Assinatura simbólica da Declaração de Berlim Divulgação da política pelos canais institucionais e pelos meios de comunicação e informação internos (Despacho institucional, Mailing lists, Website, Newsletter, etc.) e Realização de sessão pública de apresentação Realização de sessões de divulgação específicas e/ou apresentação da política nas reuniões regulares aos vários níveis da instituição Execução de Press Release para divulgação externa Registo da política no Registry of Open Access Repository Material Archiving Policies (ROARMAP)	1 a 3 Meses
Implementação entrada em vigor	Disponibilização do repositório institucional para depósito das publicações Disponibilização de informação (resposta a perguntas frequentes) e/ou de serviços de apoio (apoio ao depósito, esclarecimento sobre direitos de autor, etc.) para os membros da instituição Comunicação e “lembrete” da vigência da política através dos canais institucionais e internos e Realização de acções de formação ou sensibilização sobre o auto-arquivo Manter e desenvolver as informações e serviços de apoio aos autores da instituição e aos utentes do repositório Fornecer estatísticas de utilização (acessos, downloads, etc.) aos autores e às lideranças institucionais	1 a 2 Meses
Acompanhamento, apoio monitorização	Monitorizar o cumprimento da política (taxa/percentagem de documentos depositados, face aos produzidos) e fornecer informação regular a diversos níveis organizacionais (autores individuais, departamentos da organização, gestão de topo) e Levantamento da produção científica anual efectiva e produção de listagens de publicações não depositadas para envio a autores e/ou unidades orgânicas. Incentivar a produção das listagens anuais “oficiais” das publicações científicas das unidades orgânicas a partir do repositório institucional.	Contínuo

Quadro 5 – Plano de implantação para Políticas de AA
 Fonte: Rodrigues (2009, p. 14 e 15).

Na formulação do mandato podem ser determinados os planos e estratégias para implementá-lo, não havendo tantas dificuldades para a direção da instituição trabalhar com plano de institucionalização do mandato ao seguir os modelos já existentes (SALE, 2007, p. 3).

Um modelo de Política que pode ser consultado como exemplo é o da Universidade do Porto, que inicia o documento com a exposição dos motivos para o desenvolvimento da mesma, e contextualiza as práticas do movimento do acesso aberto e seus principais princípios. Em seguida, na primeira seção da política descreve o objeto dela, o Acesso Aberto. No artigo segundo, são relatados os princípios gerais da Política em relação da Universidade do Porto. Na segunda seção são descritas as aplicações da política para autores/as, aos alunos e às bibliotecas. No capítulo três da política são descritas as responsabilidades da Universidade em relação ao Repositório Aberto, bem como os créditos e tipo de licenciamento. Deixa-se claro ainda neste capítulo o apoio institucional da Universidade a Iniciativas de Acesso Aberto. E no último capítulo, disposição final, é determinada a data de vigor da política (U.PORTO).

Outro modelo recomendado de política similar ao da Universidade do Porto, cujas características básicas seguem os seguintes termos segundo Rodrigues (2009, p. 17 e 18):

1 – Requerer o auto-arquivo/depósito obrigatório de todas as publicações científicas com revisão por pares (artigos de revistas, comunicações a conferências com revisão por pares) e de outros tipos de publicações e documentos (teses e dissertações, documentos de trabalho, comunicações a conferências sem revisão, etc.) que serão definidas caso a caso em cada instituição. No caso das publicações com revisão, deve ser depositada a versão aceite para publicação (depois da revisão), que pode ser uma versão do autor (a aceite pela maioria das editoras) ou uma versão da editora (que a maioria das editoras não autoriza); Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal

2 – Requerer o auto-arquivo no repositório da instituição;

3 – Requerer o auto-arquivo de todas as publicações definidas em 1) imediatamente após publicação, ou aceitação para publicação. Eventuais períodos de embargo devem aplicar-se ao acesso e não ao depósito. No caso dos artigos de revistas que não permitam o Acesso Livre, o depósito deverá ser igualmente realizado, mas ficando em acesso restrito.

Apresenta-se em seguida um modelo baseado nestas premissas e recomendado para uma política institucional de auto-arquivo Open Access óptima:

A [nome da instituição] espera que os seus membros, enquanto autores de literatura científica maximizem a acessibilidade, uso e

*aplicação dos resultados da sua investigação. Para esse efeito:
A [nome da instituição]:*

(1) requer aos seus membros o depósito/auto-arquivo [ou entrega para depósito] no repositório institucional de uma cópia electrónica de:

a. todos os artigos científicos aceites para publicação em revistas com revisão científica (peer-reviewed) imediatamente após a sua aceitação para publicação

b. todas as comunicações ou outros documentos apresentados em congressos e conferências científicas;

c. [outros tipos de publicações e documentos científicos – livros e capítulos de livros, working papers, relatórios técnicos, etc.- a definir opcionalmente por cada instituição]

(2) requer a disponibilização imediata em Acesso Livre dos metadados (título, autores, afiliação institucional, o nome da revista científica que aceitou o artigo, etc.) de todas as publicações definidas em (1). Eventuais períodos de embargo devem aplicar-se ao acesso e não ao depósito. No caso de publicações que não possam ser disponibilizadas em acesso livre, o depósito/auto-arquivo deverá ser igualmente realizado, ficando os metadados acessíveis mas a publicação permanecerá em acesso restrito. Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (4) disponibiliza no repositório institucional, para as publicações descritas em (2), a funcionalidade “Solicitar cópia ao autor”. As pessoas interessadas nas publicações em acesso restrito poderão utilizar esta funcionalidade para enviar uma mensagem de correio electrónico ao(s) autor(es), competindo a estes últimos decidir a resposta a fornecer.

(5) incentiva os autores a, sempre que possível, conservar a propriedade dos direitos autorais dos artigos que publicam, ou pelo menos a garantir a possibilidade de disponibilizar uma cópia dos mesmos em Acesso Livre.

Esta política entra em vigor a partir de [data] e aplica-se a todas as publicações posteriores a esta data.

É importante também comunicar à comunidade de pesquisa de AA que o mandato está sendo adotado para verificar a experiência de outras instituições, discutir e propor soluções com relações as dificuldades encontradas (HAMMES, 2009, p. 3).

Após ressaltarmos algumas questões sobre as políticas e mandatos de AA, na próxima seção mostramos as contribuições para fomentar o AA e levantamos possíveis ações que a comunidade acadêmica pode assumir a favor do movimento e desenvolvimento da política de AA.

3.4 CONTRIBUIÇÕES PARA FOMENTAR O ACESSO ABERTO

Costa (2006, p. 41-44) apresenta e discute as principais contribuições da

comunidade de interessados pelo AA. Ela cita como principais manifestos:

- a) Budapeste (2002) - trouxe estratégias básicas para o movimento, baseadas no protocolo da Iniciativa de arquivos abertos, o OAI-PMH (*Open Archives Initiative - Protocol for Metadata Harvesting*);
- b) Declaração de Bethesda (2003) - estimulou as discussões e definições dos princípios do movimento. Indica ainda como podem ser trabalhadas as questões de direitos autorais em repositórios de AA;
- c) Declaração de Berlim (2003) - trouxe os resultados das reuniões anuais anteriores. Informa meios para que as instituições desenvolvam políticas de incentivo para depósito de artigos em repositórios de AA.

Sem dúvidas, todos os demais manifestos e declarações, inclusive o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica de 2005, possuem importantes contribuições que direcionam para práticas locais de AA. No Quadro 3, relacionamos estes manifestos e declarações, apresentados por Kuramoto (2006, p. 97) em seu trabalho, e atualizados conforme dados encontrados no *Open Access Directory* (OAD), local que mantém o histórico destes documentos, e que direciona para a página web em que estão disponíveis.

1991	Publicado "Bromley Principles" por Allan Bromley, nas Políticas de Gerenciamento de Dados, do Escritório de Políticas de Ciência e Tecnologia.
1996	Desenvolvido os princípios de Bermuda, pelos participantes do Encontro Internacional de estratégias "Human Genome Sequencing".
1999	Lançamento da Open Archives Initiative, pela Convenção de Santa Fé.
2000	Lançada a declaração chamada de "Acesso Universal ao conhecimento e a informação" submetida ao Presidente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
2001	Declaração de Havana para acesso a informações da saúde.
2002	- Iniciativa de Budapeste para o Acesso Aberto. - Carta ECHO. - Declaração de Montreal para o Livre Acesso a Lei, revisadas nos encontros dos Institutos Legais de Informação em Sydney (2003), Paris (2004) e Montreal (2007).
2003	- Declaração de Bethesda. - Association of Learned and Professional Society Publishers. - Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento. - Declaração de Princípios do Wellcome Trust em apoio à edição em Acesso Aberto. - Posicionamento do InterAcademy Panel sobre o acesso à informação científica. - Declaração do International Federation of Libraries Association sobre o livre acesso à literatura científica e aos documentos da pesquisa. - Declaração de Princípios da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. - Declaração de Beijing para o avanço científico, aberto e cooperativo, feita pelos participantes do encontro Third World Academy of Sciences. - Declaração do Princípios e Planos de Ação do UN World Summit on the Information Society.
2004	- Declaração de Valparaíso. - Declaração da Organization for Economic Cooperation and Development sobre o acesso aos dados da pesquisa financiada por fundos públicos. - Princípios de Washington D. C. para o Livre Acesso à Ciência. - Publicação do relatório do comitê do Parlamento Britânico sobre edição científica. - Depoimento da International Federation of Library Associations and Institutions para o acesso a literatura acadêmica e documentos das pesquisas. - Depoimento do Open Access Campinas, estabelecido no simpósio internacional de bibliotecas digitais. - Declaração Göttingen dos direitos autorais para educação e pesquisa da Alemanha - Declaração de Buenos Aires à informação, documentação e bibliotecas. - Declaração de Acesso Aberto Scottish Science Information Strategy Working Group.
2005	- Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. - "Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: A Perspectiva dos Países em Desenvolvimento". - Carta de São Paulo.
2005	- Declaração de Vienna para liberdade da informação. - Declaração Messina, de 32 universidades da Itália.
2006	- Declaração de Florianópolis. - Declaração do Open Access do Rio de Janeiro. - Declaração da Arábia, França e Inglaterra para o Acesso da Informação técnica e científica. - Declaração do México. - Declaração de Acesso Aberto do Concílio de Universidades Portuguesas.
2007	- Declaração de Alouette Canada. - Declaração de Kronberg para aquisição do conhecimento futuro.
2008	- Declaração Cape Town de Educação Aberta. - Declaração de Atlanta para o avanço de direitos do acesso a informação. - Declaração Seoul. - Declaração Brisbane. - Declaração Wheeler.
2009	Declaração de Kigali no Desenvolvimento da Sociedade de Informação na África.

Quadro 3 – Cartas, Declarações e Manifestos do AA

Fonte: adaptado de OAD³² e Kuramoto (2006, p. 97).

³² Disponível em: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Declarations_in_support_of_OA>. Acesso em: 13 ago. 2009.

Além dos manifestos, em paralelo ao movimento do AA, outras ações auxiliam na concretização das filosofias do AA, tanto da sua comunidade de pesquisa quanto a de movimentos livres correlatos. Temos por exemplo, o Science Commons, projeto do Creative Commons que se tornou possível após a implementação de iniciativas ligadas ao Acesso Aberto e ao auto arquivamento. Este projeto ressalta a importância de se eliminar as barreiras impostas por editoras comerciais (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2006, p. 10; PINTO, 2006, p. 61).

O Science Commons desenvolve estratégias e ferramentas para facilitar a disseminação mais eficiente do conhecimento científico. O projeto se propõe a diminuir as barreiras legais para a pesquisa e a desenvolver tecnologias para pesquisa de materiais e dados. Ele mostra também como as pessoas podem se beneficiar com o trabalho que os/as cientistas estão desenvolvendo (MCLENNAN; THANNEY, 2008).

Este projeto tem três iniciativas para acelerar o ciclo de pesquisa (SCIENCE..., 2010), sendo elas:

- a) fazer pesquisa científica reutilizável – ajuda as pessoas e empresas a deixar parte de suas pesquisas abertas para reuso, explorando modelos para licenciá-los;
- b) dar acesso em “um *click*” a materiais de pesquisas - ajuda o/a pesquisador/a no processo de transferência de material para replicar e estender uma pesquisa;
- c) integrar informações fragmentadas de pesquisas – ajuda o/a pesquisador/a a encontrar, analisar e usar dados de pesquisas ao fazer a integração da informação em uma comunidade.

Estas três iniciativas foram implantadas para testes na NeuroCommons³³, um projeto do campo de neurociência (SCIENCE..., 2010).

Outra participação da Science Commons a favor do AA foi em parceria com a SPARC em abril de 2008. Eles fizeram o lançamento de um guia de licenças para acesso aberto no livro o "*Open Doors and Open Minds: What faculty authors can do to ensure open access to their work through their institution*"³⁴ (MCLENNAN; THANNEY, 2008).

³³ Para saber mais, acesse: <http://neurocommons.org/page/Main_Page>. Acesso em: 20 fev. 2010.

³⁴ Para saber mais, acesse: <<http://www.arl.org/sparc/media/08-0428.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

É igualmente importante destacar que dentro do Science Commons há o projeto chamado *Open Access Law* para propor a autores que retenham os seus direitos e usem pelo menos uma das licenças da Creative Commons (MIRANDA; SIMEÃO; MUELLER, 2006, p. 10; PINTO, 2006, p. 61). O *Open Access Law*³⁵ remove barreiras legais e logísticas para o acesso aberto, ganhando destaque na comunidade de pesquisa de AA.

Além destes projetos, há repositórios e diretórios que concentram revistas e informações de AA. Apresentamos os principais no Quadro 4.

Nome	URL	Descrição
Directory of Open Access Journals (DOAJ)	< http://www.doaj.org/ >	utilizado como diretório de revistas de Acesso Aberto em várias locais do mundo.
OpenDOAR	< http://www.opendoar.org >	diretório de repositórios de AA.
Registry of Open Access Repositories (ROAR)	< http://roar.eprints.org >	são cadastrados os repositório de AA.
Repository Material Archiving Policies (ROARMAP)	< http://www.eprints.org/openaccess/policysignup >	são arquivados as políticas ou mandatos de agências de fomento e instituições de ensino.
SHERPA – ROMEO	< http://www.sherpa.ac.uk/romeo/ >	modelos de negócios para editoras trabalharem com as políticas de AA em relação ao direito autoral e auto arquivamento.

Quadro 4 - Diretórios

Fonte: diretórios selecionados pelos/a autores/a deste estudo.

Destacamos também, além destes projetos e diretórios, o comprometimento de pesquisadores/as para fomentar o AA ao trocar informações em páginas pessoais (blogs) e fóruns, importantes canais de comunicação da área.

É referência para busca de notícias sobre o AA, a página de Peter Suber³⁶, que desde Setembro de 2007 relata notícias e conquistas do movimento de AA no mundo, e discute em fóruns assuntos de interesse da comunidade. Na página de outro autor, que foi o idealizador do movimento, Steven Harnad³⁷, podem ser encontradas lista de discussões sobre o Acesso Aberto no mundo e outras informações.

E, no contexto nacional podemos considerar o blog do Dr. Hélio Kuramoto³⁸,

³⁵ Para saber mais, acesse: <<http://sciencecommons.org/projects/publishing/oalaw/>> Acesso em: 20 fev. 2010.

³⁶ Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/hometoc.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

³⁷ Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

³⁸ Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

que adiciona questões relacionadas ao AA e à informação científica. Neste sentido, a autora deste estudo desenvolveu uma página pessoal para contribuir com a divulgação do movimento de AA³⁹ associado à ideia de divulgação científica.

Embora estas ações contribuam para o desenvolvimento dos estudos de AA, para promover o AA em Instituição Pública é preciso envolver toda a comunidade acadêmica engajada com a institucionalização do AA. Neste sentido, algumas ações são propostas por autores/as da área para promover o AA com a colaboração da comunidade científica. Ações estas, apontadas na próxima seção.

3.4.1 Possíveis ações da comunidade acadêmica

Há pessoas, instituições e países como Alemanha, Estados Unidos, Índia e o Brasil, que fomentam discussões em encontros e artigos científicos sobre o Acesso Aberto. Estes debatem políticas sobre o papel de editores, agências de fomento e instituições acadêmicas no processo de comunicação científica (COSTA; LEITE, 2006, p. 2 e 3).

Por inúmeros interesses profissionais, nestes segmentos trabalham como agentes de mudança e fomento para o AA, e formam uma comunidade de interessados/as pelo movimento: docentes, bibliotecários/as, programadores/as, editoras científicas, legisladores/as e instituições que direta ou indiretamente realizam o AA (PINTO, 2006, p. 47). E segundo Suber (2006, p. 54) o Acesso Aberto pode unir as motivações desta comunidade.

Entre as ações recomendadas por Johnson (2008, p. 120) para uma instituição de ensino ou fomento promover o Acesso Aberto, estão:

- a) estabelecer repositórios institucionais;
- b) ajudar universidades a arquivar os demais relatórios de pesquisa em *e-prints*;
- c) ajudar revistas de Acesso Aberto a lançar o conhecimento de suas instituições para outras bibliotecas, serviços de indexação, potenciais agências de fomento e leitores/as;
- d) garantir que bolsistas tenham acesso a revistas e arquivos de Acesso Aberto em seus campos de estudo;

³⁹ Disponível em: <<http://deborawaz.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

- e) divulgar o uso e impacto das revistas de Acesso Aberto, e mostrar para bibliotecas que não tem custo efetivo para seu uso;
- f) promover discussões nas agências financiadoras de fomento sobre o AA;
- g) familiarizar financiadores/as e administradores/as com esses assuntos.

Mesmo com tantas ações já indicadas por Johnson para promover o AA em instituições de ensino, levantamos outras ações destacando a importância da participação de cada segmento envolvido na estrutura da comunicação científica. Entre estes segmentos estão (COSTA, 2006, p. 42; TARGINO, 2007, p. 100):

- a) editoras (comerciais e universitárias) - que facilitam a revisão pelos pares e a distribuição dos resultados da pesquisa;
- b) Institutos de pesquisa;
- c) diretores/as de Instituições Acadêmicas Públicas;
- d) universidades;
- e) bibliotecários/as - servidores/as;
- f) docentes - que geram resultados de pesquisas;
- g) agências de fomento ou financiamento - que apoiam e sustentam a pesquisa científica;
- h) estudantes – discentes;
- i) governo.

Todos esses segmentos podem contribuir para a construção do AA⁴⁰, com ações que, se mobilizadas em conjunto, transcendem a esfera institucional de pesquisa, principalmente ao ampliar os princípios do acesso para a sociedade e algumas de suas instituições.

As **editoras** se deparam com a contradição comercial da divulgação tradicional do conhecimento e com os princípios do Acesso Aberto, que adota postura diferenciada ao questionar o direito dos/as autores/as.

No entanto, a publicação científica também é campo influenciado por interesses comerciais das editoras, que lucram e controlam as revistas e os acessos, ao gerir a “conta” de bibliotecas que pagam assinaturas para acessar os artigos (CHANIER, 2007, p. 142).

⁴⁰ Outras possíveis ações podem ser acessadas em:
<<http://www.acessoaberto.org/comoajudar.htm>>.

As editoras alegam que o modelo com que trabalham garante ao autor/a a preservação dos seus direitos e protegem a pesquisa (BERTIN, 2008, p. 23; MUELLER, 2006, p. 34 e 35).

Já as editoras de revistas de Acesso Aberto, estas encorajam os pesquisadores/as/autores/as a depositarem o *postprints* revisado por pares em repositórios (HARNAD, 2003).

Os **Institutos e fundações de Pesquisa** podem aumentar a visibilidade e prestígio da instituição ao contribuírem para a circulação de conhecimentos. Os/as autores/as podem agir como propaganda para a instituição obter mais recursos de pesquisa e novos/as pesquisadores/as/autores/as (CROW; GOLDSTEIN, 2003, p. 29-32; PROSSER, 2005, p. 9).

Nas **universidades** ou instituições de ensino públicas, pode-se ainda com consentimento de seu dirigente implantar políticas para apoiar o Acesso Aberto em seu âmbito. Também podem migrar suas revistas com acesso restrito, para modelos de publicação em Acesso Aberto (BRODY; HARNAD, 2003; SUBER, 2003, p. 1).

Kuchma (2008, p. 19) sugere que é preciso ser enfatizado aos pesquisadores/as/autores/as da universidade que o acesso estimulará o avanço da pesquisa e desenvolvimento, tanto para uso quanto para inovação. Ele também recomenda que para isso as universidades utilizem sites, *workshops* e eventos como meios para divulgar o AA.

Dentro das universidades são encontradas as bibliotecas, que supostamente são espaços de acesso irrestrito às fontes de conhecimento científicas, mas que na verdade, normalmente são forçadas a cancelar as assinaturas pelos altos preços empregados nelas. E, a cada ano aumentam os preços das assinaturas, conseqüentemente diminui-se a quantidade de acesso às revistas em bibliotecas (GOODMAN, 2005, p. 15).

Nesse sentido, os **bibliotecários/as** podem fazer diferença nas bibliotecas, ao utilizarem a internet para democratizar as novas formas de publicação eletrônicas, como repositórios e *e-prints* de arquivos, e também ao digitalizarem publicações impressas. Podem ainda garantir que publicações que já estão em acesso aberto continuem permanentemente acessíveis (PROSSER, 2007, p. 16; PYATI, 2007).

Estes profissionais, do mesmo modo, podem colaborar com o suporte ao repositório institucional, que envolve a manutenção, *backup*, atualizações e

migrações dos arquivos da universidade para o arquivo digital (HARNAD, 2003; SOUTO, 2007, p. 160).

Os/As responsáveis pelas bibliotecas nas universidades podem deslocar alguns recursos e colaboradores/as das bibliotecas para implementar o design e indexação de metadados. Ou, também podem passar parte do valor de seu orçamento para manter a revista de Acesso Aberto, implantar bibliotecas digitais e repositórios (BRODY; HARNAD, 2003; CROW; GOLDSTEIN, 2003, p. 31 e 32).

Entretanto, para Harnad (2003), os/as bibliotecários/as não apresentam as mesmas motivações para o progresso do acesso aberto quanto os/as pesquisadores/as/autores/as. São os/as autores/as os únicos que podem prover esse acesso ao se conscientizarem da importância de deixar livre para o/a leitor/a o conhecimento que produzem (MÁRDERO ARELLANO, 2008, p. 104).

Neste sentido, os/as pesquisadores/as/autores/as podem (PROSSER, 2007, p. 16; UNIVERSITIES UK; RESEARCH, 2009, p. 18):

- a) dar preferência para revistas de Acesso Aberto para enviarem suas publicações;
- b) depositar seu trabalho em repositório institucional;
- c) se apropriado, lançar nova revista de AA;
- d) discutir direitos públicos, de Acesso Aberto e o preço que editoras de revistas cobram pelo acesso e muitas vezes para submissão;
- e) discutir com agências de fomento e administradores das universidades o critério de promoção e avaliação para que autores/as não sejam penalizados por usar repositórios ou publicações e revistas de Acesso Aberto (especialmente aqueles que tem a divulgação somente *on-line*).

Os/As autores/as têm vantagens para apoiar e desenvolver estas ações a favor do AA, além das apresentadas por Swan (2006, p. 1) na justificativa desta dissertação. Entre elas, estão: a existência de arquivo central com os seus trabalhos, aumento da disseminação, impacto e avaliação da pesquisa individual; ampliação de atitudes inovativas; contribuição para o avanço do conhecimento; captação de recursos para financiar suas próximas pesquisas; auxílio em sua carreira (emprego, salário, promoção...) e prestígio enquanto pesquisador/a (BRODY; HARNAD, 2003; HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008, p. 269; MORENO; LEITE; ARELLANO, 2006, p. 85; REENEN, 2006, p. 18; PROSSER, 2005, p. 9).

Todavia, para buscar estes benefícios, os/as pesquisadores/as/autores/as precisam familiarizar-se com as políticas de AA e participar das ações que as instituições desenvolvem como novos modelos de negócios para publicação científica (PAPPALARDO; *et al*, 2008, p. 8).

As **Instituições de fomento**, por sua vez, podem avaliar a produção intelectual de pesquisas por elas financiadas, ao exigirem que sejam publicadas em canais de Acesso Aberto, e incluírem linha de financiamento para fornecer recursos para as pesquisas dos cientistas em AA. Como exemplo tem-se uma das grandes agências de financiamento, a *Wellcome Trust* no Reino Unido, que apoia a ideia de que os recursos disponíveis só são justificados se os seus resultados estiverem acessíveis, ou por cópia local ou em revistas de AA (BRODY; HARNAD, 2003; COSTA, 2006, p. 47; DOYL; GASS; KENNISON, 2004, p. 0410; WILLINSKY, 2006a, p. 9079).

Segundo Costa (2006, p. 49), com a disponibilização dos resultados das pesquisas em AA sendo apoiados por agências de fomento, modifica-se a comunidade científica ao ampliar o desafio da mudança para validar suas pesquisas financiadas. Os custos de assinatura das revistas de publicação acadêmica em AA orientam novo rumo à comunicação acadêmica (PROSSER, 2007, p. 16).

Os/As **estudantes** menos citados na literatura, para ajudar na institucionalização de AA, podem continuar fazendo o que naturalmente fazem para realizar as suas pesquisas acadêmicas, acessar textos sem custo para eles/as na *web*. Embora pouco explorada na área, a participação dos/das estudantes, sem dúvidas, pode proporcionar o surgimento de pesquisadores/as/autores/as que no futuro terão como princípio a publicação em AA (HARNAD, 2003).

Outro segmento é o **governo**, que pode fornecer fundos de investimento para o desenvolvimento de revistas de Acesso Aberto em Instituições de Ensino Públicas. Pode também desenvolver agências de pesquisa para estudar sobre modelos de negócios do AA (CROW; GOLDSTEIN, 2003, p. 31 e 32).

Com estas ações de cada segmento, os/as leitores/as ao obterem acesso ao mundo da pesquisa podem supostamente assegurar e preservar as relações da população com as instituições acadêmicas (PROSSER, 2005, p. 9). No entanto, há autores/as que acreditam que o AA enquanto teoria e prática não consegue cumprir o que “prega” e logo o envolvimento dos segmentos seria sem propósito para a ciência. As visões neste sentido apresentaremos na próxima seção, na qual

trazemos também autores/as que contra argumentam as críticas feitas ao AA.

3.5 ACESSO ABERTO: PRÓS E CONTRAS

A primeira frase do relatório da *Association of Learned and Professional Society Publishers*, por Sally Morris, chefe executiva dessa associação (KAUFMAN, 2005, p. 1), diz: “as discussões de Acesso Aberto tendem a ser fortes nos argumentos utilizados em sua retórica, mas são fracas em relação aos fatos”.⁴¹ Essa frase mostra o que alguns críticos e grandes editoras consideram sobre o AA. Entretanto consideramo-la contraditória com relação às iniciativas que levantamos ao decorrer do presente estudo.

Muitas críticas estão baseadas no conceito básico e na filosofia de AA. Elas questionam também os recursos institucionais gastos em AA, pois consideram que este não beneficia a ciência mais do que as editoras tradicionais. Isso ocorre principalmente porque instituições precisam, neste modelo, pagar para seus/suas autores/as submeterem seus artigos em revistas (ANDERSON, 2004; CRAWFORD, 2003, p. 1578).

Sob o ponto de vista de Huter (2005, p. 4), para promover o AA, os/as defensores/as do movimento criam imagem negativa das atividades das editoras comerciais. Já para as editoras comerciais, o AA é considerado mais um modelo de negócios do que uma filosofia.

O AA é um assunto considerado pelos críticos primordialmente como financeiro, pois não é campo tradicional de empresas privadas e de mercados, a briga por espaço é uma tensão entre editoras e defensores/as do AA, financiada pelo dinheiro público (HUTER, 2005, p. 4).

Crawford (2003, p. 1578) ressalta que o AA traz argumentos que não incrementam o sistema de publicação tradicional. Para este autor, o AA fomenta a disputa no complexo do sistema público e privado, ao alcançar descontinuidade nos esforços e resultados de pesquisa.

Neste sentido Craig, *et al* (2007) examinam o impacto entre as citações de artigos de Acesso Aberto e dos artigos de acesso restrito. Eles concluem em seu experimento, que não há evidências para o Acesso Aberto utilizar como justificativa o

⁴¹ “Discussion of Open Access tends to be strong on rhetoric but short on facts”

aumento de citações em seu modelo. Para eles, o artigo de Acesso Aberto tem pouco ou nenhum efeito de citação.

Craig, *et al* (2007, p. 247) afirmam também que o erro começa na definição da amostra, pois não pode ser generalizado o impacto para autores/as, em determinadas disciplinas. Além de os artigos de Acesso Aberto, segundo eles, não terem impacto de citações, os benefícios de publicação levantados pela via verde não atingem as promessas que os defensores do movimento pregam.

Todavia, o AA para estrutura das publicações oferece algumas estratégias para mostrar que as revistas de acesso restrito oferecem menos visibilidade para seus artigos e possui diversas considerações sérias (SUBER, 2006, p. 53).

Para Craig, *et al* (2007, p. 247), os modelos de negócios do Acesso Aberto pouco mostram como os seus objetivos podem ser alcançados, em especial, com relação às legislações e sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Como contraponto das visões dos críticos do AA, Swan (2006) esclarece alguns mitos sobre as revistas de AA:

- a) não têm ISI e não têm boa qualidade - mais de 200 revistas em 2006 já eram indexadas pelo *Web of Science* e têm fator de impacto;
- b) pagamento de taxas de publicação para que as revistas de AA corruptas façam a avaliação por pares - o AA não tem este objetivo, ele interfere entre a diminuição de barreiras e processo de imposição do sistema para acesso de artigos,
- c) são modelos de negócios insustentáveis - na verdade, é um modelo de negócios diferente que sugere aos/as pesquisadores/as/autores/as caminho sustentável para suas publicações.

Há críticas também baseadas na questão de que a publicação *on-line* pode reduzir consideravelmente os custos. Porém, para mudar o sistema de publicação, segundo Anderson (2004), seria necessário largo debate em instâncias governamentais para formular estratégias de distribuição da informação para o bem público.

Neste sentido, os críticos acreditam que o AA tem tantos custos para produção de revistas abertas, quanto os que têm as revistas de acesso restrito. De modo que Suber assevera que todo editor de revistas de AA sabe que em especial a revisão por pares, gera custos para revista (SUBER, 2002, p. 263).

As estratégias do AA têm seus próprios efeitos e avanços com o objetivo de

diminuir as barreiras para acesso, e com isso ajuda na construção da ciência ou em problemas sociais (SUBER, 2006, p. 53). Mas, para Anderson (2004) a informação não é bem público, assim como um parque municipal, muito mais no que se refere a revistas de publicação acadêmica. Segundo ele, a informação não é somente algum tipo de ideia ou conceito, mas, sim, representações simbólicas que as pessoas criam sobre ela.

Para Anderson (2004) o AA faz com que o autor ou autora perca o valor do seu trabalho, ao ser avaliado em canais que fazem parte do dia a dia das pessoas, como conversações casuais por *e-mail*. O autor ressalta que este tipo de distribuição não pode oferecer benefícios para o/a autor/a/pesquisador/a, pois é preciso ter a validação por pares do conhecimento científico, e não a popular.

Em relação a esta crítica de que o AA pretende desviar a revisão por pares quando cientistas e acadêmicos publicam seus artigos em páginas pessoais, Suber (2002, p. 263), contrariamente, destaca que o campo primário de discussão da literatura em AA consiste em artigos revisados por pares.

Suber (2002, p. 263) declara ainda que a revisão por pares é essencial para a estrutura atual da ciência e da academia, e é compatível com as investigações de AA e a validação dos seus estudos. A reforma sobre a revisão de pares poderia ser desejável por diversas razões, mas não é foco, a princípio, das iniciativas do movimento.

Além destas visões apresentadas, no Quadro 6 são indicados prós e contras para publicação em AA, sendo que na terceira coluna estão descritos os argumentos dos/a autores/a desta pesquisa quanto a publicação de AA.

Prós	Contras	Posicionamento
Qualquer pessoa com acesso a internet tem acesso gratuito ao conhecimento científico.	Pesquisadores/as/autores/as tem que pagar (de 500 a 1500 dólares) para terem seus artigos aceitos publicados. E nem todos os/as pesquisadores/as/autores/as são de instituições de pesquisa ou têm fundos de pesquisa para cobrir os custos.	O conhecimento é público. Ainda mais quando falamos de conhecimento que é produzido em Instituições de Ensino e Pesquisa Públicas, subsidiadas pela sociedade. No entanto as editoras acabam regulando suas práticas comerciais ao inventarem novas formas de não perder o seu controle para o livre acesso ao conhecimento.
Elimina eventuais custos das bibliotecas com o pagamento de assinaturas de revistas.	O novo sistema de pagamento poderia privilegiar a disputa com as editoras comerciais, fazendo com que aceitassem mais trabalhos, ao entrar em conflito com os interesses do autor/a.	A cópia digital pode diminuir o custo, mas fortalecer a disputa de empresas (editoras comerciais), o que nos parece contraditório, pois elas não precisavam existir da forma como funcionam, regulando sobre os direitos do/a autor/a. O/A autor/a mesmo pode dizer o que deve ou não ser feito com os resultados de sua pesquisa.
Pesquisadores/as/autores/as mantêm o <i>copyright</i> .	Para revistas que seguem o modelo em que o/a autor/a deve pagar para submeter seu artigo, eles precisam pagar por artigo cerca de \$1.000.	Independentemente do modelo de publicação escolhido pelos/a autores/as é necessário que ele/a tenha acesso à cópia do seu trabalho para utilizar como material para aula e divulgar para quem tiver interesse.
Na avaliação de citações os artigos “livres” são mais citados dos que os de acesso restrito.	As revistas de AA não são acessadas com freqüência, o que faria com que os pesquisadores/as/autores/as iniciantes não fossem privilegiados com o modelo.	Quanto mais se facilita o acesso, mais pessoas leem e conseqüentemente, se o trabalho for pertinente à sua área de pesquisa, o citam.
Poderia eliminar “citação de influência” (pesquisadores/as/autores/as citam somente revistas que eles podem ter acesso).	Professores/as universitários pagam para contribuir com novos conhecimentos que são gratuitos às contra partes não acadêmicas, que são também consumidores da literatura.	A sociedade em geral precisa ter acesso aos conhecimentos científicos e intervir no sistema de circulação dele, reforçado pela avaliação acadêmica.
Poderia eliminar o fato de pesquisadores/autores só disponibilizarem o resumo, quando o texto completo não está disponível.	Quanto maior for a instituição de pesquisa, supostamente terão mais encargos com as publicações de seus pesquisadores/as/autores/as.	As Instituições de pesquisa também recebem financiamento da sociedade para desenvolver os conhecimentos científicos, assumindo o direito e dever de divulgação de conteúdo integral dos resultados de pesquisas.

Quadro 6 – Prós e contras da publicação em Acesso Aberto.

Fonte: COLLINS, J., 2005, p. 324, tradução e adaptação da autora (primeira e segunda coluna); e terceira coluna posicionamento dos/a autores/a do presente estudo.

4 DELINEAMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como o nosso objetivo de pesquisa é analisar as possíveis implicações geradas pela institucionalização do Acesso Aberto a publicações científicas da comunidade acadêmica do campus Curitiba da UTFPR, optamos por trabalhar com a pesquisa qualitativa de natureza interpretativa. Escolhemos trabalhar assim devido ao fato de os métodos qualitativos diferirem do quantitativo ao poderem explorar a história do dia a dia das pessoas, favorecendo assim mudanças (MOREIRA; CALEFFE, 2006).

Logo, neste capítulo para explorar a cultura de publicações dos/as docentes da UTFPR, optamos por coletar dados por meio da entrevista semi-estruturada que, a partir de um protocolo com os tópicos sobre o tema, tópicos estes não aplicados na mesma ordem, dão “liberdade direcionada” para a entrevistadora e para o sujeito da pesquisa (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p. 169).

Após determinarmos a natureza da pesquisa e o instrumento da coleta de dados, definimos a amostra com o método bola-de-neve ou em série, o qual localiza próximos/as participantes da pesquisa pela indicação dos/as entrevistados/as anteriores (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p. 178).

Optamos, como critério para identificar o primeiro entrevistado, o nível hierárquico de atuação administrativa, pois consideramos pertinente receber as indicações do coordenador de trabalho dos demais participantes, aproveitando para entender a visão gerencial da cultura de pesquisa da Instituição.

Com o objetivo de ter a amostra mais representativa possível e com visões diferenciadas, adotamos outro critério para recorte da amostra: seguimos indicações de até três entrevistados por função e área de atuação.

A amostra foi então composta por três docentes de cada um dos Programas de Pós-Graduação da UTFPR de Curitiba, sendo dois/duas deles/as bolsistas produtividade do CNPQ. Entrevistamos três editores/a chefes das revistas de Curitiba, três professores/as de graduação que estão aguardando aprovação da CAPES para abertura de mestrado profissional e também dois gestores da Instituição.

A faixa etária da amostra variou de trinta e cinco a cinquenta e sete anos. Destes, três sujeitos são do sexo feminino e os demais do masculino. Ao todo foram entrevistados/as dezessete pessoas.

Antes de serem iniciadas as entrevistas foi realizada uma entrevista piloto em treze de outubro de dois mil e nove, com a colaboração de uma professora da Universidade Federal do Paraná, com duração de vinte e oito minutos. Após esta entrevista, consideramos que algumas modificações deveriam ser feitas no protocolo (Apêndice A), gerando o roteiro de entrevista definitivo apresentado no Apêndice B, com questões feitas na maioria das entrevistas. Devemos ressaltar que a ordem e número de questões, por ser uma entrevista semi-estruturada, foi diferenciada em cada uma delas.

As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização dos sujeitos de pesquisa (Apêndice C), e transcritas literalmente, durando ao todo quatro horas e quarenta e três minutos. As entrevistas foram realizadas entre dezoito de outubro de dois mil e nove e vinte e sete de novembro de dois mil e nove.

Consideramos pertinente levantar por meio das entrevistas semi-estruturadas as particularidades e especificidades dos/as docentes da UTFPR envolvidos/as na produção, acesso, circulação e preservação de conhecimento desenvolvido, sejam elas políticas, econômicas, ou outras. Além disso, nas entrevistas tivemos o objetivo de levantar contribuições à elaboração da política institucional de Acesso Aberto ao conhecimento feitas pelos/as docentes da UTFPR.

Após o levantamento destes dados em entrevistas, fizemos a análise de conteúdo das transcrições e identificamos desafios, dificuldades de formulação e estratégias de manutenção de política institucional de informação na UTFPR, destacando eixos temáticos que identificamos como predominantes e em destaque entre os dados levantados.

Além disso, durante a análise procuramos resgatar conceitos presentes no nosso referencial teórico, mostrando inter-relações quanto ao cotidiano de pesquisa dos/as docentes, bem como a aproximação destes agentes sociais, ligados às práticas sociais indispensáveis no atual sistema de comunicação científica.

4.1 BREVE DESCRIÇÃO DA UTFPR

A transformação desta Instituição em universidade é relativamente recente, embora tenha uma história de cem anos, completados em dois mil e nove. Isso reflete em uma Instituição que não tem a cultura generalizada de pesquisa e publicação em foros acadêmicos.

A Instituição foi inaugurada em dezesseis de janeiro de mil novecentos e dez como escola de aprendizes e artífices do Paraná. Esta escola iniciou as suas atividades com quarenta e cinco alunos e foi passando por diferentes denominações durante o século XX, conforme seu papel de formadora de recursos humanos em tecnologia se alargava e se transformava (LIMA FILHO, 2003, p. 27-31; QUELUZ, 2000, p. 45).

Em dois mil e cinco, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) passa formalmente mediante a lei 11.184, de sete de outubro de dois mil e cinco a ser uma universidade tecnológica (UTFPR, 2009, p. 9).

Em meados de 2009, a Instituição já é de médio porte e está em constante crescimento. Ela conta atualmente com mil trezentos e noventa e três professores (trezentos e quarenta com doutorado e seiscentos e dois com mestrado), seiscentos e quarenta e sete funcionários técnico-administrativos e dezesseis mil e dezenove estudantes matriculados (UTFPR, 2009a).

Postulamos que uma política de Acesso Aberto facilitaria a circulação do conhecimento gerado na instituição e sua inserção na sociedade, pois esta conta atualmente com onze campi distribuídos no Estado do Paraná.

Neste sentido, é importante citarmos que em paralelo à nossa pesquisa foram desenvolvidas em conjunto com servidores da UTFPR duas ações institucionais. A primeira ação é o incentivo e viabilização de uma capacitação em sistema de editoração de revistas livre e gratuito, que já era utilizado em alguns campi da UTFPR no interior do estado. A segunda é a participação em edital engajada com uma Política Institucional de Informação⁴² a favor do Acesso Aberto a publicações científicas, que contemplou a UTFPR com um kit para repositório institucional.

É importante destacar que no início desta pesquisa pretendíamos verificar o planejamento e estabelecimento de uma política institucional de informação para difundir os resultados de estudos acadêmicos e implementar meios para circulação do conhecimento em contexto específico. Mas, com o decorrer do tempo estas ações nos fizeram refletir que o estudo das implicações institucionais do Acesso Aberto caberia no momento de implantação do repositório.

De modo independente a esta pesquisa, no Departamento de Letras e

⁴² Edital disponível em:
<http://kuramoto.files.wordpress.com/2009/04/edital_distrib_epto_pcal_xbdb_4_2009.doc>. Acesso em: 21 abril 2009.

Comunicação Institucional, os editores da Revista de Letras sugeriram à diretoria da Assessoria de Comunicação do Sistema o uso do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), para viabilizar um treinamento para eles. A partir deste momento, iniciaram-se os primeiros contatos com os editores de revistas locais.

Ao entrarem em contato com uma das editoras da revista do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), foram informados sobre nosso interesse e pesquisa sobre editoração eletrônica de revistas livres. Foi sugerido um encontro para discutir o tema em meados de novembro de 2008. Nesta reunião participaram um editor de revista, um representante da assessoria de comunicação, e nós. Nesta foram distribuídas tarefas para fomentar a capacitação do SEER. Ficamos responsáveis por contatar o IBICT para verificar as opções de capacitações em relação às necessidades institucionais.

Após contato com a equipe de treinamento do SEER do IBICT, foi-nos informado que havia duas possibilidades de eles ministrarem um treinamento para editores de revistas da UTFPR. A primeira, seria todos viajarem até Brasília ou o Rio de Janeiro, para realizar o treinamento com a carga horária prevista para dois dias. A outra opção, enfatizada por nós, seria a de algum profissional do IBICT vir para Curitiba e oferecer esta capacitação condensada se necessário. Mas devido à falta de profissionais disponíveis, eles nos indicaram professores da Universidade Federal de Santa Catarina, e da Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo que trabalham com o SEER e que foram capacitados por eles..

Entramos então em contato com todos esses professores para verificar a disponibilidade/custo dos honorários. Enquanto aguardávamos a resposta, tivemos a ideia de verificar se a Universidade Federal do Paraná já tinha desenvolvido algum treinamento relacionado ao SEER. Este contato nos fez mudar a estratégia inicial, pois localizamos na UFPR um servidor, Paulo Ugolini, que estaria disponível sem nenhum custo para oferecer esta capacitação para os editores da UTFPR.

Foram negociados as datas e horários entre o servidor e nós, e então foi prevista a capacitação do SEER para vinte e duas pessoas, entre elas representantes de cada uma das cidades em que a Instituição está presente. A capacitação foi realizada na Instituição no campus Curitiba no mês de maio ⁴³O

⁴³ A atividade referida se deu em dezenove de maio de dois mil e nove, das 8:00 às 17:30 e no dia vinte maio de dois mil e nove, das 08:00 às 15:30.

curso foi ministrado por um técnico da Universidade Federal do Paraná e teve o objetivo de apresentar as funcionalidades do SEER e tirar dúvidas daqueles editores que já tinham migrado para este sistema, no caso, da revista dos Campi Ponta Grossa e Pato Branco.

Em Curitiba, das quatro revistas (Revista InfoDigital, Revista de Letras, Revista Tecnologia e Sociedade e Cadernos de Gênero e Tecnologia) somente o editor da Revista Tecnologia e Sociedade estava estudando o SEER para fazer a migração do seu sistema. Mas, até o momento, em conversa com os/a editores/a das revistas verificou-se que nenhum migrou sua revista para o SEER. Estes/a editores/a justificam que o treinamento não foi suficiente e que precisam de recursos humanos e suporte técnico para viabilizar esta migração.

Em relação à segunda ação, propusemos, com a anuência da reitoria, o rascunho de política de acesso e de arquivamento institucional aberta a ser discutido, consolidado e aprovado pelo corpo docente e pelas devidas instâncias, incluindo-se aí o conselho universitário.

A motivação para esta proposta veio do Edital Finep/PCAL/XBDB nº 002/2009, que tinha o objetivo de apoiar instituições públicas de ensino e pesquisa na implantação de repositórios institucionais e publicações periódicas, e que previu a instalação de repositório institucional e a instauração de política institucional de depósito, prevendo, com isso, alguns compromissos administrativos e filosóficos que o movimento do Acesso Aberto abrange (INSTITUTO..., 2009).

Quando apresentamos a ideia em meados de fevereiro de dois mil e nove para o Reitor, representantes das pró-reitorias e alguns assessores, houve uma pronta adesão à proposta, inclusive independentemente da contemplação do edital, pois acreditavam que esse estava alinhado com vários objetivos e metas institucionais. Potencialmente foi argumentado para o reitor e pró-reitores que a introdução da política institucional de depósito também facilitaria o resgate e a avaliação de produções dos programas, cursos, grupos de pesquisa e professores.

Iniciou-se também em meados de fevereiro de dois mil e nove a escrita da proposta para o edital, pelos bibliotecários da instituição e autores/a desta pesquisa da UTFPR, e foi enviado anexo aos documentos e formulários um rascunho de uma Política Institucional de Informação (Apêndice D). Houve duas reuniões presenciais com discussões sobre o edital; as demais foram feitas por *e-mail*.

Este rascunho foi desenvolvido com base no modelo do IBICT disponibilizado

no blog do Kuramoto⁴⁴, e também nas políticas e mandatos da *Fraunhofer policy*, Carlos III de Madrid, *Deutche Initiative* DINI 2007 (guia), e o *Guide du dépôt*, que estão disponíveis no ROARMAP⁴⁵.

Em Julho, verificamos que éramos uma das instituições contempladas pelo edital⁴⁶. Com a aprovação desse, a Instituição poderá hospedar as suas revistas científicas em repositório local, além de teses e dissertações, artigos e outras publicações revisadas por pares, publicados pelo corpo docente. Isso facilitará sobremaneira a visibilidade e o acesso à produção científica da UTFPR.

Entretanto, somente em nove de novembro de dois mil e nove é que três técnicos administrativos foram até Brasília retirar o kit com que a UTFPR foi contemplada e fazer treinamento sobre repositório institucional. A partir desta data, a Instituição precisa instalar o repositório e definir a política vinculada a ele em três meses.

Durante dois dias no mês de dezembro foram realizadas as reuniões da Comissão do Repositório indicada⁴⁷ para definição da Política. Durante estes dois dias decidiu-se ampliar a proposta inicial do IBICT para o repositório, desenvolvendo-se uma Política de Informação Institucional para um Portal de Informação em Acesso Aberto (PiAA).

Depois de formulada a Política, a chefe do sistema de bibliotecas, responsável pelo desenvolvimento desta, enviou-a para os participantes da comissão, para verificarem o que foi decidido e terem oportunidade de solicitar alterações mediante a aprovação de todo grupo. Em quinze de dezembro de dois mil e nove foi desenvolvida a versão final (Apêndice E) da Política para assinatura do Reitor. Em vinte e seis de fevereiro de dois mil e dez foi feita a primeira reunião para testes no software do Portal. Finalmente, em março iniciaram-se as reuniões de planejamento para implantação e estratégias de divulgação do Repositório.

4.2 DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

⁴⁴ Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2009/04/24/politica-institucional-de-informacao-o-que-e-isto/>>. Acesso em: 29 fev. 2009.

⁴⁵ Podem ser acessadas em: <<http://www.eprints.org/openaccess/policysignup>>

⁴⁶ Notícia disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?page=0&id=643>>.

⁴⁷ As atividades referidas foram desenvolvidas em três e quatro de dezembro, das 09:00 às 12:00 e das 13:30 às 18:00.

Nesta seção mostraremos como foi feita a análise dos dados levantados em entrevistas.

4.2.1 Análise das entrevistas

Para manter o sigilo sobre o nome dos/as entrevistados/as, durante a análise da entrevista iremos citá-las pela ordem que foram realizadas. Apresentadas no Quadro 6, abaixo.

Entrevista	Função
1	Pró-Reitor
2	Bolsista produtividade
3	Bolsista produtividade
4	Bolsista produtividade
5	Bolsista produtividade
6	Docente
7	Docente
8	Docente
9	Coordenador de projeto de mestrado
10	Bolsista produtividade
11	Editor de Revista
12	Bolsista produtividade
13	Pró-Reitor
14	Coordenador de projeto de mestrado
15	Editora de revista
16	Coordenador de projeto de mestrado
17	Editor de Revista

Quadro 6 – Relação das funções dos entrevistados/as
Fonte: desenvolvido pelos/a autores/a deste estudo.

Após feitas as entrevistas, desenvolvemos quatro eixos temáticos que agrupam os dados para fazermos as análises. O primeiro eixo temático permite ao/à leitor/a deste estudo identificar a visão de ciência dos/as docentes entrevistados/as na UTFPR. Verificamos no segundo eixo temático como os direitos autorais podem influenciar na circulação livre do conhecimento, mediante o atual sistema de publicações adotado por estes/as pesquisadores/as. No terceiro eixo temático, levantamos dos dados dimensões políticas e culturais que os/as docentes entrevistados/as percebiam na adoção pela UTFPR de uma política de AA que favorecesse a circulação e acesso ao conhecimento científico revisado por pares. E, no último eixo temático, exploramos as sugestões dos/as docentes entrevistados/as quanto a mecanismos que poderiam favorecer a sua adaptação a modelos de

publicações em acesso aberto, apoiados por uma Política de Informação Institucional.

Nas próximas seções apresentamos a descrição de cada um desses eixos temáticos.

4.2.1.1 A visão da ciência por pesquisadores/as da UTFPR

No eixo temático inicial verificamos se os/as dezessete docentes entrevistados/as tinham conhecimento anterior à entrevista, a respeito do movimento de Acesso Aberto. Foi levantado que dentre eles, os/as ligados à administração já liam à respeito, desde a apresentação do edital da FUNCATE.

Já os/as bolsistas produtividade desconheciam até então o AA. Dentre os/as editores/a de revista, o entrevistado 17 já tinha conhecimento sobre a iniciativa do AA por meio do SEER, utilizado em outra Instituição que trabalha. Ele relata que:

eu sou editor de uma revista que trabalha com AA e no Brasil a maior parte dos pesquisadores ainda não estão dando ênfase neste tipo de serviço. E eu acredito que a tendência é que cresça ainda bastante esse movimento. Acredito, e acho que uma das coisas que eu acho que não faz sentido é que a pesquisa no formato tradicional acaba sendo desenvolvida como no caso de agências que fomentam a pós-graduação e acabam sendo publicadas em revistas que cobram das bibliotecas. Ou banco de dados que são adquiridos pela universidade que faz com que agente produza gratuitamente, dê para alguém e depois tenha que pagar para ter acesso a ele novamente. Então eu acho que faz todo o sentido e já vejo algum movimento inclusive nas grandes editoras no sentido de se tornar um pouco menos proprietárias do conhecimento que tem adquirido dos pesquisadores.

A outra editora (entrevistada 15) ouviu falar sobre o movimento de AA pelos pesquisadores/a deste estudo. Segundo ela:

já ouvi, mas muito acho que através do programa mesmo. Muito pelo seu orientador, pelo projeto de vocês. E também através de outras, da universidade federal que faz essa pesquisa, do Moodle. E também tenho ouvido falar desta questão de pesquisa científicas mesmo, para divulgação disto.

O terceiro editor, por sua vez, participou da capacitação do SEER promovida na Instituição e conheceu o AA pela breve introdução do curso.

Dos/as outros docentes que participaram da entrevista apenas o entrevistado 9 conhecia sobre o movimento propriamente dito, também por ter entrado em contato com os/a pesquisadores/a deste estudo. Segundo este docente:

na verdade somente pelo Merkle, por conta do repositório

institucional que eu tive mais informações sobre este assunto. De fato a ideia eu tenho há algum tempo, desde a iniciativa da CAPES de colocar as revistas disponíveis da universidade. Neste sentido eu já estou por dentro da ideia há algum tempo. Mas pelo sentido que o Merkle passou me parece ser uma ideia muito mais abrangente. Eu sou vítima do Acesso Fechado, pois muitas vezes eu preciso ler textos acadêmicos que não estão disponíveis nem no portal da CAPES. Posso te dar um exemplo. Na semana passada eu quis ler um artigo da *Physics* e eu não pude ler porque estava fechado. Então se eu fosse americano de uma universidade americana, provavelmente eu leria. Mas como eu sou brasileiro eu não posso ler.

É possível, então, verificar que antes das ações desenvolvidas por nós na Instituição, e por ser o acesso aberto um movimento recente em Instituições de ensino, somente o entrevistado 17 tinha conhecimento sobre o AA, sendo que este conhecimento veio agregado à cultura de outra Instituição em que dá aulas. Resumindo, antes das entrevistas, apenas um entrevistado teve contato com informações sobre o AA.

Após perguntarmos o conhecimento anterior dos/as entrevistados/as em relação ao Acesso Aberto, exploramos se o histórico de publicações e a organização da escrita científica que tinham feito até então refletiam aspectos que favoreciam a livre circulação do conhecimento acadêmico.

No relato dos/as entrevistados/as, 10% deles/as ressaltam que a Instituição tem um histórico recente de publicações científicas em periódicos. Além deste aspecto institucional, 5% ressalta que a pesquisa na UTFPR é muito mais aplicada do que científica, o que pode diminuir o número de publicações em periódicos. Este histórico da Instituição é contado na entrevista 1:

nós temos uma tradição de publicações em congresso e um número bem limitado em periódicos e periódicos qualificados. É mais uma questão de cultura. Por um bom tempo nós tínhamos uma tradição de ensino técnico e material de apoio para ensino: apostilas, livros acadêmicos, coisas desse tipo. Agora com a abertura e expansão da Pós-Graduação esse perfil vem mudando. Em determinado tempo tínhamos um número razoável de publicações em congresso e agora vem crescendo o número de periódicos, principalmente em periódicos qualificados pelo sistema da CAPES.

Em continuidade, 29% diz que os resultados das suas primeiras pesquisas geralmente eram divulgados em eventos, iniciadas entre mil novecentos e oitenta e seis e mil novecentos e noventa e três. Já 41% publicou a primeira vez em periódicos por incentivo das suas atividades de mestrado e doutorado, iniciadas entre mil novecentos e noventa e dois e dois mil e um. 5% inicia suas pesquisas com

publicação em iniciação científica. Finalmente, 10% publica há mais de vinte e oito anos, iniciando sua produção científica com a escrita de manuais e de livros.

Embora a Instituição tenha um histórico recente de publicações, há pesquisadores/as com mais experiência em pesquisa, produzindo de seis a sete artigos por ano, desde mil novecentos e oitenta e seis. Por outro lado, há docentes que publicam há cerca de dez anos, mas com pouca periodicidade, ou por estarem envolvidos em atividades administrativas, como citado nas entrevistas 2, 8 e 14, ou por buscarem objetivos profissionais que exigem deles/as produção considerada quantitativamente relevante.

Esse contraste pode ser explicado pela visão diferenciada da produção científica. Há pesquisadores/as que publicam pouco, apenas para “sobreviverem” na academia e continuarem a ministrar aulas, mas têm engajamento com pesquisas que se aproximam da sociedade. Ou ainda, possuem número pequeno de publicações por terem como foco mais o ensino do que a pesquisa. Já outros/as pesquisadores/as, principalmente os bolsistas produtividade, publicam mais, pois buscam reconhecimento.

Todavia, para o/a docente “sobreviver” na academia, independente de seus objetivos pessoais, é necessário que publique e receba o reconhecimento entre seus/suas pares. A estrutura de poder da ciência acaba tendo uma função ideológica de dominação de seus sujeitos, pois é reconhecida por estes/as sujeitos como a estrutura que dita normas necessárias para o funcionamento correto da ciência.

Para nós é inconcebível considerar que as normas ditadas pela e para a comunidade científica sejam aceitas sem serem considerados os efeitos e aplicações que os conhecimentos produzidos por ela trazem para sua estrutura interna e para a sociedade como um todo.

O ato de fazer a ciência com relevância social mais do que apenas o ato de reproduzir as ações impostas e feitas pelos seus/suas pares científicos, parece ser um caminho diferenciado que supostamente traz recursos para atingir o interesse de todos os envolvidos na produção da ciência.

Sabe-se que a ciência não é neutra, e que muito menos os SAP os resultados das pesquisas presentes em seus produtos (artigos, livros, resumos, entre outros). Pelo contrário, muitas vezes carregados de interesses, os resultados da produção científica são previamente determinados, e em outros momentos permeados pela história de vida e contexto sócio-cultural dos/as sujeitos que a desenvolvem.

Com o intuito de conhecer um pouco melhor o perfil dos/as docentes entrevistados/as da UTFPR, pensamos ser pertinente verificar as motivações dos/das docentes para publicar. Dentre os dezessete entrevistados/as, 77% deles/as citam que atualmente a maior motivação para publicar é o fato de eles serem avaliados quantitativamente por esta atividade.

Embora estes/as entrevistados/as citem a avaliação como o aspecto mais importante, também ressaltam a questão de disseminação entre pares, reflexão e reconhecimento científico. Na entrevista 17 a tensão nos argumentos motivacionais dos/as pesquisadores/as entrevistados/as da UTFPR é resumida:

a motivação da publicação a mais nobre é conseguir partilhar com os outros o resultado de seu trabalho. A menos nobre é continuar na sua carreira até porque hoje o lema de americanos "*publish or perish*" também é um lema para nós. Porque se não tivermos publicação para Pós-Graduação não dá. O que exige, não só produzir o conhecimento mas disponibilizar de alguma forma.

Na prática há mediadores (editores e avaliadores de revistas) que premiam trabalhos ao aceitarem a publicação, destacando-a, criando assim elitismo em relação aos artigos aceitos e não aceitos. Ziman (1979, p. 60-68; p. 146, 147 e 150) afirma que os/as cientistas precisam se destacar em sua comunidade de pesquisa, mas eles/as acabam isolando os resultados de suas pesquisas da sociedade e escrevem sobremaneira para outros/as cientistas lerem. Como comentado no texto de Ziman, ao mesmo tempo em que os cientistas precisam equilibrar a questão de cooperativismo entre os/as pares, eles desfavorecem a aproximação do texto científico da sociedade.

O distanciamento dos resultados das pesquisas científicas dos interesses da sociedade também aparece nas entrevistas e é uma preocupação citada na entrevista 8 por exemplo: "Eu trabalho com engenharia no interesse de atender as demandas da sociedade. Então o que eu vejo é que muitas das publicações de hoje em dia não estão agregando valor a sociedade".

Essa preocupação é reforçada na entrevista 15, que cita a divulgação científica, associada a publicações em revistas livres para ampliar o acesso aos resultados de seus estudos estendido a um público não especializado. Segundo este/a entrevistad/a: "a motivação é divulgação para a comunidade e de maneira geral. Até hoje eu só publiquei em uma revista paga porque fica mais restrita".

Sobre esta visão da divulgação científica, o/a entrevistado/a 8 resalta o

distanciamento que têm as pesquisas científicas da sociedade, em parte explicado pelo atual padrão de avaliação quantitativa da produtividade docente:

outro ponto que existe uma grave disfunção é que você é orientado a ver indicadores e não retorno social. Então a pesquisa hoje está desconectada do que a sociedade brasileira principalmente o que a comunidade necessita. E isso reflete muito na interação entre pesquisadores e sociedade.

Neste sentido, a visão expressa nesta passagem contribui com a nossa pois questiona a produção de hierarquia social e política que a ciência determina entre os/as cientistas/as (capazes de conversar com comunidade científica) e as pessoas da comunidade (excluídas do acesso aos resultados de pesquisas produzidas na academia).

Embora a sociedade não tenha acesso ao conhecimento científico, segundo Gorz (1979), a visão que esta tem dos/as cientistas está fundamentada em questões culturais. Consideramos que ela também é passiva quanto à reserva de conhecimento detida no domínio da academia.

As pesquisas empíricas realizadas na academia podem, entretanto, ser beneficiadas com a participação da sociedade no desenvolvimento do conhecimento científico em diversos contextos, baseada em seus conhecimentos culturais, assim como suas metodologias e aplicações.

Latour (1983, p. 141-170) desde mil novecentos e oitenta e três ressalta que a sociedade precisa interrogar os conteúdos das ciências e verificar o que ocorre dentro dos laboratórios, locais do qual vêm as futuras reservas de poderes políticos que estão em elaboração.

Liberta-se assim a sociedade da ideia de que ciência é feita apenas para cientistas e rejeita o valor de culto da ciência, ao provocar no público atitude crítica sobre ela (BENJAMIN, 1994, p. 18 e 19).

Sendo assim, a intervenção pública na ciência e em seus códigos técnicos, podem abrir espaço para interação de diferentes crenças e interesses, ao conduzir em como os indivíduos comportam-se em diferentes atividades do seu cotidiano, levando a diferentes caminhos seguidos pela ciência que só se comunica internamente (FEENBERG, 1995).

A lógica formal e racional do conhecimento científico que o torna uma poderosa fonte de saberes, acaba sendo legitimada pela sociedade e também pelos sujeitos que compõem a comunidade científica como a compreensão mais correta

sobre o mundo. Isso pode levar a sociedade científica a ser determinista, considerando como o conhecimento válido somente aquele que está presente em periódicos científicos. Além do que, a todo o momento os/as cientistas estão expostos a um *modus operandi* em que precisam publicar em periódicos científicos bem avaliados para serem reconhecidos.

No entanto, durante as entrevistas verificamos que a preocupação com a divulgação do conhecimento científico para a sociedade incomoda pesquisadores/as que refletem sobre a relevância social da sua produção. Outros/as docentes entrevistados/as nas entrevistas 13, 14 e 15 citam ainda a divulgação de suas pesquisas como um retorno também para a Instituição a que pertencem, e entendendo a publicação até mesmo como um momento de reflexão para avançar suas pesquisas. 71% dos/as entrevistados/as não citam a divulgação científica como sugestão de mudança para comunicação científica tradicional.

Para 29% dos/as entrevistados/as, os principais argumentos do Acesso Aberto quanto à visibilidade e acessibilidade podem convergir com o interesse de que seja cada vez mais lido o resultado de suas pesquisas pela comunidade científica. Neste sentido, o entrevistado 11 declara com “brilho nos olhos” o interesse em que seu trabalho seja divulgado e lido, conforme segue:

atualmente não corre nenhum tostão em tudo isso. É por prazer. Olhar e ver que aquilo você que fez. E o prazer maior é saber que alguém leu, e a gente fica sabendo. Não importa o que diga. Mas que alguém, leu, leu, isso vale muito. Sei que não passa totalmente em branco. Mas quando alguém leu, vemos que tem alguma utilidade.

Porém, estes benefícios do AA quanto à visibilidade e acessibilidade para as pesquisas do/a autor/a poderiam ser estendidos à sociedade? Por que o/a autor/a não contribui para que a sociedade como um todo tenha acesso a sua produção, e para que sua visibilidade não fique condicionada apenas entre seus/suas pares?

A ideia de aproximar a comunicação científica da sociedade está presente no plano de pesquisa de 29% dos/as entrevistados/as, o que nos leva a concluir que a comunicação científica tradicional precisa ser ampliada. Concluímos ainda que o AA, que já traz profundos questionamentos para o fazer científico, pode ser um caminho pelo qual se tornará possível a aproximação dos resultados da ciência da sociedade.

4.2.1.2 Sobre os direitos autorais e a circulação livre do conhecimento científico

O propósito deste eixo temático é explorar o conhecimento da comunidade pesquisada sobre os direitos autorais, e levantar se e quanto cada entrevistado/a conhece sobre o assunto. Para isto, iniciamos com questões que verificaram se há ou não incentivo para um/a pesquisador/a no sistema de publicações tradicional conhecer sobre as diretrizes que regem sobre seus direitos autorais na concretização de uma publicação.

Neste sentido, verificamos que os/as dezessete entrevistados/as já assinaram termos ou cartas de autorização transferindo seus direitos autorais em publicações aplicadas para congressos e periódicos científicos. Destes, 47% afirmam que sempre os leem antes de submeter uma publicação, e os 53% restantes, por sua vez, afirmam que não leem os termos quando enviam seus artigos.

Dos/as entrevistados/as que leem estes termos, 16% deles/as têm conhecimento sobre direitos autorais, por ser uma de suas linhas de pesquisas. E da outra parte que os lê, 31%, o faz por curiosidade, pois citam que não têm segurança para trabalhar com direitos autorais ou questionarem o que está presente nestes termos.

Entre os/as entrevistados/as que não leem os termos, o motivo citado por 30% deles/as para não lê-los é a falta de tempo e acúmulo de trabalho que o/a docente tem no desenvolvimento de uma publicação. Na entrevista 6 é dito que “na hora de assinar já é o final de todo o processo”. E na entrevista 2 esta ideia é reforçada pelo entrevistado que diz:

é no processo de publicação você vai submete, tem as revisões. E já aconteceu de eu ter vários processos de editoração. Então você chega no final com o termo do *copyright*, você já nem mais quer ler. Já acha que fez sua parte. E parte do pressuposto que isso não vai estar te prejudicando de alguma forma.

Segundo relatado por 23% dos entrevistados/as, a transferência total de direitos autorais é uma etapa obrigatória em qualquer submissão de artigos científicos, em especial os internacionais. Logo, conclui-se que não há negociação entre autor/a e a editora da revista ou evento. O entrevistado 7 acredita que “se você quer publicar em uma revista X, você tem que ceder seus direitos autorais porque você não tem direito de receber nada por aquilo”.

Os relatos, resumidos na Figura 6, embora citem aspectos profissionais específicos, como falta de tempo, também parecem ligados ao fato, já visto anteriormente, de que a estrutura da comunicação científica incentiva uma postura

passiva dos seus/suas autores/as. Acreditamos que eles/as não leem as cartas porque precisam publicar, o que acaba por conduzir ao não questionamento sobre seus direitos quando submetem suas publicações, e a conceitos errôneos sobre direitos autorais.

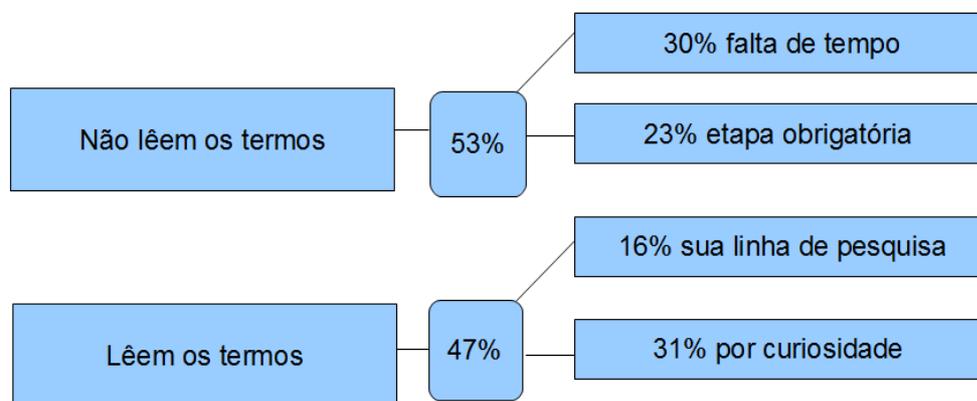


Figura 6: Leitura dos termos de direitos autorais
Fonte: dados compilados pelos/a autores/a.

Entretanto, o entrevistado 17 diz que mesmo que não haja esta negociação entre o/a autor/a e a editora, ele flexibiliza as leis de direitos autorais para fazer a divulgação da sua publicação que acredita que é interessante. E atualmente busca publicar em periódicos e eventos que não solicitem a transferência total dos seus direitos. Segundo este entrevistado:

mesmo no tempo que assinava os termos de concessão de direitos tanto de revista quanto congressos, eu sempre fui meio rebelde e tive todos os meus artigos publicados no meu site na internet. Até como uma forma alternativa de acesso. E partindo da premissa que se o editor pedisse eu tirava.

A publicação de artigos científicos em páginas pessoais é uma estratégia que a princípio foi pensada pelo AA para dar acesso imediato aos estudos aceitos. Contudo, é um modelo que limita a questão da preservação e interoperabilidade, que no caso dos repositórios são garantidos.

Ainda assim, mesmo no caso dos repositórios digitais com o apoio do OAI nada impede a comunidade científica de fazer outros usos dos recursos tecnológicos disponíveis.

Por mais que seja reforçado o depósito de artigos revisados em repositórios no país, inclusive na política para RI que foi colocada como exemplo pelo IBICT, Chan; *et al.* (2005, p. 4) e Ferreira (2007, p. 85) descrevem que há outros tipos de

arquivos que podem ser depositados em repositórios.

Além disso, concordando com a visão destes autores, acreditamos que as tecnologias disponíveis podem ser apropriadas para depósito de outras coleções. Isso abre um caminho interessante para que a divulgação científica seja concretizada por meio de coleções nas quais a sociedade como um todo poderia participar, inclusive de modo a construí-las.

Essa construção mútua de coleções, negociada entre cientistas e sociedade certamente abre novas possibilidades de interação para que a ciência seja efetivamente “social”.

No entanto, temos ciência de que o AA ainda tem limitações que precisam ser trabalhadas antes mesmo que estes horizontes comecem a surgir no decorrer da utilização dessas tecnologias. Sem dúvidas, a questão de direitos autorais também precisa ser entendida pelos/as envolvidos/as na comunicação científica para que seja possível o acesso à leitura à sociedade como um todo.

Essa é uma questão, como identificado nos dados coletados, ainda pouco conhecida, mesmo na comunicação tradicional da ciência. Mesmo assim, durante as entrevistas, identificamos uma minoria de pesquisadores/as que conhecem a respeito da transferência total dos direitos autorais, como aponta a entrevista 8:

veja o autor perde o direito sobre a produção, pois ele cedeu os direitos, mas ele tem direito moral que está escrito na lei. Conforme o fim que ela for utilizada eu tenho todo o direito de questionar, pois isso aí é intransferível e isso também está escrito na lei. Por exemplo, se ele usar a minha obra para um contexto racista, sexual, deturpando a minha palavra eu posso processar. Porque tenho o direito moral.

Em relação às demais visões que encontramos sobre direitos autorais, esta nos parece madura, pois o entrevistado declara a diferença entre o direito moral e patrimonial, que, embora complexa, é uma noção básica que os/as pesquisadores/as precisam ter sobre a lei de direitos autorais para negociarem os seus direitos na submissão de uma publicação.

Na sequência, investigamos de que maneira o plágio pode interferir na ideia de divulgação científica dos/as docentes, pois, como revela o/a entrevistado/a 12: “o plágio acho que é o grande câncer da academia nos dias de hoje”. Entre os/as entrevistados/as 29% já teve problemas com plágio, quatro deles/as com publicações em periódicos, um com a cópia de trabalho feito por aluno e outra na sua tese. Para os/as docentes, o plágio provoca situações complexas e

desagradáveis, conforme afirma o depoimento feito na entrevista 11:

no ano passado tivemos um caso de em um concurso de poesias o aluno plagiar Guilherme de Almeida. Imagine que era um belíssimo trabalho e foi premiado. Também era Guilherme de Almeida. E depois a gente acabou descobrindo que era plágio. E carimbamos em cima do livro, plágio. Claro que ficou feio para ele e também para nós que deixamos escapar o plágio.

Também destacamos o depoimento da entrevistada 15, que teve sérios problemas quanto ao plágio:

por uma questão ética eu não posso citar nomes, mas eu tive problemas com a minha qualificação de doutorado na USP que deixei com os membros e como a orientadora fazia parte do CNPQ acabou me alertando que entraram com um projeto a partir do meu material de qualificação.

Os/as outros/as 71% entrevistados/as relataram não ter tido problemas com a cópia sem a devida citação de seus estudos. No entanto, 59% entre estes/estas comentam que já ouviram casos sobre plágios e pensam que devem ocorrer com frequência, como revela a entrevista 3:

não, comigo não. Mas eu já ouvi falar de casos que efetivamente ocorreram. E até da revista que eu sou editor já ocorreu de sermos acionados pela revista que eu sou editor e nos contataram para falar que publicamos um artigo que já tinha sido publicado por eles.

Outro caso, citado pelo entrevistado 2, indica o seu posicionamento quanto à consideração do plágio como um impeditivo para a divulgação de seus artigos:

sei um caso da UFPR, que um professor plagiou o trabalho inteiro de outro professor. Só trocou o português de Portugal para o nosso e publicou em dois volumes de uma revista, e tem muita gente safada por aí que tem que tomar cuidado. Eu acho interessante disponibilizar os artigos em uma instituição. Mas em relação ao conhecimento técnico científico não deveria ser exposto. Não é porque eu não queira favorecer o conhecimento para quem tem baixa renda e não está na universidade. Mas abre para caminhos bem perigosos.

Já a opinião do entrevistado 13 é contrária àquela apresentada pelo entrevistado 2, e mais próxima da nossa visão, reforçando que independente do plágio a divulgação do trabalho precisa existir. Segundo este entrevistado:

por mais que exista mesmo o plágio, este é um direito da comunidade científica. Você tem um trabalho e tem que divulgar correndo o risco ou não. São os mecanismos de orientação de trabalho que tem que se precaver quanto a isto, orientadores, a defesa e qualificação é que protege muito isso, para ver se já tem plágio. E é a banca que tem que fazer isso. Mas deixar de divulgar o trabalho por causa do plágio, eu não concordo.

O posicionamento do corpo docente da UTFPR quanto ao plágio é criticado na entrevista 9:

neste sentido estamos um pouco desenvolvidos. Eu estudei em uma universidade de fora do país por um semestre, e a primeira informação que agente recebia era que o plágio era inconcebível e extremamente proibido na universidade. E era explicado o que era plágio, por exemplo, copiar o trabalho de um amigo sem citar. E neste sentido acredito que somos muito relaxados.

Após conversamos com eles/as sobre as questões de direitos autorais e plágio, verificamos que não são estimulados pelo sistema atual de publicações a aprimorar seus conhecimentos sobre este assunto. Isso prejudica principalmente a via verde na Instituição, pois geralmente o direito autoral deve ser definido pelo/a autor/a, que dá ao leitor/a/usuário/a a concessão permanente da sua obra, implicando na obtenção de um tipo de licença que permita depositar seu *postprint* em um repositório de Acesso Aberto (CANESSA; ZENNARO, 2008, p. 170; CLARKE, 2005).

O entrevistado 8 cita um exemplo de como uma das universidades dos EUA resolve essa questão do licenciamento feito pelo/a autor/a:

a lei diz que tudo é do autor. Então tudo é liberado pelo autor, se ele diz que sim ok. Se você vai em Harvard por exemplo com o *Creative Commons* há toda uma filosofia para que o autor quando faz a publicação já libera dentro do contexto o que ele quer. Se no começo a Instituição não deixar bem claro os termos disso, vai a naufrágio.

Na declaração de Bethesda⁴⁸ é citado que o direito autoral deve ser definido pelo/a autor/a. Do mesmo modo, a *Creative Commons* oferece licenças que podem contornar a questão do direito autoral, que é um ponto onde surgem muitas dúvidas para docentes em modelos de AA. Entretanto, definir a licença para o seu trabalho não é simples, pois é preciso que os docentes conheçam quais são as implicações da sua escolha. O arquivamento em repositórios necessita deste tipo de licenciamento, sendo importante que a Instituição ao assumir o AA pense nas questões de direito de acesso e de licenciamento.

4.2.1.3 Dimensões da circulação e acesso a publicações na UTFPR

⁴⁸ Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>

Este eixo temático foi estabelecido com o objetivo de identificar as possíveis implicações que a proposta de uma política de depósito em repositório institucional de acesso aberto teria no cotidiano de pesquisa dos/as entrevistados, e qual é o posicionamento deles/as quanto a esta política e seus desdobramentos.

Identificamos a princípio como eram armazenadas as cópias dos artigos já submetidos, para entender se eles/as viam necessidade de arquivar uma cópia local e de que maneira estavam acostumados a organizá-las.

Nas entrevistas analisadas os/as docentes em geral têm uma organização bem similar e sistemática de toda a sua produção: na maioria das vezes, organizam-na de modo que tenham acesso fácil aos dados para listar em relatórios de avaliação. O entrevistado 3 descreve esse processo:

eu particularmente tenho isso. Não um histórico completo mas dos anos recentes com certeza. Tá? Tenho isso, eu salvo uma cópia de cada um deles e mantenho o *backup* deles. Porque o caso daqui é que você sempre tem que ficar apresentando o papel, para ascensão, concurso e todos pedem isso. Então eu tenho mantido cópia de tudo isso.

18% dos/as entrevistados/as ressaltam que a cópia local é uma ideia que poderia ajudá-los no seu cotidiano de pesquisa, como mostra a entrevista 4:

mas eu sou a favor e já comentei isso em várias reuniões, é que nós tivéssemos uma cópia aqui e a biblioteca gerenciasse e fosse administradora e parecesse semelhante ao livro na nossa biblioteca cadastrada a produção docente. Mas acho que ainda não foi possível ser implementado.

Entre os/as docentes, 29% deles/as acreditam que não haveria nenhum problema em disponibilizar a cópia local, e inclusive na entrevista 13 é ressaltado que essa cópia local vai ajudar os estudos da UTFPR a terem mais visibilidade. Além disso, são favoráveis também à divulgação da sua publicação pela cópia local deixada na Instituição 41%, totalizando 88% dos/as entrevistados/as. O entrevistado 17 reforça esta visão ao dizer que:

eu acho que isso teria uma grande visibilidade para a produção científica da instituição. Muitas Instituições já fazem isso. Como MIT⁴⁹ que deixa para o resto do mundo no DSPACE⁵⁰ toda sua produção, inclusive slides de aula e notas. Então eu acredito que dentro do país isso dê uma certa visibilidade. Então quem sabe agente pudesse fazer aqui o que o MIT faz em nível mundial

⁴⁹ *Massachusetts Institute of Technology*

⁵⁰ Software que possibilita o desenvolvimento de repositórios digitais. Para saber mais acesse: <<http://dspace.ibict.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

Os/as bolsistas produtividade enfatizam que podem ter problemas legais entre as editoras e o depósito local na Instituição, e 12% se opõem a deixar a cópia local. Para elucidar este posicionamento são explicados, na entrevista 5, os motivos pessoais para oposição à cópia local:

olha eu prefiro publicar em periódicos internacionais e assinando os *copyright*. Eu não gostaria por obrigação da universidade publicar aqui um artigo com *copyright* assinado. Prefiro do que ter que publicar em qualquer periódico e deixar aqui na Universidade Tecnológica do Paraná {risos} que ninguém irá acessar.

Na Figura 7, estão resumidas as porcentagens referentes ao posicionamento dos/as entrevistadas referente à cópia local:

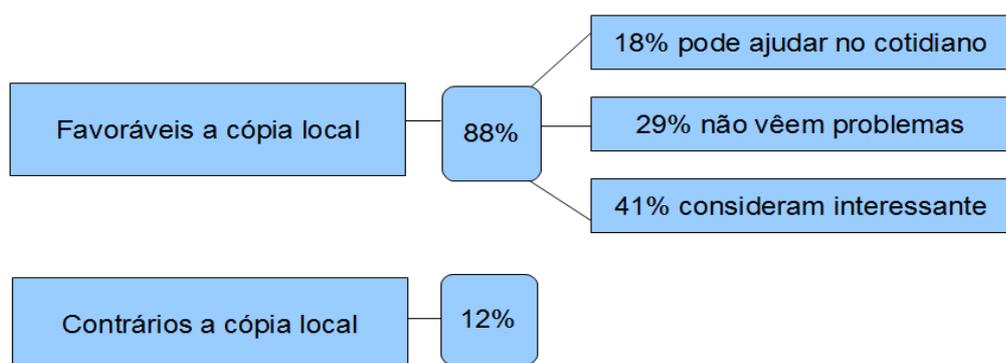


Figura 7: Opiniões sobre a cópia local.
Fonte: dados compilados pelos/a autores/a.

Quanto aos aspectos positivos e negativos sobre uma política para um repositório institucional que favorecesse a cópia local, as visões dos/as entrevistados/as são distintas. Em três entrevistas não é visto nem aspectos positivos, nem negativos, como se nota na entrevista 9, em que o docente afirma que:

eu realmente não sei. Eu acho importante disponibilizar o acesso de toda a produção sim. Mas sinceramente o que me preocupa mais hoje é eu não ter acesso a publicações. Por exemplo, quando eu quero ler um artigo e não posso, isso me atrapalha enquanto pesquisador. Agora se a Universidade disponibilizar a minha publicação, eu não vejo nenhum problema nisto.

Em seis entrevistas são citados somente aspectos positivos, como dito pelo entrevistado 16:

toda a forma de conhecimento livre é válida. E quando as pessoas passam a ter mais acesso a informação mais cultas elas se tornam.

Teoricamente a educação delas é maior. E o bem-estar também é maior. Então toda a informação que seja confiável é válido. E na área ambiental ela é para fortalecer até a educação na área ambiental, e para fortalecer o conhecimento em geral neste sentido.

Nas outras oito entrevistas são ressaltadas preocupações com direitos autorais, a qualidade do trabalho que estará divulgado e com a questão de plágio. E ainda é levantada a questão cultural da Instituição na entrevista 3:

a publicação não faz parte da cultura da Instituição. Em primeiro lugar a Instituição deveria se preocupar em fazer com que os seus professores publiquem seriamente e não é publicar em qualquer periódico. E sim em um periódico, que é publicado em indexador externo e assim por diante. Tá? Então eu não vejo que isso vai mudar algo na cultura da instituição nesse momento.

Além disso, há outra implicação levantada na entrevista 15, na qual é enfatizada que não há o porquê de existir mais um “papel” se a política for só um discurso e não existir uma equipe remunerada com infra-estrutura na Instituição que trabalhe com isso.

Winner (1996) defende que para adoção de um sistema técnico é necessário existirem condições sociais para seu funcionamento. O Acesso Aberto é um possível caminho de transformação da comunicação científica, pois provoca mudanças mediante a superação de barreiras de acesso ao conhecimento. É necessário ainda que a Instituição dê segurança para os/as docentes quanto as suas decisões políticas. Do mesmo modo, a circulação do conhecimento precisa ser parte fundamental da missão, ações e cultura de uma Instituição (WILLINSKY, s/d, p. 1 e p. 5).

As possíveis dimensões políticas para a cópia local em repositório na Instituição, segundo a opinião dos/as entrevistados/as, surgem em cinco entrevistas como podendo fortalecer o nome da Instituição para a comunidade de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo podem mudar estratégias e relações humanas na UTFPR. Em 18% das entrevistas é mencionada a avaliação da produtividade docente como o principal objetivo da política e do repositório.

Na entrevista 16 é dito que o AA na Instituição pode não ter dimensões políticas a princípio, mas fora dela certamente a filosofia do acesso aberto traria essas dimensões em comunidades de pesquisas. Ainda sobre esta política na entrevista 5 é mencionado que:

acredito que irá favorecer as ações da Instituição enquanto

universidade. E na verdade que está aprendendo a ser universidade. Então a partir deste momento que você consegue consolidar a pesquisa junto com a extensão e ensino.

A visão do entrevistado 5 pode ser uma das dimensões que a política pode assumir na UTFPR ao beneficiar as ações da Instituição. Supomos que a avaliação docente possa também ser um dos objetivos políticos oriundos da institucionalização do AA na Instituição.

Frente às posturas assumidas e indicadas pelos/as entrevistados/as, acreditamos que é importante a UTFPR estudar ações compatíveis com a sua cultura de publicações, que apoie de maneira crítica seus/suas pesquisadores/as.

Pensamos também que o planejamento destas ações precisam partir das sugestões da comunidade envolvida no atual sistema de publicações, Eles/as precisam ser ouvidos/as já que a política afetará diretamente o seu fazer científico.

Todavia, sabemos que não adianta somente mudar a estrutura da UTFPR, se todo o sistema reforça que a produção científica deva ser quantitativamente relevante. Da mesma maneira, acreditamos que o AA na UTFPR pode trazer mudanças significativas na comunicação científica local significativas, até mesmo ao adaptar modelos de publicação em AA que reforcem a divulgação científica para a sociedade.

As políticas Institucionais de Informação, conforme Pappalardo *et al.* (2008, p. 40) surgem ao redor do mundo para institucionalizar as normas necessárias para publicação. Contudo, de nada adiantam estas normas se a comunidade científica não estiver envolvida nas ações a favor do AA. Mudar o posicionamento da comunidade científica a respeito é um desafio muito maior do que desenvolver estas normas para a política de AA local.

4.2.1.4 Possíveis mecanismos para favorecer uma política de AA na UTFPR

Em continuidade à análise, neste eixo temático exploramos se os/as docentes e gestores tinham sugestões de mecanismos necessários para facilitar a sua adaptação a política de AA. Dentre os mecanismos levantados por eles/as verificamos se eram pró-ativos/as para participar no desenvolvimento de algumas dessas ações propostas por eles/as para a UTFPR.

Entre as sugestões para adaptações a política, na entrevista 4 é ressaltada a

pertinência de um comitê jurídico:

em um outro roteiro é basicamente quando tem a transferência de tecnologia envolvida né? Que daí há apoio para registro de patente mesmo com o depósito inicial. Mas para nosso comitê só o depósito já vale alguns pontos. E a Instituição ter um comitê jurídico para apoiar na área de transferência de tecnologia isso seria legal.

Na entrevista 5 é destacado que é importante conter na política “o que é o papel do professor e como ele deve divulgar”. O entrevistado 8 ressalta, neste aspecto, que “primeiro que o foco da Instituição precisaria ser diferente. Porque você faz concurso para dar aula. E em tese seria uma disfunção para o que fui contratado”.

Para os gestores, as adaptações desta política precisam ser fomentadas pelas onze bibliotecas dos campi, por meio de treinamentos e outras ações para que esta seja efetiva.

Neste sentido, 24% dos/as entrevistados/as já conhecem modelos nacionais e internacionais de publicação, que garantem o acesso aberto às publicações de periódicos para os/as leitores/as. Um modelo citado na entrevista 2 é o que o/a autor/a paga pela publicação para que o/a leitor/a tenha o acesso sem custo final. O entrevistado 4 menciona que o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) de São Paulo disponibiliza artigos específicos da área.

Outra sugestão para um novo modelo de publicação em AA está na entrevista 2, em que é dito que a negociação pode ser feita pela Instituição:

eu acho que a Instituição deveria entrar em contato com as editoras e ver até que ponto eles podem fazer isso. É uma Instituição pública que não tem o interesse de ganhar dinheiro com isso, e se houvesse esse contato e eu soubesse que é legalmente não tem problema.

Nas entrevistas 2 e 16 os docentes sugerem que a Instituição tenha suporte a páginas pessoais na internet para que possam disponibilizar as cópias de seus artigos. Na entrevista 4 é sugerido que, depois que os/as docentes aderirem à ideia da cópia local, a Instituição pode divulgar todas elas em um catálogo de produção docente com uma periodicidade pré-estabelecida, para que grupos de pesquisas da instituição comecem a conhecer as pesquisas internas, e ainda desenvolver trabalhos em conjunto.

É interessante destacar que na entrevista 7 é sugerido um lugar similar ao repositório local como uma alternativa para sustentar esta política da UTFPR: “eu acho que sim acho que poderia ter um banco central e integrado com a publicação

dos professores em .pdf.”.

Na opinião dos/as entrevistados/as, com o apoio para a implantação de uma política ligada ao RI local é preciso existir também incentivos aos/as docentes, como: aulas concentradas, para o/a docente trabalhar alguns dias da semana somente com publicações; centralizar as publicações na biblioteca, para não ter nenhum problema; fazer palestras rápidas e mais frequentes, trazendo palestrantes de fora da UTFPR para falar sobre direitos autorais; difusão de dicas por e-mail, com uma boa diagramação que desperte o interesse do/a leitor/a; FAQ⁵¹; ter algum/a servidor/a ou departamento especializado em direitos autorais, disponível para tirar dúvidas quando necessário; respaldo institucional jurídico; a UTFPR explicitar os/as docentes os benefícios de uma publicação em AA. As ações propostas por eles/as convergiram com as duas ações indicadas na literatura por Kuchma (2008, p. 19) sobre a divulgação em sites e eventos. Estas ações também que são exploradas por Johnson (2008, p. 120), Crow; Goldstein (2003, p. 31 e 32), Souto (2007, p. 160), Prosser (2007, p. 16)⁵².

Na entrevista 13 é feita a sugestão de que não se deixe esta política somente no meio do corpo docente:

veja nós professores temos a grande vantagem de falar a um grupo de jovens e eu acredito que seria um bom caminho eu disseminar este repositório para os meus alunos. Mas dependendo do tema acho que pode se citar como iniciativa interessante e válida. Já acho bacana a diretiva para divulgar as dissertações na internet. O que eu puder farei, com o maior prazer.

Além deste docente, 35% dos/as entrevistados/as participariam ativamente do que foi solicitado ou necessário para divulgar o repositório institucional. 41% dos/as entrevista/os são favoráveis à filosofia do acesso aberto e cooperariam se necessário; 24% dos/as docentes não fomentariam nenhuma ação, 12% porque não acredita na filosofia do AA, e os/as outros 12% não participariam por falta de tempo.

Quando a UTFPR foi contemplada com o Edital da FUNCATE, que exigia a implantação de um repositório local de acesso aberto e a aprovação de uma política institucional de informação, consideramos pertinente verificar também os meios de comunicação internos que serviriam como estratégias para melhor aceitação da política, que está pronta e em breve será divulgada.

Dentre as sugestões para que as estratégias de divulgação da política fossem

⁵¹ *Frequently Asked Questions* – Perguntas frequentes.

⁵² As sugestões destes/as autores/as estão descritas na seção 3.2.2 desta dissertação.

efetivas, além da normativa convencional explícita em documento padrão de políticas institucionais, foi exposto em quatro entrevistas que seria interessante os/as docentes receberem o comunicado por e-mail institucional e circular interna. Outra sugestão apresentada foi: um fórum para discussão de práticas que possam fortalecer a concretização da política.

Nas entrevistas 5 e 13 foi citado que o comunicado pode ser feito via palestras e *broadcasting*. E ainda, na entrevista 5 é enfatizado que: “a universidade tem um sério problema de comunicação. Antes de pensar em uma política deste jeito teria que melhorar os meios de comunicação”.

No entanto, como citado em 18% das entrevistas, a comunicação não é a única mudança que irá ocorrer com o AA na UTFPR. Pelo fato de a universidade ter histórico recente com a pesquisa, os/as docentes passaram e ainda vão ter que se adequar a mudanças institucionais que irão interferir diretamente em suas práticas sociais quanto à comunicação científica. Segundo a literatura, a participação e a conscientização do/da docente é fundamental para a Institucionalização do Acesso Aberto.

Como verificamos na literatura segundo Costa (2006, p. 42) e Targino (2007, p. 100) todos os sujeitos (segmentos) envolvidos na estrutura da comunicação científica tradicional podem contribuir para a construção do AA, com ações que, se mobilizadas em conjunto, transcendem a esfera institucional de pesquisa, principalmente ao ampliarem os princípios do acesso para a sociedade e algumas de suas instituições.

Mas como estimular os/as docentes e demais segmentos a participar das mudanças profundas que a filosofia do AA propõe no sistema de comunicação científica? Quais são os motivos que levam estes/as pesquisadores/as a aceitar a estrutura hierárquica que *stakeholders* estipulam? Será que os benefícios apresentados pelos autores/as (BRODY; HARNAD, 2003; HARNAD; CARR; GINGRAS, 2008, p. 269; MORENO; LEITE; ARELLANO, 2006, p. 85; REENEN, 2006, p. 18; PROSSER, 2005, p. 9), como a existência de arquivo central com os seus trabalhos, aumento da disseminação, impacto e avaliação da pesquisa individual, entre outras, são suficientes para desenvolver a motivação necessária para aderirem às práticas de AA nos sujeitos da UTFPR que resistirem a essa política?

Com base nestas indagações finalizamos a análise dos dados deixando as

reflexões do entrevistado 11:

eu diria que se fosse em um sistema socialista todos deveriam ter acesso. Seria utópico! Porque vivemos infelizmente em um sistema capitalista. Seria melhor. Mas como valorizar e incentivar o pesquisador que não tem benefício para isso? Têm outros benefícios importantes. Como reconhecimento entre outros. E isso me lembra uma ficção que eu gostava de ver na televisão, jornada nas estrelas, conhece? Eu gostava de ver exatamente porque o motivo que levava as pessoas a fazerem as coisas não era por dinheiro e sim satisfação pessoal e como as pessoas reagiam a partir disto. Esse é o mundo do futuro, que talvez nunca aconteça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta todo o referencial teórico que consideramos pertinente explorar, levantamos nas entrevistas implicações e desdobramentos oriundos da institucionalização do Acesso Aberto a publicações científicas, segundo a visão dos/das docentes do campus Curitiba da UTFPR. Para chegarmos às nossas considerações finais, identificamos algumas particularidades destes docentes envolvidos na produção, acesso, e circulação do conhecimento desenvolvido.

Verificamos na análise dos resultados que a comunidade acadêmica da UTFPR segundo amostra entrevistada, por ter experiência recente com publicações, com exceção de alguns/mas pesquisadores/as, tem abertura para implantação de uma política que favoreça as publicações em AA. Isso, principalmente devido aos/às docentes apresentarem preocupação com o armazenamento e gerenciamento de cópia local das suas publicações.

Entendemos que o gerenciamento proposto é diferente da proposta da cópia local em repositório pois, a princípio, eles a fazem como cópia pessoal, e não para divulgar para a comunidade. Esse gerenciamento geraria outras implicações, como preocupação com direitos autorais.

No entanto, os dados mostram que os/as docentes entrevistados/as são favoráveis à cópia local e embora ressaltem preocupações referentes aos direitos autorais, à qualidade do trabalho que será divulgado e principalmente à questão de plágio, acreditam que ela irá favorecer a divulgação do nome e trabalhos da instituição.

Os/As docentes que têm conhecimento sobre direitos autorais e publicam há mais tempo apresentam resistências às mudanças que o AA pode trazer para a comunicação científica tradicional a que estão acostumados a lidar. E, devido às normas de produtividade científica, eles/as estão muito mais focados no sistema de avaliação quantitativo do que com a preocupação em divulgar os resultados de suas pesquisas com benefícios sociais, que consideramos como uma mudança emergente nesta visão.

Por outro lado, há docentes que têm um posicionamento crítico quanto às exigências das transferências de todos os seus direitos, pois querem divulgar seus estudos para a sociedade como um todo, assumindo riscos com alternativas como divulgar em páginas pessoais na internet, até serem notificados.

Por meio dos dados verificamos que sem suporte técnico e institucional a estratégia da via dourada não conseguirá atingir o público de editores/as de revistas da UTFPR. Além do mais, em relação à via verde, o auto arquivamento a curto prazo não é interessante para modelos de AA nesta Instituição, pois os/as autores/as incentivados pelas estruturas dos canais formais da comunicação científica não buscam conhecimentos sobre seus direitos autorais.

Nem todos/as os/as docentes estão condicionados/as à estrutura tradicional de comunicação científica. Eles/as em geral levantam sugestões interessantes para adequação do AA na cultura de publicação local, e ainda se demonstram pró-ativos a alavancarem ações em favor do AA se necessário.

Embora o interesse em desenvolver publicações seja distinto para cada docente, eles nos surpreendem com grande diversidade de sugestões a favor de nosso objeto de pesquisa, o AA.

Além das sugestões levantadas na literatura e das feitas pelos/as docentes nas entrevistas, a pesquisadora indica por observação não protocolada que embora elas sejam ricas ainda é necessário, ao aplicar estas estratégias de divulgação do repositório local, monitorar as expectativas e necessidades dos/as demais docentes da Instituição. É preciso principalmente verificar as diferenças entre as áreas do conhecimento que a Instituição possui, pois cada uma tem suas particularidades quanto a direitos autorais e canais de divulgação da sua produção científica.

A princípio os/as responsáveis por desenvolver a política de AA na Instituição teriam que desenvolver estratégias de divulgação do Repositório Institucional para que aos poucos os/as autores/as assumam sua posição na estrutura de comunicação de AA.

Como pressupomos que a ciência está distante da sociedade, entendemos que o AA é uma tecnologia que pode fazer esta aproximação. Buscar o acesso aberto à informação para a população pode contribuir para desmistificar “as verdades científicas”, pois ainda existe o determinismo na visão da ciência, esta supostamente considerada acriticamente e universalmente como progresso. Progresso este que é detido em domínio exclusivo das comunidades científicas e seus interesses. Ao se abrir a caixa-preta da ciência ao conhecimento público é que possivelmente se fará com que esta realidade mude.

Pode-se entender também que o/a cientista ainda mantém o conhecimento dentro dos muros da academia, pois, a sociedade é predominantemente passiva

quanto à aprendizagem individual. Além disso, vemos a publicação em acesso aberto passível de apropriação para qualquer pessoa que tenha interesse em acessá-las.

Sabemos que uma corrente de pensamento sobre o Acesso Aberto o considera uma filosofia que altera a cultura da comunicação científica e não prevê reflexões quanto à divulgação científica ou aproximação da sociedade. Mas, como buscamos durante nosso estudo a aproximação da sociedade na academia, e por ser um foco do nosso Programa de Pesquisa, criticamos o posicionamento atual do movimento, pois este concorda com os padrões de confiabilidade da ciência, incentivando a revisão por pares e processo de editoração.

Embora distinto do pensamento dos teóricos do AA, reforçamos a sua aproximação da divulgação científica, pois como a organização da comunicação científica está sendo repensada, o AA mostra um horizonte diferente para esta organização tradicional. A maneira pela qual se transformam as relações sociais entre os/as membros da comunidade científica pode chegar a alterar a comunicação científica tradicional, aproximando seus resultados da sociedade.

Assim como o acesso aberto pode servir como uma tecnologia inovadora para o método tradicional de fazer ciência, ele também possui princípios da filosofia aberta que podem em especial contribuir para que os/as pesquisadores/as tenham maior visibilidade e acessibilidade nos resultados de suas pesquisas. Do mesmo modo, o AA desperta no/na pesquisador/a a iniciativa de entender seus direitos e as maneiras pelas quais podem licenciar e divulgar as suas publicações em benefício do seu campo de pesquisa, podendo estendê-las também à sociedade.

É importante entender que o movimento do Acesso Aberto e a UTFPR, ao disponibilizar ferramentas técnicas na estrutura de comunicação da ciência para a sua comunidade, repassam ideologias com novas formas para manipular a integração social com a academia, e indicam usos repletos de valores envoltos em interesses políticos.

Entendemos que uma política precisa ser efetivada na prática social e temos consciência de que o Acesso Aberto, sendo relativamente recente, passa por um momento de efervescência acadêmica, não sendo simples sua implantação, já envolve a transformação de uma cultura institucional.

Neste sentido, é importante citarmos que as ações institucionais de que participamos favoreceram a escrita da política institucional de informação, e tiveram

como propósito favorecer ou garantir o acesso ao conhecimento científico pela sociedade. Reiteramos por meio deste conjunto de ações o direito de acesso à informação científica, e o compromisso social que isto representa frente às atuais barreiras encontradas.

Tivemos como limitações desse estudo o método escolhido para seleção das amostras que se concentrou mais da metade em bolsistas produtividade, e principalmente pelo fato dos/a pesquisadores/a não terem conhecimento anterior a respeito da filosofia do Acesso Aberto antes da realização desta pesquisa. Isto nos levou a ter dificuldades conceituais, inclusive na realização das entrevistas, pois o campo é novo, extremamente complexo e ainda está em desenvolvimento.

Consideramos que apresentar a visão dos/as entrevistados/as após a definição da política pode ser outra limitação do estudo. Mas, sem dúvidas esta pesquisa teve influência na definição da atual política de AA da UTFPR, e seus resultados ainda podem trazer contribuições relevantes quanto às estratégias de divulgação, para que seja efetiva, e quanto às práticas de AA.

Outras dificuldades que tivemos foram: o desenvolvimento do termo de consentimento para a autorização da gravação das entrevistas, devido ao fato de a Instituição não ter um comitê de ética de pesquisa estabelecido; tempo de pesquisa; acesso à amostra indicada, pois os/as docentes praticamente não têm ou não disponibilizam tempo para serem entrevistados/as; identificação na revisão de literatura da diferença, em muitos momentos tênue, entre o que os/as autores/as propõem como modelo de AA e o que efetivamente está acontecendo na prática.

Como experiência pessoal da pesquisadora deste estudo, o método qualitativo na execução das entrevistas trouxe muitas surpresas. Embora a pesquisadora já tivesse trabalhado em outros momentos com este tipo de pesquisa, foi um desafio conhecer a opinião de cada entrevistado/a por meio de protocolo de entrevistas semi-estruturadas que exigiu flexibilidade e análise simultânea dos dados por parte da pesquisadora.

Como sugestão para trabalhos futuros a partir do nosso estudo, propomos que sejam verificados nesta Instituição os desdobramentos efetivos da implantação do AA e estratégias que podem contribuir para que outras Instituições adotem uma política a favor do movimento. Pode-se também desenvolver manual técnico com as ações adotadas na Instituição para distribuir para a comunidade de pesquisa de AA.

Indicamos ainda como pertinente para estudos futuros verificar as

contradições presentes na política de AA da instituição e refletir sobre como as opiniões e anseios da comunidade acadêmica foram atendidas e analisar os diferentes níveis em que este documento reflete e/ou refuta as práticas consolidadas da comunidade acadêmica da UTFPR.

Finalmente, poderiam servir como objeto de pesquisas futuras os vários problemas relacionados à comunicação interna na Instituição que foram relatados pelos/as docentes durante as entrevistas. Os problemas citados foram: a comunicação interna entre docentes e gestores, o acesso, inclusive físico, aos departamentos, o pouco gerenciamento do trabalho docente e também desvios das funções para que foram contratados.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996 . Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/465/424>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

ALPERIAN, Juan P.; FISCHMAN, Gustavo E.; WILLINSKY, John. **Open Access and Scholarly Publishing in Latin America: Ten flavours and a few reflections**. Liinc em Revista, v. 4, n. 2, setembro 2008, p. 172-185. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ALVES, Virginia B. A. Open archives: via verde ou via dourada? **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 127-137, ago. /set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

ANDERSON, Rick. Open access in the real world: Confronting economic and legal reality. **C&RL News**, Vol. 65, No. 4, April 2004. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/351/>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

BAZZO, Walter; LINSINGEN, Irlan Von; TEIXEIRA, Luiz T. V.. Os estudos CTS. In: **Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Espanha: OEI, 2003.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e historia da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**: escritos escolhidos. São Paulo: Cultrix, 1986.

BERTIN, Patricia. A three-phase model proposal for the evolution of scientific communication: from first print periodicals to current electronic communication system. **TransInformação**, Campinas, 20(1): 17-28, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=209>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

BJORK, B-C. Open access to scientific publications: an analysis of the barriers to change? **Information Research**, 9(2), 2004, paper 170. Disponível em: <<http://InformationR.net/ir/9-2/paper170.html>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

BLATTMANN, Ursula. Disseminação da ciência via Acesso Aberto. Resenha do livro: CANESSA, Enrique; ZENNARO, Marco. *Science Dissemination using Open Access: A compendium of selected literature on Open Access*, 2008. 207p. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.14, n.1, p.351-352, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://sdu.ictp.it/openaccess/SciDissOpenAccess.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

BRASIL. **Lei 9.610** de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9610.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

BRITEES, Juçara G.; PEREIRA, Joanicy. Tecnologias da informação e da comunicação e a polêmica sobre direito autoral: o caso Google Book Search. **Ci. Inf., Brasília**, v. 36, n. 1, p. 167-174, jan./abr. 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a13v36n1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BRODY, Tim; HARNAD, Stevan. The research impact cycle. 2003. Disponível em: <<http://opcit.eprints.org/feb19oa/harnad-cycle.ppt>>. Acesso em: 17 set. 2008.

BRODY, T., HARNAD, S.; CARR, L. Earlier Web Usage Statistics as Predictors of Later Citation Impact. **Journal of the American Association for Information Science and Technology (JASIST)**, 57 (8). pp. 1060-1072, 2006. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10713/1/timcorr.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2009.

CAFÉ, Ligia M. A.; KURAMOTO, Hélio. Entrevista com obtida pelos organizadores desta edição com Steve Harnad. **Enc. Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. Esp., 1o sem. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/647/519>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

CANESSA, Enrique; ZENNARO, Marco (eds). **Science Dissemination using Open Access: A compendium of selected literature on Open Access**. The Abdus Salam International Centre for Theoretical Physics, 2008. Disponível em: <<http://sdu.ictp.it/openaccess/book.html>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. LISBOA: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTRO, Regina C Figueiredo. Impacto da Internet no fluxo da comunicação científica em saúde. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2006, vol.40, n.espe, p. 57-63. ISSN 0034-8910. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2009.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHAN, Leslie; *et al.* Improving access to research literature in developing countries: challenges and opportunities provided by Open Access. In: **World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council "Libraries - A voyage of discovery"**, August 14th - 18th 2005, Oslo, Norway. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/1009>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

CHANIER, Thierry. commentary: open access to research and the individual responsibility of researchers. **Language Learning & Technology**, June 2007, V. 11, N. 2, p. 142-148. Disponível em: <<http://lt.msu.edu/vol11num2/chanier>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

CLARKE, Roger. A proposal for an open content licence for research paper (Pr)Eprints. **First Monday**, Volume 10, Number 8 - 1 August 2005. Disponível em: <<http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1262/1182>>. Acesso em: 23 maio 2009.

COLE, Stephen. **Making Science: between nature and society**. London: Harvard University Press, 1992.

COLLINS, Jannette. The Future of Academic Publishing: What Is Open Access? **Journal of the American College of Radiology**. Vol. 2, No. 4, April 2005. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science_ob=ArticleURL&_udi=aa951a3aa08f60ad07a616d061824ab2>. Acesso em: 13 mar. 2009.

COLLINS, H. M. The TEA Set: tacit knowledge and scientific networks. In: BIAGOLINI, Mário (ed.). **The Science Studies reader**. New York: Routledge, 1999. Cap. 7. p. 95-109.

COREZO, José A L. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos estados unidos. In: **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da interação**. 2 ed. Londrina: IAPAR, 2004. p. 11-44.

COSTA, Sely. Abordagens, estratégias e ferramentas para o Acesso Aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, setembro 2008, p. 218 – 232. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 19 maio 2009.

_____. Acesso Aberto, ciência e sociedade: qual a abordagem apropriada ao Brasil? In: **II Conferência ibero-americana de publicações eletrônicas no contexto da comunicação**. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em: <<http://cipecc2008.ibict.br/index.php/CIPECC2008/cipecc2008/paper/view/19/39>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

_____. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o Acesso Aberto à informação científica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/634>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

_____; LEITE, Fernando, C. L. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: **1a Conferência Iberoamericana de publicações eletrônicas no contexto da comunicação científica**. Universidade de Brasília, 25 a 28 de abril de 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/1015>>. Acesso em: 11 maio 2009.

CRAIG, Lain D.; *et al.* Do open access articles have greater citation impact? A critical review of the literature. **Journal of Informetrics**, 1, 2007, p. 239–248. Disponível em: <[doi:10.1016/j.joi.2007.04.001](https://doi.org/10.1016/j.joi.2007.04.001)>. Acesso em: 19 mar. 2009.

CRANE, Diana. **Invisible colleges**: diffusion of knowledge in scientific communities. Chicago. IL: University of Chicago Press, 1972. 213 p. Disponível em: <<http://www.garfield.library.upenn.edu/classics1989/A1989AT41600001.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

CRAWFORD, Brian D. Open-access publishing: where is the value? **The Lancet**. Vol 362, November 8, 2003. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(03\)14749-6/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(03)14749-6/fulltext)>. Acesso em: 18 jul. 2009.

CROW, Raym; GOLDSTEIN, Howard. Guide to Business Planning for Launching a New Open Access Journal. **OSI guides to assist journal developers and publishers**. SPARC Consulting Group. 2 ed. New York: Open Society Institute, 2003. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/oajguides/index.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2009.

DAGNINO, Renato. **Ciência e Tecnologia no Brasil**: O processo decisório e a comunidade de pesquisa. São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas:

IG/Unicamp, 2009.

_____.; DAVIT, Amilcar; THOMAS, Hernán (1996). El Pensamiento em Ciencia, Tecnologia y Sociedad em Latinoamérica: uma interpretación política de su trayectoria. **Redes**, 7(6), 13-51.

DAVYT, Amilcar; VELHO, Lea (2000), “A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?”, **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, vol. VII (1), p. 93-116.

DOYLE, Helen; GASS, Andy; KENNISON, Rebecca. Who Pays for Open Access? **PLoS Biology Journal**, April 2004, Vol. 2, Issue 4, p. 0409 e 0410. Disponível em: < DOI: 10.1371/journal.pbio.0020105>. Acesso em: 28 jun. 2009.

EPRINTS. **Open Access Glossary**. Disponível em: <<http://www.eprints.org/glossary/>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Coleção Estudos Culturais, n. 8. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FEENBERG, Andrew. Technology and freedom. In: **Alternative Modernity**. The Technical Turn in Philosophy and Social Theory. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1995.

FERREIRA, Sueli M. S. P. Repositório institucional em comunicação: o projeto Reposcom implementado junto à Federação de Bibliotecas Digitais em Ciências da Comunicação. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon**. Ci. Inf., Florianópolis, n. esp., 1o sem. 2007. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/issue/view/142>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

FISHER, Donald. Boundary work and science: the relation between power and knowledge. In: COZZENS, Susan E.; GIERYN, Thomas F. **Theories of Science in Society**. Indiana University Press, 1990.

FONG , Bernadine C. Open for What? A Case Study of Institutional Leadership and Transformation . In: IIYOSHI, Toru; KUMAR , M. S. Vijay (eds.). **Opening Up Education** : The Collective Advancement of Education through Open Technology, Open Content, and Open Knowledge . London: The MIT Press , 2008. p. 401-415.

FREITAS, Maria H. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a06.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2009.

GARFIELD, E. The use of journal impact factors and citation analysis in the evaluation of science. Presented at the **41st. Annual Meeting of the Council of Biology Editors**, Salt Lake City, UT, May 4, 1998 - April 17, 1998 <http://www.garfield.library.upenn.edu/papers/eval_of_science_oslo.html>. Acesso em: 06 fev. 2010.

GASTON, F. Communication and the reward system of science: a study of a national "invisible college". In: HALMOS, Paul. **The Sociology of Science**. The Sociological Review monograph, n. 18. Keele: F. H. Brookes, set. 1972. p. 25-41.

GORZ, André. Sobre el carácter de clase de la ciencia y los científicos. In: ROSE, Hillary; ROSE, Steven (Eds) **Economia Política de La Ciência**. México: Nueva Imagen, 1979.

GOMES, Maria N. G.; MACHADO, Rejane. A ciência invisível: o papel dos relatórios e as questões de acesso à informação científica. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** – v.8, n.5, out/07,ARTIGO 05. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/jun09/F_I_aut.htm>. Acesso em: 12 jan. 2009.

GOODMAN, David. Open Access: What Comes Next. **Learned Publishing** 2005, p. 13-23. Disponível em: <<http://dlist.sir.arizona.edu/684/>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

HAMMES, Monica M.P. **The Open Access mandate: a key element of open scholarship**. 2009. (versão preprint). Disponível em: <http://www.ais.up.ac.za/digi/docs/hammes_paper.pdf>. Acesso em: 07 jul 2009.

HARNAD, Steven. Open Access to Peer-Reviewed Research through Author/Institution Self-Archiving: Maximizing Research Impact by Maximizing Online Access. **E medicine**, Volume : 49, Issue : 4, Page : 337-342, 2003. Disponível em: <<http://www.jpgmonline.com/text.asp?2003/49/4/337/4978>>. Acesso em: 8 jul. 2009.

_____. Maximizing Research Impact Through Institutional and National Open-Access Self-Archiving Mandates. In: **CRIS2006**. Current Research Information Systems: Open Access Institutional Repositories, 11-13, May 2006, Bergen, Norway. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/12093/>>. Acesso em: 12 jul 2009.

_____. **Maximizing university research impact through self-archiving**. s/d (sem

data). Disponível em: <<http://users.ecs.soton.ac.uk/harnad/Temp/che.htm>>. Acesso em 05 fev. 2010.

_____; *et al.* The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access: An Update. *Serials Review* 34, 2004, p. 36-40. Shorter version: The green and the gold roads to Open Access. **Nature Web Focus**. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/21.html>>. E versão completa em <http://globalhealth.duke.edu/calendar/2010/Jour_club_feb_2010_Harnad_Open_Access_Green_Gold.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2010.

_____. The Green Road to Open Access: A Leveraged Transition. In: *The Culture of Periodicals from the Perspective of the Electronic Age*, L'Harmattan, 2007, pp. 99-105. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/15753/>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

_____; BRODY, Tim. Comparing the Impact of Open Access (OA) vs. Non-OA Articles in the Same Journals. **D-Lib Magazine**, June 2004, Volume 10 Number 6. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/june04/harnad/06harnad.html>>. Acesso em: 03 fev. 2010.

_____; CARR, Les; GINGRAS, Yves. Maximizing research progress through Open Access mandates and metrics. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, setembro 2008, p. 269-273. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 19 maio 2009.

HENRY, Geneva. On-Line Publishing in the 21st Century: Challenges and Opportunities. **D-Lib Magazine**, 9, no. 10 (2003). Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/october03/henry/10henry.html>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

HUTER, Michael. Publishing Companies and Open Access: Myth, rhetoric, and reality. In: **International Conference Open Access to Digital Archives and the Open Knowledge Society**, Vienna, 21-22 October 2005. Disponível em: <www.demokratiezentrum.org/media/pdf/huter_open_access.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. 14 de Outubro: Dia Mundial do Acesso Livre ao Conhecimento Científico, Notícias, 2008. **IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=549>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Sai o resultado do Edital FINEP/PCAL/XBDB 002/2009. Notícias, 2009. **IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/noticia.php?id=643>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

JOHNSON, Richard K. Open Access: Unlocking the Value of Scientific Research. **Collection Management and Strategic Access to Digital Resources**, 2008, p. 107-124. Disponível em: <<http://www.haworthpress.com/web/JLA>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

KATZ, James. **Connections**: social and cultural studies of the telephone in American Life. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1999.

KAUFMAN-Wills Group, LLC. **The facts about Open Access**: A study of the financial and non-financial effects of alternative business models on scholarly journals. ALPSP, HighWire Press, and AAAS Project on Science and Intellectual Property in the Public Interest, 2005. Disponível em: <http://www.alpsp.org/ngen_public/article.asp?id=200&did=47&aid=270&st=&oid=-1>. Acesso em: 14 abr. 2009.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

KREIMER, Pablo; THOMAS, Hernán. Um poço de reflexividade o ¿de dónde venimos? Estudios sociales de La ciência y La Tecnologia em América Latina. In: **Producción y Uso de Conocimientos. Estúdios de Sociologia de La Ciência y La Tecnologia em América Latina**. Bernal, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmas Editorial, 2004.

KUCHMA, Iryna. Open Access, Equity, and Strong Economy in Developing and Transition Countries: **Policy Perspective**, 12, February 2008, p. 13-20. Disponível em: <[doi:10.1016/j.serrev.2007.12.004](https://doi.org/10.1016/j.serrev.2007.12.004)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/831/677#>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

LATOURETTE, Bruno. Dadme un laboratorio y levantaré el Mundo. In: CETINA, K. Knorr; MULKAY (Eds.), **Science Observed**: Perspectives on the Social Study of Science. Londres: Sage, 1983. p. 141-170.

LAWRENCE, Steve. Free online availability substantially increases a paper's impact. **Nature**, 411, 521-521, (31 May 2001),doi:10.1038/35079151, Correspondence.

Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>. Acesso em 29 jan. 2010.

_____. Online or Invisible? **Nature**, 411 (6837): 521, 2001a. Disponível em: <<http://www.neci.nec.com/~lawrence/papers/online-nature01/>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. São Paulo: Trama, 2005.

LIMA FILHO, Domingo Leite. **A descolarização da escola**: impactos da reforma da educação profissional (período 1995 a 2002). Curitiba: Torre de Papel, 2003. 124 p.

MARCONDES, Carlos Henrique; MORAES, Rosana Portugal Tavares de. O 'livre acesso' e os 'arquivos abertos' na comunicação científica. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação. **VII Cinform – Informação, Humanismo e Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/papers/15dfa2740d9ab0b469e9a6ba5f99.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. Brasília, 2008. 354 p. Tese (Dout. em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade de Ciência da Informação e Documentação. Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Disponível em: <http://btdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547>. Acesso em: 12 abr. 2009.

MARX, Leo; SMITH, Merrie Roe. **Does technology drive history?** The Dilemma of Technological Determinism. Cambridge, Mass: MIT Press, 1996.

MCLENNAN, Jennifer; THANAY, Kaitlin. SPARC and science commons release guide to creating institutional open access policies: New whitepaper offers ten simple steps to maximizing campus-wide research impact. **SPARC**, For immediate release. April 28, 2008. Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/media/08-0428.shtml>>. Acesso em 20 fev. 2010.

MERTON, Robert K. **A ambivalência sociológica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. p. 52-81.

_____. El estímulo puritano de la ciencia. In: R. K. Merton, **La Sociología de la**

ciencia 2. Madrid: Alianza Editorial SA, 1977, cap. 11, p. 309-338.

_____. **Teoria y estructura sociales**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1964.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira; MUELLER, Suzana. Autoria Coletiva, Autoria Ontológica e Intertextualidade na Ciência: Aspectos Interdisciplinares e tecnológicos. In: **IX Congresso Internacional de Humanidades**. Santiago de Chile, Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación. 18 a 20 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/1021>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

MINISTÉRIO da Ciência e Tecnologia. **Indicadores do OASIS-BR**. Disponível em: <<http://oasisbr.ibict.br/index.php/browse/index/all?sortId=1>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORENO, Fernanda P.; LEITE, Fernando C. L.; ARELLANO, Miguel, Á. M. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 82-94, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/447>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

_____.; ARELLANO, Miguel A. M. Publicação científica em arquivos de Acesso Aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.76-86, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=5&layout=abstract>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

MORIGI, Valdir; SANTIN, Dirce M. Reflexões sobre os valores do movimento software livre na criação de novos movimentos informacionais. **Inf.Inf.**, Londrina, v. 12, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/644>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

MUELLER, Suzana P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2009.

_____. O estudo do tema comunicação científica e tecnológica no Brasil: Tendências e perspectivas na área de Ciência da Informação. **Tendências e perspectivas na área de Ciência da Informação**, Vol. 1, No 1, 2008. Disponível

em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/11>>. Acesso em: 21 de jun. 2009.

_____. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1148/794>>. Acesso em: 06 jun. 2009.

_____. Popularização do Conhecimento Científico. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação** – v.3, n.2, abr/02, ARTIGO 03. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/jun09/F_I_aut.htm>. Acesso em: 12 de jul. 2009.

NEVES, Theodora M. G. das. Livre acesso à publicação acadêmica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.116-121, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/575>>. Acesso em: 12 de mar. 2009.

OECD. Giving Knowledge for Free: The emergence of open . organisation for economic co-operation and development. **Centre for Educational Research and Innovation** . Paris: OECD Publishing, 2007. Disponível em: <www.sourceoecd.org/education/9789264031746>. Acesso em: 20 mar. 2009.

OLIVEIRA, Larissa Melo Bezerra. **O direito autoral no Acesso Aberto à literatura científica**. (Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília). Brasília, 2008, 51 f. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/644/1/2008_LarissaMeloBezerra.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2010.

OPEN... What is Open Knowledge? **Open Knowledge Foundation**, 2009. Disponível em: <<http://www.okfn.org/about/>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

OPEN...**Open Source Initiative**, Home, 2009a. Disponível em: <<http://www.opensource.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2009.

OPEN Doar. **Proportion of repositories by continent**. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/onechart.php?clID=&ctID=&rtID=&clID=&IID=&potID=&rSoftWareName=&search=&groupby=c.cContinent&orderby=Tally=300&caption=Proportion%20of%20Repositories%20by%20Continent%20-%20Worldwide>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

PALACIOS, García M. E., *et al.* Ciencia, Tecnología y Sociedad: una aproximación

conceptual. **Cuadernos de Iberoamérica. Organización de Estados Iberoamericanos**. Madrid, FotoJAE, 2001.

PAPPALARDO, Kylie, *et al.* **Understanding open access in the academic environment: a guide for authors**. Legal Protocols for Copyright Management: Facilitating Open Access to Research at the National and International Levels. Australian Government Department of Education, Employment and Workplace Relations (DEEWR), June 2008. Disponível em: <<http://eprints.qut.edu.au/13935/>>. Acesso em: 05 jun. 2009.

PEREIRA, Ana Maria; PIMENTEL, Luís Otávio; MEHLAN, Vivianne. Direitos Autorais: estudos e considerações. Anais **II Ciberética – Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética**. 22 painel. Florianópolis, 12 a 14 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/15-57-c3-1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. The social construction of facts and artifacts: or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In: BIJKER, Wiebe; HUGHES, Thomas; PINCH, Trevor (eds), **The Social Construction of Technological Systems**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

PINTO, Evelyn C. **Repensando os Commons na Comunicação Científica**. Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo. Área de Concentração: Ciência da Computação (dissertação de mestrado). São Paulo, julho de 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45134/tde-07052007-092617/>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

PORTER, David. **Internet culture**. New York: Routledge, 1996.

PROSSER, David C. The Next Information Revolution - How Open Access will Transform Scholarly Communications. 2005. In: International Yearbook of Library and Information Management 2004-2005: **Scholarly Publishing in an Electronic Era**. Facet Publishing, pp. 99-117 (post print p. 1-18). Disponível em: <<http://de.scientificcommons.org/2073124>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

_____. Public Policy and the Politics of Open Access. *Liber Quarterly*, vol. 17, issue 2, 2007, p. 1-17. Disponível em: <<http://liber.library.uu.nl/publish/issues/2007-2/index.html?000199>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

PYATI, Ajit. A critical theory of open access: Libraries and electronic publishing. **First Monday**, Volume 12 Number 10 - 1 October 2007. Disponível em: <<http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/1970/1845>>.

Acesso em: 23 jun. 2009.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. PPGTE/CEFET-PR. Curitiba: CEFET-PR, 2000. 270 p.

REENEN, Johann V. Open access and connectedness: stimulating unexpected innovation through the use of institutional open archives. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 17-26, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/825>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

RICHARDS, Stuart. **Philosophy e sociology of Science**: an introduction. England: Basil Blackwell, 1983.

ROAR. Repositories by Content Type. Disponível em: <http://roar.eprints.org/index.php?action=generate_chart&chart_type=pie>. Acesso em: 05 ago. 2009.

ROCHA, Cristina T. da C. Mídia digital internet e a democratização da tecnociência: novo paradigma do Acesso Aberto. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação – v.10, n.3, jun. 2009. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun09/Art_04.htm>. Acesso em: 17 jun. 2009.

RODRIGUES, Eloy. Acesso Livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais da informação. **Cadernos BAD**, n.1, 2004, p. 24-35. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/664>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

_____. **Kit de políticas Open Access**. Repositório de Acesso Aberto Científico de Portugal. Junho de 2009. Versão 1.0. Disponível em: <http://projecto.rcaap.pt/index.php?option=com_remository&Itemid=2&func=fileinfo&id=97&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2010.

ROUSE, Joseph. Understanding Scientific Practices: cultural studies of Science as a Philosophical Program. In: BIAGOLINI, Mário (ed.). **The Science Studies reader**. New York: Routledge, 1999. Cap. 30. p. 442-456. Disponível em: <<http://works.bepress.com/jrouse/13/>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

SALE, Arthur. The Patchwork Mandate. In: **D-Lib Magazine**, January/February 2007, Volume 13 Number ½. Disponível em: <<http://www.dlib.org/dlib/january07/sale/01sale.html>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

SHILS, Edward. Faith, utility and the legitimacy of science. **Science and public: the changing relationship**. Boston Studies in the Filosofia of the Science. Boston: Synthese Library, volume 96, XXXIII, nov. 1975.

SILVA, Joseli M.; SILVA, Edson A.; JUNCKES, Ivan J. **Construindo Ciências: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. Disponível em: <<http://www.territoriolivres.net/gete/construindo%20a%20ciencia%20versao%20comms.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

SILVERMAN, David. **Interpreting qualitative data**. London: Sage, 2006.

SMITH II, Plato L. **Where IR you?** Using “open access” to extend the reach and richness of faculty research within a university, Feb. 2008, p. 174-184. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/1065-075X.htm>. Acesso em: 29 jun. 2009.

SODERBERG, Johan. **Hacking Capitalism: the free and Open Source Software Movement**. Routledge, 2008.

SOUTO, Patrícia N. E-publishing development and changes in the scholarly communication system. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 158-166, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/861>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

STALMANN, Richard. **Software libre para una sociedad libre**. Madrid: GNU Press, 2004. Disponível em: <www.sindominio.net/biblioweb/pensamiento/softlibre/softlibre.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2009.

STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ci. Inf. [online]**. 2005, vol.34, n.1, pp. 19-27 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2010.

SUBER, Peter. **Open Access Overview: Focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints**, 19 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

_____. **Removing the Barriers to Research: An Introduction to Open Access for**

Librarians. 2003. Disponível em:
<<http://www.biomedcentral.com/info/libraries/barriers>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

_____. Unbinding knowledge: a proposal for providing open access to past research articles, starting with the most important. p. 43-58. In: SICA, Giandomenico (ed.). **Open Access: Open Problems**. International Scientific Publisher. Milano: Polimetrica, 2006. Disponível em:
<<http://www.earlham.edu/~peters/writing/unbind.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

_____. Where does the free online scholarship movement stand today? **Cortex**, 2002, 38, 261-264. Disponível em: <[doi:10.1016/S0010-9452\(08\)70656-7](https://doi.org/10.1016/S0010-9452(08)70656-7)>. Acesso em: 07 de jul. 2009.

SWAN, Alma. **Why Open Access for Brazil?** Liinc em Revista, v.4, n.2, setembro 2008, p. 158 – 171. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 19 maio 2009.

_____. What is new in Open Access. **LIBER Quarterly**, 2006a, 16, (3/4). (*This is the latest version of this eprint.*). Disponível em:
<<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13638/>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

_____; BROWN, Sheridan. **Open access self-archiving: An author study**. Key Perspectives Limited, May 2005. Disponível em:
<<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10999/>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

_____. **Open Access: What is it and why should we have it?** Technical Report UNSPECIFIED, External Collaborators, Key Perspectives Inc.. (Unpublished), 2006. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13028/>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

TARGINO, Maria das G. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **TransInformação**, Campinas, 19(2):95-105, maio/ago., 2007. Disponível em:
<<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=16#Artigos>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

TENHUMBERG, Erwin; HARBISON, Donald; WEIR, Rob. Open by Design: The OpenDocument Format Standard for Office Applications. In: **UPGRADE**, Free Software / Open Source: towards Maturity. Vol. II, No. 6, December 2001, p. 3-13. The European Journal for the Informatics Professional. Disponível em:
<<http://www.upgrade-cepis.org/issues/2001/6/upgrade-vII-6.html>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

TRZESNIAK, Piotr; KOLLER, Silvia Helena. Open access research: the ants and bees tale [Acesso livre à pesquisa: a fábula das abelhas e das formigas]. *Interamerican Journal of Psychology*, 2005, 39 (3), 321-324. Disponível em: <<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP03938.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

UNIVERSITIES UK; RESEARCH Information Network. **Paying for open access publication charges**: Guidance for higher education and research institutions, publishers and authors. (A report). London: Research Information Network , 2009. Disponível: <www.rin.ac.uk/openaccess-payment-fees>. Acesso em: 14 abr. 2009.

UTFPR. **100 anos**: UTFPR, construir conhecimento é nosso ofício há um século. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Edição comemorativa, 2009.

_____. A Instituição: Histórico. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www2.utfpr.edu.br/a-instituicao/historico>>. Acesso em: 17 nov. 2009a.

VACCAREZZA, Leonardo S. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na América Latina. In: **Ciência, Tecnologia e Sociedade**: o desafio da interação. 2 ed. Londrina: IAPAR, 2004. p. 47-81.

VALERIO, Palmira M.; PINHEIRO, Lena V. R. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**, Campinas, 20(2): 159-169, maio/ago., 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=19#Artigos>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

WEBER, Steven. **The Success of Open Source**. London: Harvard University Press, 1961.

WEENINK, Kasja; WAAIJERS, Leo; GODTSENHOVEN, Karen v. (eds.). **A DRIVER's Guide to European Repositories**. Amsterdam: University Press, 2008. Disponível em: <www.driver-repository.eu/PublicDocs/D7.2_1.1.pdf>. Acesso em: 02 maio 2009.

WEISS , Peter. Borders in Cyberspace: Conflicting Government Information Policies and their Economic Impacts . In: ESANU, Julie M.; UHLIR, Paul F. (eds). **Open Access and the public domain in digital data and information for science proceedings of an international symposium** . Washington: The National Academies Press, 2004. p. 69-73. Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=11030>. Acesso em: 02 maio 2009.

WHEELER, David A. Is OpenDocument an Open Standard? Yes! In: **UPGRADE**, Vol. II, No. 6, December 2001, p. 14-24. Free Software / Open Source: towards Maturity. The European Journal for the Informatics Professional. Disponível em: <<http://www.upgrade-cepis.org/issues/2001/6/upgrade-vII-6.html>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

WILKINSON, S.; COLLINS, J. Guidelines on digital publishing: a practical approach for small organizations with limited resources. **FAO/FishCode Review**. No. 20. Rome, FAO. 2007. 68p. Disponível em: : <<http://www.fao.org/docrep/010/a0976e/a0976e00.htm>>. Acesso em: 30 junho 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords**: a vocabulary of culture and society revised edition. New York: Oxford University Press, 1983.

_____. **Television**: Technology and cultural form. London and New York: Routledge, 1990.

WILLINSKY, John. Access to Power: research in international policymaking. **Harvard International Review**. Volume 28, Issue Summer, Number 2, p. 54-57, 2006. Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/node/432>>. Acesso em: 10 de out. de 2008.

_____. **Rethinking What's Public in the University's Public Mission**. Stanford University, s/d -sem data - (*documento sem data de publicação – versão preprint*). Disponível em: <<http://pkp.sfu.ca/node/1389>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

_____. **The Access Principle**: The case for open access to research and scholarship. Cambridge, Massachusetts, USA: MIT Press, 2006b. Disponível em: <<http://mitpress.mit.edu/catalog/item/default.asp?tttype=2&tid=10611>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

_____. Why Open Access to Research and Scholarship? **The Journal of Neuroscience**, September 6, 2006a, p. 9078–9079. Disponível em: <<http://www.jneurosci.org/cgi/content/full/26/36/9077>>. Acesso em 15 jun. 2009.

WINNER, Langdom. Do artifacts have politics? In: MACKENZI, Donald; WAJACMAN, Judy. **The Social Shaping of Technology**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1996.

WORTMANN, M. Lúcia C.; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos Culturais da Ciência e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZIMAN, John. **An Introduction to science studies the philosophical and social aspects of science and technology**. New York: University press, 1984.

_____. A força do conhecimento. **Coleção o homem e a ciência**, vol. 1, série especial. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1981.

_____. **Conhecimento Público**. Coleção o homem e a ciência, v. 8. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1979.

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ENTREVISTA

INSTRUMENTO DE APOIO PARA ENTREVISTA

Data: ___/___/2009 Duração: _____ Número de controle da entrevista: _____
 Gênero: _____ Idade: _____ Função na UTFPR: _____

Introdução: Ressaltar objetivo do estudo e solicitar assinatura no termo de consentimento.

Aspectos da cultura de publicação individual e da instituição – Explorar perfil científico, escrita científica e publicações

Quais atividades que é encarregado/a e estão relacionadas a divulgação das produções acadêmicas/conhecimento?

Você poderia descrever estas atividades (há revisão por pares, qual é a periodicidade, onde é arquivada...)?

Você tem cópia de todas as suas publicações? Está arquivada com fácil acesso para busca?

Você arquivava elas em que tipos de mídias?

Você divulgaria suas publicações em página pessoal na *web*? Por que sim/não?

Em sua opinião quais são os diferentes suportes tecnológicos necessários para divulgação dos resultados da pesquisa em sua área do conhecimento?

Você utilizaria recursos financeiros próprios para publicar em periódicos?

Você depositaria suas publicações em repositório de AA caso não fosse obrigatório?

Em que sentidos, um mandato para depósitos compulsórios poderia mudar em sua forma de trabalho com as publicações científicas?

Você já trabalhou com questões de direitos autorais?

Se sente seguro em licenciar seu próprio conhecimento publicado sem interferência de editoras?

Você já foi questionada ou questionado quanto ao processo de direitos autorais de revistas que submeteu artigos? Considera relevante entender mais sobre o assunto em que sentido?

Já sofreu algum tipo de plágio? Se sim, descreva. Caso não, como se sente à respeito desse aspecto?

Perguntas sobre o conhecimento do entrevistado/a sobre o AA para guiar demais tópicos

Já ouviu falar do movimento do Acesso Aberto além desta pesquisa? Em qual meio? (evento científico, periódico, ou outros)?

Sabe identificar qual é um periódico de Acesso Aberto?

O que você pensa sobre o movimento de Acesso Aberto? Você acredita que as revistas de AA tem baixo impacto e pouco prestígio em relação as de editoras comerciais?

O AA em relação a comunicação tradicional da ciência – Circulação e Acesso na realidade institucional

Considera em quais sentidos interessante e/ou pertinente para realidade da instituição trabalhar com o AA?

De que maneiras a implantação do AA impactaria no seu trabalho e divulgação do mesmo?

Você acredita que o AA traria dimensões políticas para a publicação na UTFPR?

Em que aspectos considera relevante ou não a Instituição adotar este modelo?

Alternativas que sugere para sustentar ou alterar o seu posicionamento - possíveis sugestões/attitudes

Em sua opinião que ações são necessárias para divulgar o AA nas instituições? Quais são as vantagens destas ações? E as desvantagens?

Você têm sugestões para operacionalizar estas ações? Elas podem ser aplicadas para otimizar suas atividades no cotidiano de publicação?

Em que sentido elas podem inovar ou não o processo de circulação da produção científica da Instituição?

O que te levaria a motivar e garantir o acesso ao conhecimento nas suas atividades?

Você aceitaria ser responsável por viabilizar quais destas ações? (Se sim, como? Se não, o por quê?)

Caso sim, quanto tempo precisaria utilizar da sua jornada de trabalho para implementá-las? Indique quais seriam as possíveis solicitações de recursos e encaminhamentos na

UTFPR.

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- **Explicar o tema de pesquisa e citar o objetivo da pesquisa**
- Solicitar assinatura no TCLE**
- Perguntar a idade para colocar na amostra**

Sobre o Acesso Aberto

- Você já ouviu falar sobre Acesso Aberto além dessa pesquisa?
- Se sim, o que você pensa sobre o movimento de Acesso Aberto?

Sobre o perfil científico (explorar perfil, escrita científica, publicações e preservação delas)

- Gostaria de conhecer um pouco do seu perfil científico. Há quanto tempo publica e com qual periodicidade?
- E como você faz o arquivo desses artigos enviados? Tem cópia local de todos eles?
- Tem página pessoal? Disponibilizaria seus artigos na internet? Em blogs também?

Sobre os Direitos autorais

- Quando enviou seus artigos, o professor teve que assinar algum termo de concessão de direitos autorais?
- Você lê esses termos?
- O professor tem segurança para trabalhar com direitos autorais? Por quê?
- Que ações a Instituição poderia desenvolver para preencher essas suas lacunas em relação a direitos autorais?
- E em relação a plágio, já ocorreu algo com o professor?

Reação mediante a Política Institucional de Informação (PII)

- E se a Instituição tivesse uma política que favorecesse a cópia local de suas publicações na internet, de que maneira isso implicaria em seu cotidiano de pesquisa e publicações?
- Como você gostaria de receber o comunicado sobre essa PII na Instituição?

Possíveis atitudes e sugestões – mecanismos para facilitar a adaptação a PII

- Quais seriam os mecanismos necessários para facilitar a sua adaptação a política?
- Você participaria no desenvolvimento de algumas dessas ações? Por que sim/não?
- E em relação a livre circulação do conhecimento científico na internet, que aspectos você verifica como positivos e negativos?

Circulação e acesso a publicações na UTFPR

- Você acredita que o Acesso Aberto apresenta fragilidades para a cultura desta Instituição?
- Você acredita que o AA traria dimensões políticas para a publicação na Instituição?
- Para encerrar, qual é sua principal motivação para publicar?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, número de matrícula _____, concordo em participar voluntariamente como sujeito da pesquisa do estudo com o tema **Implicações do Acesso Aberto na comunidade acadêmica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Autorizo, abaixo assinado, por meio deste documento a gravação (áudio) da entrevista feita pela mestrande Débora Waz de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que me informou e esclareceu minhas dúvidas sobre este estudo. Me reservo ainda, a não responder alguma pergunta que não considerar pertinente ou que venha a ferir meus princípios pessoais ou profissionais, ou causar qualquer tipo de constrangimento.

Não está previsto nenhum risco de saúde física afetado por esta pesquisa. Sendo que caso ocorra qualquer tipo ou origem de desconforto favor contatar ou avisar a pesquisadora, pois não haverá ressarcimento de despesas ou formas de indenizações para o tempo em que seus dados estiverem no estudo da pesquisadora, durante a entrevista e após publicação da dissertação.

Declaro que estou ciente de todas as informações acima descritas e concordo em participar da pesquisa.

Local e data

Nome por extenso

Assinatura do sujeito da pesquisa

APÊNDICE D – PROPOSTA: POLÍTICA DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

**Projeto de Política Institucional de Informação
da Universidade Tecnológica Federal do Paraná,**
a ser apreciada, discutida, aprovada e referendada pela comunidade
científica e pelas devidas instâncias competentes.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná considerando a necessidade de promover o acesso as pesquisas e aumentar a difusão de seus resultados irá:

- i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição, e a preservação de sua memória;
- ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade, e pela própria comunidade científica;
- iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;
- v. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;
- vi. ter esforços para que a revisão por pares feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição estejam acessíveis on-line para avaliação;
- vii. aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.

A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica⁵³. Assim, para atender a estas necessidades, o Reitor Carlos Eduardo Cantarelli da Universidade Tecnológica Federal do Paraná dá início ao processo de estabelecimento de uma Política Institucional de Informação, a ser discutida e referendada pela comunidade científica da instituição e pelas respectivas instâncias competentes, em que:

- 1.a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação fica responsável pela implantação desta política institucional de informação ligada ao repositório institucional da UTFPR, doravante, neste documento, denominado de RI;
- 2.o Sistema de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização, e de seu aprimoramento lógico;
- 3.a Assessoria de Tecnologia de Informação, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao repositório;
- 4.este RI desenvolvido e alimentado pela comunidade científica institucional⁵⁴ será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- 5.este RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua colheita por terceiros;
- 6.a comunidade científica institucional faça publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre imediato ou que façam constar em seus contratos de publicação ou em adendos a estes contratos, o depósito de artigos publicados (*pos-prints*⁵⁵) em repositórios de acesso livre;
- 7.o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou co-autor/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo neste RI;
- 8.na impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja aquela versão que foi submetida à revista científica (*pre-prints*⁵⁶),

⁵³ Para efeito deste documento, produção científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados veiculados em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

⁵⁴ Para efeito deste documento, considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída por seus docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores ou pós-graduandos.

⁵⁵ Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

⁵⁶ Para efeito deste documento, considera-se “pré-prints” a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado

- assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou;
9. na impossibilidade de realização do depósito das versões originais (*pré-prints*) neste RI devido à cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a apresente a devida justificativa;
 10. na impossibilidade de realização do depósito das versões originais (*pré-prints*) neste RI devido à cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a apresente a devida justificativa;
 11. os documentos depositados com informações sob sigilo devido a cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com organizações do setor privado sejam disponibilizados após um período máximo de dois anos após o depósito;
 12. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
 13. todos os documentos que não se enquadrarem nos itens 10, 11 e 12 e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI;
 14. em casos excepcionais e devidamente justificados, ficam desobrigados de depósito no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados;
 15. fica a critério dos autores proteger com licenças do Creative Commons os seus estudos;
 16. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição para assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;
 17. para publicações impressas o autor poderá solicitar a editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;
 18. não estão contemplados nesta Política os editais, resumos de conferências, relatórios e reportagens originados na Instituição;
 19. de maneira a facilitar o povoamento do RI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, respectivas Gerências de cada campus e Coordenações de Curso, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Para o estabelecimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de discussão, estímulo, assim como ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade como evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do repositório institucional e, por conseguinte, a preservação da produção científica institucional, e seu Acesso Aberto pela sociedade.

Esta Proposta de Política Institucional de Informação entrará em vigor após ser referendada pela comunidade, aprimorada e aprovada pelo Conselho Universitário.

Cidade, 26 de maio de 2009

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cantarelli
Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

APÊNDICE E – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL DA UTFPR

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná considerando a necessidade de promover o acesso às pesquisas no seu âmbito e aumentar a difusão de seus resultados irá:

- i. facilitar o desenvolvimento científico desta Instituição e a preservação de sua memória;
- ii. facilitar o acesso ao conhecimento científico pela sociedade, e pela própria comunidade científica;
- iii. ampliar a visibilidade de sua produção científica junto à sociedade e seus desdobramentos;
- iv. acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas e aprimorar as formações oferecidas;
- v. potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições e entre pares;
- vi. ter esforços para que a revisão por pares feita para todas as publicações dos periódicos da Instituição estejam acessíveis on-line para avaliação;
- vii. aprimorar a administração de recursos humanos, materiais e financeiros nesta Instituição.

A Instituição reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da sua produção científica^[1]. Assim, para atender a estas necessidades a Universidade Tecnológica Federal do Paraná estabelece que:

1. a Reitoria fica responsável pela implantação desta Política Institucional de Informação ligada ao Portal de Informação em Acesso Aberto (PiA) da UTFPR;
2. um Comitê Gestor, nomeado pela Reitoria, fica responsável pela aplicação dessa política;
3. o Sistema de Bibliotecas, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional, fica encarregado de sua organização e de seu aprimoramento lógico;
4. a Assessoria de Tecnologia de Informação, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, fica responsável pela implantação e manutenção em termos de infraestrutura de Tecnologia de Informação dos sistemas computacionais necessários ao portal;
5. esse Portal gerenciado pelo Sistema de Bibliotecas será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;

Farão parte do Portal Institucional de Informação da UTFPR:

- i. Repositório Institucional (RI);
- ii. Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA);
- iii. Periódicos Institucionais.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI)

1. Farão parte artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos, avaliados por pares, teses e dissertações, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da instituição;
2. o RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;
3. a comunidade científica institucional publicará os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre imediato ou que façam constar em seus contratos de publicação ou em adendos a estes contratos o depósito de artigos

publicados (*pos-prints*^[2]) em repositórios de acesso aberto;

4. o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a sua publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou co-autor/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação do referido artigo para depositá-lo no RI;

5. na impossibilidade de divulgação no RI da versão publicada, devido às cláusulas contratuais mantidas pelo/a autor/a com a(s) revista(s) onde o seu trabalho foi publicado, que o/a autor/a realize o depósito com embargo^[3] pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

6. os documentos que contenham informações sigilosas devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

7. os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

8. no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;

9. ficam desobrigados de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;

10. os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;

11. para publicações impressas o autor poderá solicitar à editora o direito de colocar o seu texto integral em arquivo digital no RI e em diretórios da sua área do conhecimento;

12. de maneira a facilitar o povoamento do RI, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, respectivas Diretorias em cada campus e Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

REPOSITÓRIO DE OUTRAS COLEÇÕES ABERTAS (ROCA)

1. Farão parte trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, produção audiovisual, registros iconográficos e demais coleções mediante avaliação de demanda;

2. os trabalhos de conclusão de curso e monografias de especialização, produzidos por acadêmicos da instituição serão depositados imediatamente após a sua aprovação final. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o/a autor/a ou orientador/a terá um prazo máximo de 6 (seis) meses desta data para depositá-lo;

2.1 os documentos que contenham informações sigilosas devido às cláusulas contratuais mantidas pelos/as autores/as com outras organizações envolvidas, que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a devida justificativa;

2.2 os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados que o/a autor/a realize o depósito com embargo pelo período definido em contrato e apresente a

devida justificativa;

2.3 no momento do depósito o(a) autor(a) deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*;

2.4 os trabalhos publicados e que utilizem experimentos e amostras com seres humanos ou animais devem ter a liberação do comitê de ética da Instituição, a fim de assegurar a proteção de direitos das amostras que participaram da pesquisa;

2.5 de maneira a facilitar o povoamento, as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Graduação e Educação Profissional, respectivas Diretorias em cada campus e Coordenações de Cursos, assim como o Sistema de Bibliotecas da UTFPR, poderão promover o registro desta produção, mediante autorização dos autores, seja efetuando a entrada de cada documento ou importando os dados já registrados em outros sistemas;

3. a produção audiovisual, os registros iconográficos e demais coleções, podem ser resultado de trabalhos internos ou externos à Instituição e serão depositados após a análise do Comitê Gestor.

PERIÓDICOS INSTITUCIONAIS

1. Os periódicos institucionais deverão, preferencialmente, ser gerenciados com o auxílio da plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e disponibilizados no Portal da Informação;

2. os periódicos institucionais deverão ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo *Open Archives*, que por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH)* terá mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar sua coleta por terceiros;

3. os editores de periódicos solicitarão aos autores de artigos apenas os direitos de publicação, possibilitando seu depósito em outros repositórios digitais;

4. os periódicos serão gerenciados de acordo com a Política Editorial vigente na Instituição.

5. Cada periódico será administrado por um editor, apoiado por um conselho editorial heterogêneo constituído de integrantes devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação. Além disso, deverá apresentar ainda um conselho consultivo renomado, constituído de especialistas nas áreas de cobertura do periódico, atentando-se à cobertura nacional e internacional, evitando assim a endogenia.

Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem referendá-la junto à comunidade e evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do portal da informação e, por conseguinte, a preservação da produção institucional e seu acesso aberto à sociedade.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2009

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cantarelli
Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

[1] Para efeito deste documento, a produção científica é considerada como resultados de pesquisas divulgados em meios de comunicação científica tradicionais que têm revisão por pares.

[2] Para efeito deste documento, considera-se “pos-prints” a versão de um artigo já publicado em revistas científicas.

[3] Para efeito deste documento, considera-se “depósito com embargo” aquele realizado com restrições de publicação e que estará disponível *on-line* após o prazo determinado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)